

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

IDEOLOGIAS DOMINADAS:
CONTRA-SENSO OU ALTERNATIVA HISTÓRICA À DOMINAÇÃO?

Dissertação apresentada ao curso
de Mestrado em Serviço Social pela
aluna Helena Lúcia Augusto Chaves,
como requisito a obtenção do Grau
de Mestre em Serviço Social, orien-
tada pelo Professor João Bosco Gue-
des Pinto.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
BIBLIOTECA DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

HELENA LÚCIA ALBUQUERQUE

DIRETORIA DE BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA DE SERVIÇO SOCIAL

RECEBUE

MEMBROS DA
COMISSÃO



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Biblioteca do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social

RECEBUE

2201 - CATELADO

13/08/04

Registro: 19/04

IDEOLOGIAS DOMINADAS: CONTRA-SENSO OU ALTERNATIVA HISTÓRICA À DOMINAÇÃO?

HELENA LÚCIA AUGUSTO CHAVES

DISSERTAÇÃO QUE APRESENTA PARA APRECIÇÃO E PARECER DA
BANCA EXAMINADORA:

ORIENTADOR:

MEMBROS DA
COMISSÃO:

RECIFE
FEVEREIRO - 1989

Às classes dominadas, que apesar da exploração e opres-
são a que estão submetidas, conseguem resistir à domina-
ção e lutar pela transforma-
ção desta realidade.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador e amigo João Bosco Guedes Pinto que, durante todo o processo de elaboração deste trabalho, ajudou-me a superar as limitações e definir perspectivas de análise capazes de entender a realidade estudada.

Aos professores, colegas e funcionários deste curso, pelo incentivo e apoio.

Aos militantes dos Movimentos Populares Urbanos de Fortaleza, que, gentilmente, concederam-me entrevistas, permitiram consulta a material de arquivo e discutiram comigo a problemática de estudo.

Ao companheiro Walewsky, que me ajudou a ultrapassar as dificuldades encontradas e compartilhou comigo o cotidiano desse processo.

Aos meus pais e irmãos pelo carinho e apoio que sempre me deram.

Às pessoas que colaboraram comigo cedendo materiais necessários à elaboração e à confecção desta dissertação.

SUMÁRIO

RESUMO	ix
INTRODUÇÃO	1
primeira parte	
PERSPECTIVA TEÓRICA	
1 - IDEOLOGIA	6
1.1 - Ideologia: discutindo o conceito	6
1.2 - Ideologias dominadas	18
NOTAS	29
2 - PRÁTICA: UMA QUESTÃO DE TEORIA	31
2.1 - Discussão sobre o conceito de prática ...	31
2.2 - Prática política	40
NOTAS	42
3 - MOVIMENTOS POPULARES: CONCRETIZAÇÃO	
DA IDEOLOGIA DE CLASSE	43
3.1 - Movimentos populares ou movimentos sociais urbanos?	43
3.2 - Relação entre movimentos populares e ideologia	52
3.3 - Prática política dos movimentos po- pulares e perspectivas de transfor- mação social	54
NOTAS	59

segunda parte

A FORMAÇÃO DE IDEOLOGIAS DOMINADAS
 NA PRÁTICA POLÍTICA DOS MOVIMENTOS
 POPULARES URBANOS

INTRODUÇÃO	61
4 - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	62
5 - ASPECTOS HISTÓRICOS E CONJUNTURAIS	70
5.1 - Contextualização do período estudado:	70
breve história	70
5.1.a) Primeiro momento: 1979 à 1984	71
1) Antecedentes históricos: econo <u>m</u> mia política da ditadura - 1964- 1984	71
2) O Governo Figueiredo e a crise do "milagre brasileiro" no pe- ríodo de 1979 à 1984	77
3) O esgotamento do regime ditato <u>r</u> ial militar e a mudança do go <u>v</u> verno	79
4) Lutas sociais: da luta pela anistia à luta por eleições diretas	84
5.1.b) Segundo momento: 1985 à 1987 - "A Nova República" e a nova dimensão das lutas populares	93
1) "Nova República": projeto econômico	93
2) "Nova República": projeto político	97
3) Lutas sociais: avanço ou recuo?	100

5.2 - A política municipal e os movimentos populares urbanos no período de 1979 à 1987	103
5.2.a) 1979-1985 - Administrações municipais com prefeitos nomeados: compromisso com a classe dominante	106
5.2.b) 1986-1987 - Possibilidades e limites da "Administração Popular de Fortaleza"	117
5.3 - Processo de formação de ideologias dominadas: evolução histórica dos movimentos populares urbanos em Fortaleza no período de 1979 à 1987	129
5.3.a) Do movimento em potencial à luta organizada	129
5.3.b) Entidades isoladas do processo de luta coletiva	137
NOTAS	141
6 - IDEOLOGIAS DOMINADAS NO PLANO DA ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES URBANOS ..	144
6.1.a) Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF	147
1) Entidades filiadas à Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza	157
6.1.b) Jornada de Luta Contra a Fome - JLCF	163
1) Entidades vinculadas à Jornada de Luta Contra a Fome	174

6.1.c) Entidades isoladas do processo	
de luta coletiva	180
NOTAS	187
CONCLUSÃO	190
ANEXOS	196
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	253

RESUMO

Partindo da insatisfação com a unilateralidade com que é, comumente, tratado o termo ideologia, sendo entendida apenas como falsa consciência da realidade, este estudo postula a formação de ideologias dominadas, sobretudo enquanto processo de construção de hegemonia.

Assim, a perspectiva teórica, esboçada na primeira parte do trabalho, procura mostrar que numa sociedade de classes a ideologia dominante é a da classe que domina e não a única existente.

Essa perspectiva teórica foi construída tendo como referência a análise de uma situação concreta, qual seja a dos movimentos populares urbanos (forma de organização das classes dominadas na esfera da reprodução da força de trabalho) na cidade de Fortaleza, os quais são enfocados não como organização formal, mas como prática política.

Nesse sentido destacamos uma das relações que se acha presente na prática política cotidiana desses movimentos: a relação com o aparelho administrativo municipal, face ao qual se dá a maioria das lutas reivindicativas dos movimentos populares urbanos, foco da pesquisa empírica.

A pesquisa constitui a segunda parte do trabalho, na qual procuramos mostrar, não apenas que as ideologias dominadas são possíveis, mas que se constituem numa alternativa histórica à ideologia dominante, sendo construídas no cotidiano da luta política de classes.

Para focar este aspecto resgatamos tanto a histó

ria oficial como a extra-oficial do período e, a partir daí, esboçamos uma contextualização, utilizada como referência para o entendimento da conjuntura, necessário à análise, que busca apreender o processo de construção dessas ideologias dominadas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu num momento de intensa mobilização popular da sociedade brasileira, que, após uma luta, inédita na história do país, por eleições diretas para presidente da República e pela derrubada da Ditadura Militar, depositou as esperanças de solucionar seus problemas no governo de transição.

O ressurgimento dos movimentos sociais urbanos e rurais, que se deu no final da década de setenta, marcou o início de uma trajetória de reorganização das classes dominadas brasileiras, através de suas entidades representativas.

Os movimentos populares urbanos, movimentos de moradores dos bairros periféricos e favelas dos grandes centros urbanos, despertaram nosso interesse para o estudo por se terem tornado movimentos combativos e crescentes, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, constituindo uma de suas características a luta de resistência à dominação de classe.

A tentativa de compreender esse processo de luta é que tem motivado este estudo, que, ao questionar a razão da existência desses movimentos reivindicatórios, não encontrou outra resposta senão a da resistência à dominação.

Se existe uma resistência à dominação significa que ela também se desenvolve numa relação contraditória. A dominação burguesa e a ideologia dominante não são abso

lutas e permanentes, mas fazem parte das relações contraditórias que definem o cotidiano das sociedades de classes.

Por isso, já que a ideologia dominante busca estabelecer o consenso ao redor dos interesses da classe dominante, passando por cima das contradições e dos conflitos de classe, é necessário, para entender a ideologia, repensá-la junto com a questão da hegemonia, entendida como capacidade de direção e organização moral e intelectual de uma classe sobre a sociedade.

Nesse sentido, partindo da insatisfação com o entendimento da ideologia dominante, o presente estudo recusa essa unilateralidade e postula a possibilidade de uma ideologia dominada em formação, sobretudo enquanto processo de construção de hegemonia.

Mas, o que é essa ideologia? como ela se forma e se desenvolve? de que forma se expressa? quais as suas perspectivas?

Esses questionamentos não podem ser entendidos a não ser através da análise teórica de uma realidade concreta. Por isso esboçamos, na primeira parte do trabalho, que se compõe de três capítulos, a perspectiva teórica de condução do estudo.

No primeiro capítulo, tratamos do termo ideologia para poder entendê-la como determinada socialmente. Em uma sociedade de classes, a ideologia é gerada na estrutura econômica e nas relações de classe, mas se expressa na superestrutura: formas da consciência social.

Aqui, procuramos mostrar que a ideologia pode ser pensada teoricamente desde três perspectivas: a ontológica, a gnoseológica e a axiológica.

Na perspectiva ontológica a ideologia existe real

mente, embora como superestrutura.

Na gnoseológica, a ideologia é uma forma de ver, de pensar, de conhecer a sociedade.

Na axiológica, ela se relaciona com a ação, ela induz a ação sobre a realidade.

Baseando-se nessas perspectivas é possível perceber que a ideologia é também uma força social, objetiva, que unifica, através da direção de uma classe, ao mesmo tempo em que dirige as demais classes em função dos interesses da classe que está sendo dirigente.

O conceito de prática, abordado no segundo capítulo, é essencial não apenas porque se relaciona ao entendimento da ideologia, segundo a entendemos, mas, principalmente, porque se refere a suas concretizações, dentre elas os movimentos populares urbanos enfocados no terceiro capítulo.

Como a forma adotada de abordagem do tema representa um movimento teórico-prático ainda incipiente, encontramos dificuldades no trabalho de adequação dos conceitos gerais do materialismo histórico, sem o qual não teria sido possível definir as mediações que podem tornar inteligível essa complexa teia do processo de transformação social.

Isso não significa dizer que o presente trabalho tenha sido desenvolvido de forma teoricista, pois além de não colocar a teoria como um dogma, relaciona-se com a análise de uma situação concreta, sem o que, a nosso ver, não existe produção de conhecimento.

A complexidade dos processos sociais torna-os incompreensíveis se não se utilizar uma teoria que permita entendê-los.

Nesse sentido, o ponto de partida deste estudo de

verá estar ligado historicamente ao movimento operário e popular e à sua prática.

Assim, a pesquisa empírica cingiu-se ao estudo dos movimentos populares da cidade de Fortaleza, no período de 1979 à 1987, englobando, na análise destes movimentos, sua relação com o poder local dominante.

Na construção do objeto de pesquisa o aspecto privilegiado foi o da organização como prática política e não como instância formal.

Esta prática organizativa constituiu o foco de análise da pesquisa, cujos resultados estão contidos na segunda parte do trabalho, na qual não nos limitamos a descrever os citados movimentos, mas procuramos ultrapassar a descrição, na medida em que direcionamos toda a análise para a compreensão do processo de formação de ideologias dominadas.

No entanto, não temos a pretensão de ter produzido um conhecimento acabado sobre o assunto, mas, pelo menos, definimos uma forma de investigação que conduz a sua compreensão, o que nos parece ser uma contribuição importante, principalmente para os próprios movimentos reivindicatórios, que necessitam de uma elaboração teórica compatível com sua realidade, para poder intervir de forma mais eficaz.

primeira parte

PERSPECTIVA TEÓRICA

1 - IDEOLOGIA

1.1 - Ideologia: discutindo o conceito

Segundo Abbagnano, o termo ideologia

"foi criado por Destut de Tracy (Idéologie, 1801) para indicar 'a análise das sensações e das idéias', segundo o modelo de Condillac. A ideologia constituiu aquela corrente filosófica que marca a passagem do empirismo iluminístico ao espiritualismo tradicionalístico e floresceu na primeira metade do sec.XIX. Como alguns dos ideologistas franceses lhe fossem hostis, Napoleão empregou o termo em sentido depreciativo, entendendo, com eles os quase 'doutrinários', isto é pessoas carecedoras de senso político e em geral sem contato com a realidade. Deste ponto começa a história do significado do termo que é empregado para indicar, não uma qualquer espécie de análise filosófica, mas uma doutrina, mais ou menos destituída de validade objetiva, porém mantida pelos interesses claros e ocultos daque

les que deles se servem."¹

Este termo é retomado mais tarde por Marx e discutido com maior profundidade em "A Ideologia Alemã" de Marx e Engels, bem como na "Contribuição à Crítica da Economia Política".

Desde então, o assunto vem sendo abordado com as mais diversas concepções e opiniões a respeito, fazendo parte, hoje, de diversos debates acadêmicos das várias ciências e fazendo parte, ainda, da linguagem popular.

De acordo com o conceito mais difundido de ideologia, esta é um conjunto de idéias, cuja função é obscurer a realidade. Dessa forma é visto como antagônico ao conceito de ciência, fortalecendo ainda mais a idéia de que a ciência é neutra, e destituída de ideologia.

Essa maneira unilateral de pensar o mundo serve tão somente à dominação, já que encobre as relações contraditórias presentes, de uma forma geral, nas sociedades. Este é o segredo da manutenção da dominação.

Se a dominação fosse abordada nos discursos ideológicos dominantes, a ideologia dominante perderia o seu poder de persuasão, as idéias da classe dominante não mais seriam as idéias dominantes.

No entanto, desde a origem do capitalismo, a burguesia, através de diversas frações de classes inerentes a formações sociais específicas, tem se tornado classe dominante, porque encontrou formas de manter a dominação.

A manutenção da dominação passa pela formação de uma visão de mundo, a qual resulta da forma como a manipulação é realizada, que só pode ser alienando a sociedade, confundindo os conceitos, criando padrões, eliminando a crítica, dificultando o entendimento da realidade, em su-

ma produzindo teorias abstratas, teorias em geral e difundido-as como verdades absolutas.

Por isso, a classe que detém o poder material detém, também, o poder de dominação mental, pois tem acesso a todos os instrumentos de dominação que estão presentes na sociedade, sendo, geralmente, manipulados de acordo com a designação que lhe foi imposta.

A clareza de que o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, a consciência dominante na sociedade já foi percebida por Marx e Engels em "A Ideologia Alemã":

"As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios para a produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as idéias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As idéias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as idéias de seu domínio."²

Percebemos nessa passagem de "A Ideologia Alemã" que Marx e Engels, diferente de alguns autores "marxistas", entendiam o conceito de ideologia a partir das relações de produção. Assim é que, ao referir-se a ideologia do domínio, usam o termo "idéias dominantes" que são "expressão ideal das relações materiais dominantes".

Numa passagem anterior, está colocado com maior clareza o processo de produção de idéias vinculado a estrutura social:

"A produção das idéias, representações, da consciência está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. (...) O mesmo se aplica à produção material como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. Os homens são os produtores das representações, idéias, etc., mas os homens reais."³

Esse raciocínio é complementado mais adiante quando afirmam:

"Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência."⁴

Desse modo, a realidade não é vista como um con-

junto de fatos fixos e isolados, mas em movimento.

Entendida como uma totalidade em movimento, a realidade só pode ser apreendida no contexto de suas relações contraditórias, onde não há lugar para conceitos mortos, definições abstratas, teorias em geral.

Por isso é que Marx denomina de idéias do domínio a uma representação ideal da sociedade, a partir dos interesses da classe dominante estabelecida.

Portanto, o termo idéias ou ideologia não está sendo entendido de forma unilateral, pois se assim fosse estaríamos diante de uma abordagem abstrata do termo que não refletia o contexto de relações contraditórias e, portanto, não dava conta da realidade.

Se a realidade fosse estagnada não haveriam mudanças, por menores que fossem, no conjunto de suas relações.

Althusser dizia que Marx retomou o termo ideologia significando:

"um sistema de idéias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social."⁵

A partir desta interpretação, o autor elabora sua teoria sobre a ideologia, partindo do conceito de Estado, através do qual a ideologia é pensada nos "Aparelhos Ideológicos de Estado".

Esse tratamento que Althusser dá à ideologia como um dos níveis do edifício social, nível esse cuja função é mascarar a realidade social, não é outra coisa senão a formulação de uma teoria da ideologia em geral.

Esse, portanto, não parece ser um entendimento dialético do termo, pois um dos princípios fundamentais

da concepção materialista da história é que a totalidade social é uma unidade de contrários que, por serem antagônicos, estão permanentemente em luta.

Se a realidade for entendida no conjunto de suas relações contraditórias, as teorias gerais e as verdades absolutas estão descartadas, pois a história se faz na luta de classes e, portanto, num contexto de determinações.

"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado."⁶

Esse contexto de determinações não significa uma realidade estática, pronta; mas, de relações contraditórias, a partir das quais se pode assumir a perspectiva da transformação social, como já dizia Marx, no "Prefácio":

"A transformação da base econômica alterra, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material - que se pode comprovar de maneira científica rigorosa - das condições econômicas da produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, le-

vando às suas últimas conseqüências."⁷

Nessa passagem do "Prefácio" percebemos que para Marx ideologia não é um termo em geral, cuja função é "falsear a realidade"⁸, mas é um conceito apreendido em sua relação com a totalidade e, portanto, leva em consideração o contexto de contradições no qual se insere.

Assim é que "as formas ideológicas", isto é "as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas" desempenham uma tarefa importante no desenvolvimento da estrutura, porque é através delas que os homens se conscientizam de determinado conflito e, de acordo com essa consciência lutam para resolvê-lo, pois,

"Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de se próprio, não se poderá julgar uma tal época pela mesma consciência de si; é preciso pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção."⁹

Essas relações de produção são relações sociais que - nas sociedades de classes - reproduzem o contexto de interesses antagônicos.

As classes sociais são importantes, tanto na determinação do processo de produção como no entendimento dessa determinação, pois se a sociedade capitalista não for entendida como uma sociedade formada - não por "homens iguais perante a lei" - mas por classes antagônicas,

cujos interesses são diferentes e antagônicos, todo o entendimento da totalidade social que, até então, procuramos elucidar, estaria comprometido.

Se acreditamos que os homens fazem sua própria história embora sob determinadas condições, acreditamos que a história é a história da humanidade em suas relações. Portanto, não do homem individual e isolado, mas do homem social, condicionado por um conjunto de determinações, mas com capacidade de, num certo sentido, transcender essas determinações, a partir do processo de conscientização e de organização em classe.

Ao procurar definir as classes sociais, Lenine disse que:

"... são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si por (1ª) o lugar que ocupam num sistema de produção historicamente determinado, (2ª) pelas relações que as leis fixam e consagram - relações em que se encontram frente aos meios de produção, (3ª) pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e por conseguinte, pelo modo e proporção em que percebem a parte da riqueza social de que dispõe. As classes sociais são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro por ocupar postos diferentes em uma regime determinado de economia social."¹⁰

Portanto, as classes sociais só podem ser pensadas no contexto em que estão inseridas, pois isolando-as

não se leva em conta as suas relações. Relações estas em que cada classe supõe a outra e vice-versa, pois formam um sistema determinado e determinante.

Determinado, no sentido de serem formadas por um dado modo de produção e determinante, pelo modo em que se encontram frente aos meios de produção, tornando clara a realidade de interesses antagônicos, motivo pelo qual as diferentes classes sociais lutam entre si.

E a história não é outra coisa senão a história da luta de classes e como tal não é um conjunto de fatos mortos e passados, mas em movimento.

Apesar de ser veiculada de forma mumificada a história é um processo dinâmico, que se apresenta em contínuo movimento, o qual se expressa na vida cotidiana.

Entendemos por vida cotidiana a vida social e histórica, ou seja a vida social imposta pelas relações sociais de produção, portanto, datada e situada historicamente.

Essa vida social é permeada pela ideologia e, nesse sentido, pode vir a expressar novas formas de contradição na prática social.

"A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana em todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade.

Nela colocam-se 'em funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de

que todas as suas capacidades se colocuem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe em toda a sua intensidade."¹¹

Para George Lukács, em cuja obra encontra-se a mais expressiva contribuição sobre a cotidianidade, a vida cotidiana, apesar de ser distinta em cada sociedade, existe em todas elas e é insuprimível.

Mas, não é o entendimento que vai dar movimento ao cotidiano, pois

"O movimento é o modo de vida da matéria; não há matéria sem movimento e não há movimento sem 'matéria', sem realidade objetiva."¹²

Portanto, não é o pensamento que põe a matéria em movimento. Mas, ao contrário disso, a realidade objetiva está em constante movimento; cabe, pois, ao pensamento colocar-se em movimento, o que se torna impossível quando os objetos, ao serem isolados pelo pensamento, mantêm-se imobilizados nele.

Por isso é que, para penetrar no real, é necessário captá-lo em seu movimento, atingindo gradativamente um conjunto mais amplo de suas relações, entendidas em sua totalidade.

A noção de totalidade, portanto, é imprescindível no processo de compreensão da realidade objetiva.

A definição de totalidade, segundo Cardoso, é

construída a partir do princípio de determinação,

"A determinação se refere à estrutura econômica como contradição entre forças produtivas e relações de produção, que, enquanto relações sociais, remetem diretamente, nas sociedades des de classes, às classes sociais. Deste modo, recorrendo a determinação como critério teórico, tem-se a totalidade como unidade contraditória entre o determinante e o determinado, com ênfase no seu aspecto contraditório, com o determinado com autonomia relativa e eficácia específica, e as classes sociais - elementos estruturais - como mediação."¹³

Entendida estaticamente, a sociedade seria imutável, a ideologia, simplesmente, um ocultamento das contradições e o antagonismo entre as classes sempre preservado nas mesmas proporções.

A partir do conceito de determinação, podemos captar a estrutura econômica como contradição entre forças produtivas e relações de produção.

Portanto, partir do conceito de "Aparelhos Ideológicos de Estado", como ponto fundamental para o estudo da ideologia, é eliminar a perspectiva da transformação social.

Por conseguinte, mesmo sendo um instrumento de manutenção da dominação a serviço das classes dominantes, o Estado, é aqui entendido como um espaço contraditório gera

do pela própria contradição entre as classes e, assim, também atende as necessidades das classes dominadas, embora tenha como objetivo a reprodução da força de trabalho necessária ao pleno desenvolvimento do capitalismo.

Entretanto, tomando o Estado como essencial à discussão da ideologia, que por sua vez passa a ser entendida como aparelho de Estado, a ideologia só pode ser a ideologia dominante e, assim sendo, não existe alternativa para a transformação social.

Como se explica, então, a existência de movimentos, organizados ou não, que lutam contra a dominação estabelecida para fazer valer os direitos dos dominados?

Se queremos entender a realidade objetiva é preciso partir de conceitos que dêem acesso a ela.

Como a realidade é dinâmica, concreta, histórica, só chegaremos a ela se o pensamento for colocado em movimento, isto é, se forem estabelecidas mediações e relações aos fatos separados pelo pensamento no processo inicial de abstração da realidade.

Portanto, a compreensão da ideologia, nesta abordagem, passa pela compreensão da estrutura social, através da qual é possível entender a realidade em seu contexto de contradições.

Por isso, acreditando que a ideologia não é um domínio exclusivo das classes dominantes, que permanece imaculado, longe do alcance das determinações impostas pela realidade de contradições e luta entre as classes, é que se busca entender essa realidade a partir de conceitos que permitam atingí-la em sua essência.

1.2 - Ideologias dominadas

Partindo do entendimento da estrutura social como contradição entre forças produtivas e relações de produção torna-se possível perceber a importância das condições materiais de existência para a explicação das formas ideológicas.

No plano abstrato, entendemos que as ideologias são sistemas articulados de idéias produzidas por um contexto determinado pelas condições materiais de existência e, por isso mesmo, constituem um conjunto de idéias, definido por relações articuladas entre si, formando nexos que o torna passível de compreensão.

No plano concreto, entendemos que as ideologias são atualizações dessas idéias e sua veiculação, que se dá através de sua institucionalização, quer oficialmente - a nível de poder estabelecido -, quer informalmente ou em potencial - a nível da ação política emergente das classes dominadas, em direção ao rompimento com a situação de domínio.

Nesse sentido não se pode falar de uma ideologia em geral, conceito que seria neutro e válido para as diferentes formações econômico-sociais e para as diferentes formas de expressão de ideologias, pois, numa sociedade de classes, a ideologia só pode ser uma ideologia de classe.

A ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, que através, principalmente, da padronização dos valores e do ocultamento da realidade de classes antagônicas consegue manter a situação de domínio.

Mas, apesar das classes dominantes estabelecidas terem como objetivo a alienação completa das classes a ela submetidas, as contradições do cotidiano vão mostrando a

possibilidade de uma autonomia relativa - autonomia apesar das determinações - a qual só pode ser relativa, porque é limitada, condicionada pelo conjunto de determinações.

Assim é que,

" ... se é na ideologia e pela ideologia que a base econômica é encoberta ou melhor, que os conflitos da estrutura econômica são escondidos -, por outro lado também é na ideologia, pela relação ideologia/base econômica, que aqueles conflitos são percebidos e formulados." ¹⁴

Nessa perspectiva torna-se possível compreender o processo de tomada de consciência da situação de domínio componente este indispensável no processo de transformação social.

Nesse sentido, podemos falar em ideologias dominadas, ou seja ideologias das classes dominadas, que partindo da consciência da situação de domínio, lutam para superar essa situação, fazendo valer os seus interesses de classes.

Embora o processo de formação de ideologias dominadas seja permeado pela ideologia dominante, uma vez que nasce dentro de uma hegemonia estabelecida, isso não significa que seja um contra-senso falar em ideologias dominadas. Significa, tão somente, que a história não se faz por etapas estanques e separadas, em seqüências definidas por começo, meio e fim, cronometrados em tempo e espaços diferentes.

Mas, assim como a totalidade concreta só pode ser definida pelas suas relações contraditórias, a história,

também, só pode ser entendida no contexto de suas relações, sob pena de os fatos serem isolados, o que torna impossível a sua compreensão.

A ideologia dominante busca estabelecer a unidade ao redor dos interesses da classe dominante, através do consenso, ou seja, passando por cima dos conflitos, das contradições.

Por isso, é necessário, para entender a ideologia, repensá-la junto com a questão da hegemonia, entendida como capacidade de direção e organização moral e intelectual de uma classe sobre a sociedade.

Assim, a hegemonia só se torna possível quando se estabelece uma unidade entre teoria e ação, uma vez que a hegemonia está sendo entendida não apenas como direção política, mas, também, como direção moral, cultural e ideológica.

A formação da hegemonia é permeada por alguns elementos fundamentais como a criação de uma vontade coletiva, a qual, por sua vez é um dos elementos principais na formação de alianças.

Para Gramsci, é necessário definir a vontade coletiva em seu sentido moderno, ou seja, "a vontade como consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo."¹⁵

A formação de alianças depende dos compromissos que o grupo hegemônico contrai com os demais.

Esses compromissos constituem-se em outro elemento formador de alianças.

Para que a hegemonia se realize é necessário que sejam feitas ligações com outras forças sociais e políticas, a fim de realizar uma unidade entre essas forças diferentes, de acordo com as condições objetivas da sociedade,

ou seja o processo de conquista da hegemonia se inicia quando a classe que detém o poder político não está mais resolvendo os problemas da coletividade e a sua concepção de mundo passa a ser questionada.

À crise política das forças no poder segue-se uma crise na ideologia dominante, que pode levar à recusa dessa ideologia.

É nesse contexto que atua a ideologia das classes dominadas que, para se tornar hegemônica, necessita conquistar aliados em outras classes e/ou frações.

As ideologias dominadas mostram sua força quando conseguem romper com a ideologia dominante, constituindo-se de forma autônoma.

O cotidiano dessa luta incessante entre as classes para fazer valer os seus interesses parece mostrar que a ideologia não se explica por um conceito em geral, nem, tampouco, pela sua redução a ideologia dominante, ao ser definida, apenas, como falseamento da realidade.

Ao contrário, a ideologia é uma forma de conhecer a realidade, que resulta tanto das condições objetivas, como das idéias que os homens fazem dessas condições.

Nessa perspectiva gnoseológica, a ideologia tanto pode ser utilizada para encobrir a situação de domínio - objetivo claro da ideologia dominante -, como pode ser através dessa mesma ideologia que a situação de domínio é desvendada na ação política diária de resistência a ideologia dominante.

De acordo com Gramsci,

"A proposição contida na Introdução à Crítica da Economia Política, segundo a qual os homens tomam conhecimento

to dos conflitos da estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnoseológico e não puramente psicológico e moral."¹⁶

Ao citar essa passagem de Marx no "Prefácio", Gramsci confere um valor cognoscitivo a relação estabelecida entre economia e ideologia, através da qual torna-se possível indicar o processo de formação das idéias, das concepções de mundo, uma vez que é no campo ideológico que os homens tomam consciência dos conflitos da base econômica.

Dessa forma, Gramsci aponta um "erro na consideração sobre o valor das ideologias", que é explicado da seguinte maneira:

"O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia. O processo deste erro pode ser facilmente reconstruído: 1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é 'ideológica', isto é, insuficiente para modificar a estrutura, mesmo que acredite poder modificá-la; afirma-se que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é

'pura' aparência, inútil, estúpida, etc.; É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, 'desejadas'. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade de que é validade 'psicológica': elas 'organizam' as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são 'arbitrárias', elas não criam senão 'movimentos' individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma.)"¹⁷

Nota-se que o conceito de ideologia em Gramsci não é um conceito dado em geral, isolado do contexto no qual se insere, mas, ao contrário, o conceito é entendido a partir da estrutura econômica, pois é o conceito de estrutura que permite uma análise científica do conjunto da sociedade.

É o conceito de estrutura econômica que permite chegar ao conceito de formação econômico-social, enquanto totalidade concreta, caracterizada por determinadas relações de propriedade, ou seja pelo modo de produção.

Essas formações econômico-sociais são sociedades historicamente determinadas, em cujo sistema econômico encontramos dois elementos que são intimamente relacionados, mas, também contraditórios: as forças produtivas tendo como

força principal a força de trabalho e as relações sociais de produção.

A relação entre forças produtivas e relações de produção, pode ser aplicada a outras formações econômico-sociais, cujo modo de produção não seja capitalista.

Essas categorias são indispensáveis para entender determinada sociedade e supõe como ponto de partida a análise da estrutura econômica sobre a qual se montam toda a superestrutura, as formas ideológicas (políticas, jurídicas, religiosas, etc.)

Portanto, o entendimento da ideologia deverá seguir a mesma lógica, sob pena de se tornar um conceito metafísico e, por isso, incapaz de atingir uma compreensão da realidade.

Partindo do conceito de estrutura, como modo de produção determinado pelo conjunto de suas relações contraditórias, a formação de ideologias dominadas é passível de compreensão, tratando-se de uma análise histórica e dialética da realidade.

Do contrário, como se explicam, ao longo da história, as transformações ocorridas, se ao pensar a realidade eliminamos as suas contradições?

A história não é uma via de mão única, que conduz a um local fixo, nem, tampouco, é um sistema ordenado de forma linear e unilateral. Ao contrário, a história é produto de um conjunto de relações, que mesmo existindo através de uma interdependência mútua são, também, e, por isso mesmo, contraditórias, porque são reflexo dos conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção de uma dada sociedade.

Não sendo entendida dessa forma, a realidade não é passível de compreensão, porque inúmeros fatos que compõe

o cotidiano de uma dada sociedade ficam sem explicação concreta, dialética.

Como entender, por exemplo, os movimentos populares, se partimos de um entendimento mecânico da sociedade?

Se se acredita que a sociedade se desenvolve de forma mecânica, a partir de fatos justapostos, então no que se refere aos movimentos populares só é possível descrevê-los.

Mas, que razão é esta incapaz até de entender um fato cotidiano de expressão da luta de classes?

Lefebvre, ao estudar a lógica dialética, dizia que:

"A razão dialética supera esses dois aspectos do problema do conhecimento: por um lado, a experiência, o sensível, o imediato; por outro, a abstração, a forma, o raciocínio (...). Postos cada um em seu lugar, são relativamente verdadeiros e relativamente falsos: verdadeiros naquilo que viram e falsos naquilo que separaram e negaram."¹⁸

Nesse sentido e com relação a discussão das ideologias, Miriam Limoeiro, partindo da concepção gramsciana, distingue duas ideologias nas sociedades de classes, as quais não se formam ao mesmo tempo, visto corresponderem a articulações distintas das forças sociais. Essas ideologias são definidas da seguinte forma:

"As ideologias do como correspondem a fase de fortalecimento de uma situ-

ação já estabelecida, à manutenção de um determinado esquema de poder de uma hegemonia global.

As ideologias do porquê correspondem a uma fase de transformação: (a) ou mudança do sistema de poder, para a implantação de uma nova hegemonia global; (b) ou mudança no sistema de poder, para o acesso a hegemonia de uma nova fração de classe. Em (a) se trata da transformação de uma função apenas de direção (dominada) para a função hegemônica completa, incluindo função de direção e função de domínio; em (b) se trata do acesso de uma fração à função de direção da sua classe, mantendo a classe a função de domínio; a transformação aqui é, pois, interna à classe dominante, é uma transformação de dominância."¹⁹

Daqui a autora chega a conclusão de que as relações de classes caracterizam a ideologia.

E é através da relação existente entre a luta de classes e a ideologia, que esta - ao contrário das concepções mais difundidas - é uma forma de conhecer a realidade, dependendo da classe a que se refere.

Quando se trata de ideologias dominadas, a ideologia é uma forma de desvendar a situação de domínio e lutar para dissipá-lo, a partir da resistência à ideologia dominante.

Quando se trata da ideologia dominante, a ideolo-

gia, também, é uma forma de conhecer a realidade, de acordo com os valores burgueses de manutenção da situação de domínio, da submissão, dos padrões dominantes, dos valores, dos hábitos, da moral, que se faz concomitantemente à desvalorização, em todos os níveis, dos hábitos, costumes e valores das classes dominadas.

Assim, tanto na ideologia dominante, como nas ideologias dominadas, a ideologia é uma forma de conhecer a realidade e de exercer a dominação, de acordo com os interesses da classe a qual se esteja referindo.

Do contrário, não existiria saída para a transformação social. As ideologias dominadas não existiriam; ou se formariam e permaneceriam sob o domínio das ideologias dominantes, que, dessa forma, nunca deixariam de ser hegemônicas.

Mas, o cotidiano da luta de classes, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade capitalista internacional, mostra que não existe um domínio ideológico uniforme; ou seja a hegemonia não significa a dominação integral - em todos os níveis e situações - de todos os membros de determinada sociedade e de cada um em particular. Pois, uma vez que existem interesses antagônicos, que estão postos num incessante conflito cotidiano, não pode haver passividade incondicional ao domínio.

Isso demonstra, por sua vez, que a hegemonia é um processo e, como tal, vai sendo construída ao longo da história, a qual é definida pela luta de classes.

Assim é que: "a hegemonia é, na verdade, a superação da espontaneidade do movimento."²⁰, o que supõe uma consciência de classe, uma compreensão classista da realidade; ou seja uma compreensão da realidade através do en-

tendimento da luta de classes, razão pela qual a história é uma história em movimento e não uma coleção de fatos mortos.

Nesse sentido, a ideologia é uma força social, objetiva, que unifica através da direção de uma classe, ao mesmo tempo que dirige as demais classes em função dos interesses dessa classe dirigente.

Portanto, a ideologia também se refere a ação, ela induz a ação sobre a realidade, a qual não se dá através de uma prática espontânea, mas determinada socialmente.

Tal afirmação não pode ser apreendida se não recorrremos ao conceito de prática como mediação.

NOTAS

1. ABBAGNANO, Nicola - Dicionário de Filosofia, São Paulo, Editora Mestre Jou, s/d, p. 506.
2. MARX, Karl e ENGELS, F. - A Ideologia Alemã - Teses so bre Feuerbach, São Paulo, Moraes, 1984, p.109.
3. Id., ibid., p. 22.
4. Id., ibid., p. 23.
5. ALTHUSSER, Louis - Aparelhos Ideológicos de Estado, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983, p. 81.
6. MARX, Karl - O 18 Brumário de Luis Bonaparte, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p.17.
7. _____ - Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1983, p.25.
8. CHAUI, Marilena - O Que É Ideologia, 7ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1981.
9. MARX, Karl - op., cit., p. 25.
10. LENINE, V. I. - Uma Grande Iniciativa, os Sábados Comunistas, mimeo.
11. HELLER, Agnes - O Quotidiano e a História, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972, p.17.
12. LEFEBVRE, Henri - Lógica Formal/Lógica Dialética, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, p. 112.
13. CARDOSO, Miriam Limoeiro - Ideologia do Desenvolvimento Brasil - JK/JQ, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 61.
14. Id., ibid., p.57.
15. GRAMSCI, Antônio - Maquiavel, a Política e o Estado Mo derno, 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasi-

leira, 1984, p.07.

16. GRAMSCI, Antônio - Concepção Dialética da História, 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984, p.52.
17. Id., ibid., p.62.
18. LEFEBVRE, Henri - op., cit., p.188.
19. CARDOSO, Miriam Limoeiro - op., cit., p.81.
20. GRUPPI, Luciano - O Conceito de Hegemonia em Gramsci, 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. 40.

2 - PRÁTICA: UMA QUESTÃO DE TEORIA

2.1 - Discussão sobre o conceito de prática

Ao afirmar que o termo prática é uma questão de teoria não queremos, simplesmente, fazer um trocadilho com dois termos opostos, mas enfatizar que existem várias formas de abordagem do tema, que demonstram várias concepções de mundo diferentes, as quais, por sua vez, resultam de diferentes compromissos travados entre as classes de uma dada sociedade de classes.

A maioria dos autores, que abordam o tema, tratam da prática apenas em contraposição à teoria, sem analisar as questões inerentes a cada uma delas, como, por exemplo, o que determina a prática, ou o que determina a teoria.

Pode parecer um paradoxo falar em determinação da prática, mas esse é o caminho que conduz à compreensão da realidade, pois, é a partir do princípio de determinação que se constrói a definição da totalidade, sem a qual é impossível pensar a realidade em movimento, como unidade e luta entre os contrários.

Pensar a história significa pensar o que as totalidades concretas específicas que a formam, indagando sobre suas determinações, as quais não são encontradas na história como um todo, ou seja,

"Na realidade, totalidade não significa

todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido."²¹

A história, portanto, é a transformação das totalidades históricas concretas, ou seja, de cada sociedade específica, de cada formação econômico-social, cuja explicação só é possível a partir de suas determinações.

A apreensão das determinações dá-se através da razão, do pensamento, elaborado e sistematizado a partir de conhecimentos anteriormente produzidos.

"Penetrar no real é superar o imediato - o sensível - a fim de atingir conhecimentos mediatos, através da inteligência e da razão. Esses pensamentos mediatos são pensamentos, idéias. (...). Penetrar no real, portanto, é atingir pelo pensamento um conjunto cada vez mais amplo de relações, de detalhes, de elementos, de particularidades captadas numa totalidade, por outro lado, jamais podem coincidir com a totalidade do real, com o mundo."²²

O acesso as determinações, portanto, não se dá através da percepção sensorial, pois aquelas não são visíveis imediatamente, mas somente através da elaboração teó-

rica. Nesse sentido, a teoria é imprescindível na produção do conhecimento da realidade histórica.

Portanto, teoria e prática não são separáveis e isoláveis, como se faz comumente, de forma que de um lado a teoria seja considerada como algo dispensável à produção do conhecimento; ou de outro lado, a teoria seja a própria realidade, a própria verdade.

. Esses dois extremos se colocam como empecilho à produção do conhecimento, pois provocam um distanciamento da totalidade, na qual prática e teoria existem numa relação de interdependência, que, por sua vez, é uma relação contraditória, pois é dada pelo conjunto de suas determinações.

A relação de interdependência existente entre prática e teoria não se dá unicamente ao nível da abstração, se esta for entendida como resultante da atuação concreta.

"Um tal produto abstrato do pensamento não apresenta nada mais misterioso que um produto da ação prática."²³

Nesse sentido, o termo prática não significa um conceito abstrato, sem relação com a realidade histórica, mas, ao contrário, a prática é uma prática social e como tal uma prática de classes. É uma atividade objetiva do homem histórico, por ser uma atividade surgida no contexto de relações contraditórias entre as classes de uma dada sociedade de classes.

Os fatos históricos são sociais e por isso mesmo articulam-se entre si. No entanto, apesar dos fatos serem visíveis em sua aparência dada imediata, as relações entre os fatos, as articulações entre eles são construídas pelo

pensamento num plano abstrato que ultrapassa a aparência dada dos fatos.

Isso não significa dizer que as relações existentes entre os fatos são imaginárias e irreais. Significa, tão somente, que a produção do conhecimento procede do abstrato ao concreto; ou seja, de formulações teóricas anteriores em direção a reprodução mental da realidade, não como um todo caótico e desordenado, mas como realidade determinada, pois a realidade, o concreto real é exterior e anterior ao pensamento que o apreende.

Assim sendo, somente quando os fenômenos de um dado processo histórico estão plenamente desenvolvidos, é que se torna possível produzir conceitos que conduzam ao entendimento das determinações da própria realidade.

Outrossim, não é possível atingir a compreensão teórica de determinada realidade se não for apreendida em seu movimento.

Para apreender determinado processo real, os conceitos não podem ser estagnados, entendidos como conceitos em geral, prontos para definir qualquer realidade específica. Mas, ao contrário, para entender a realidade é necessário que os conceitos estejam inseridos no contexto de suas relações.

Assim, é possível perceber que o conteúdo não é exterior a forma, nem o concreto é exterior ao abstrato, pois

"Toda a vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que levam a teoria ao misticismo encontram a sua solução racional na práxis humana e no compreender desta práxis."²⁴

Por isso é que, ao pensar a totalidade como unidade contraditória, a relação que se estabelece nesse contexto de contradições não é uma relação de concomitância de fenômenos - como acreditam os positivistas - e sim uma relação de unidade entre os opostos. Portanto, a determinação não é uma causalidade e sim um condicionamento a partir do qual se desenvolve um conjunto de práticas políticas que se contrapõem nesse contexto de relações contraditórias, apesar de serem condicionadas pelo mesmo conjunto de determinações, cuja síntese constitui a teoria numa visão dialética, ou seja,

"O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida da observação imediata e da representação."²⁵

Nesta concepção, o real está intimamente ligado às suas determinações, porque são as determinações que fazem o real ser como é e, portanto, são elas que permeiam a compreensão do real. É através delas que o concreto (real) pode ser definido, entendido, conhecido.

No entanto, essas determinações não são visíveis em sua forma imediata, mas através dela, no seu conteúdo, porque são as determinações que formam o conteúdo da forma determinada, a qual se torna visível. Assim é que a forma não pode ser tomada em si na produção do conhecimento, sob pena de não se poder fazer mais do que descrições da realiz

dade.

Ao nível da observação imediata não é possível perceber as determinações de uma forma determinada. Eis aqui a importância do processo de conhecimento desenvolvido pelo pensamento, sem o qual seria impossível apreender as determinações de uma dada realidade.

Nas sociedades de classe, há que considerar as classes sociais como fundamentais para o entendimento da realidade, que é permeada por uma intensa luta de classes.

Portanto, a teoria é reveladora do real, no sentido de ultrapassar a aparente, aprofundando as relações de determinação e desenvolvendo um dever ser referente a um projeto de classe. Assim é que a teoria não é abstrata, nem neutra, nem "a priori", mas comprometida com os interesses de classe.

Aqui se coloca um ponto fundamental para a superação das determinações: a questão do conhecimento, que sendo um desvelamento da realidade permite uma consciência crítica do real e uma ação transformadora.

Desse modo, a teoria não está sendo sobreposta à prática nem vice-versa, pois, ao contrário do que possa parecer, a prática aqui converte-se em fundamento, critério de verdade e finalidade do conhecimento.

Há, portanto, uma relação mútua e de interdependência contínua entre prática e teoria, tornando-se evidente a partir da intervenção da prática no processo de conhecimento.

Isto não implica em dizer que teoria e prática são idênticas, mas, ao contrário, existe uma contraposição entre ambas, pois a teoria enquanto permanece em seu estado puramente teórico não é prática, ou seja, não produz nenhuma mudança real. A mudança não se desenvolve a partir de

uma atividade teórica, mas somente a partir de uma atuação prática,

"Assim, enquanto a atividade prática pressupõe uma ação efetiva sobre o mundo, que tem por resultado uma transformação real deste, a atividade teórica apenas transforma. nossa consciência dos fatos, nossas idéias sobre as coisas, mas não as próprias coisas. Nesse sentido cabe falar de uma oposição entre o teórico e o prático."²⁶

A oposição entre teoria e prática, no sentido de que a atividade teórica transforma a consciência dos fatos, enquanto a atividade prática transforma o mundo, tem sido entendida como uma contraposição absoluta, que implica em separação mútua. A própria divisão social do trabalho induz essa forma de pensar o mundo, colocando teoria e prática como adversárias.

A sociedade capitalista modela toda a organização da sociedade, impondo-lhe os seus ritmos e os seus padrões. A visão utilitarista é amplamente difundida nas sociedades de classe.

Por isso é que tentamos mostrar aqui que a oposição existente entre prática e teoria não pode constituir-se numa separação absoluta entre ambas, sob pena de não haver a realização da praxis.

O pragmatismo, isto é a prática sem teoria, não é apenas uma visão de mundo do "senso comum"; ou seja não é somente a consciência comum que coloca prática e teoria em

oposição radical. A história do pensamento filosófico mostra que o pragmatismo também faz isso, quando reduz a verdade ao útil. Mas, útil a quem? A verdade é reduzida àquilo que é útil à manutenção do poder por parte daqueles que o detém.

E esta não é "uma página virada da história", o pragmatismo não só influenciou as diferentes ciências, as diferentes profissões, o "senso-comum", mas continua influenciando, quer na produção do conhecimento, quer na atividade prática.

Por isso é que é importante enfatizar a unidade teoria/prática, no sentido da autonomia e dependência de uma com relação a outra.

Nesse sentido afirmamos que a prática é uma questão de teoria, pois não só a noção que se tenha de prática, como a prática desenvolvida efetivamente refere-se a uma visão de mundo que se tenha.

Assim, também a teoria depende da prática, sendo esta o seu fundamento, pois é a prática que determina o limite do desenvolvimento do conhecimento, ou seja é o critério de verdade do conhecimento. A prática social é que estabelece a correspondência ou não de um pensamento com a realidade.

No entanto, a prática que estamos nos referindo aqui não é a ação prática do homem entendida como prática individual. Este é o ponto de vista do pragmatismo.

A prática aqui é entendida como atividade material do homem histórico, isto é, como prática social, como ação determinada pelas relações sociais e direcionadas para uma finalidade; ou seja, a prática é socialmente determinada.

Afirmar que a prática é socialmente determinada não é o mesmo que assumir uma visão determinista, nem tam-

pouco, significa que a prática esteja sendo entendida como uma ação inconsciente. Significa, apenas, que ela é condicionada pelas relações sociais, e assim sendo, é uma prática política.

A prática social é aqui entendida como uma prática política, porque se define pelas relações de poder, ou seja, pelas relações entre as classes.

1.2 - Prática política

Entendemos que a prática política é uma forma de prática social que se refere a organização e direção da sociedade, tanto que diz respeito a atividade do Estado, como da sociedade civil.

Esta organização e direção da sociedade que é definida pelo que-fazer político, constitui-se na relação prática social/prática política, tornando-se impossível entender a prática social isolada daquilo que lhe dá sentido: a política.

O termo político ao qual estamos nos referindo não implica da adjetivação partidária. Nas condições de uma sociedade dividida em classes antagônicas, a política não compreende outra coisa senão a luta política de classes, de acordo com os respectivos interesses de cada classe.

É comum entender-se por político aquilo que é passível de corrupção, sendo esse mais um legado do pragmatismo para manter o poder instituído, pois vinculando o termo político a toda sorte de mesquinhaaria torna-se mais fácil manter a dominação através do discurso moralista do bem e do mal; do certo e do errado; e do "assim seja", mantendo

as classes dominadas cada vez mais envolvidas com a competição permanente a que está submetida uma sociedade de classes, dificultando, assim, a organização dos seus membros em torno da sua classe.

Mas, mesmo não existindo uma compreensão clara da realidade de contradição e luta entre as classes e suas determinações, as classes dominadas se manifestam como dominadas na ação política.

Dessa forma, a política torna-se uma atividade prática quando a luta travada pelas classes vincula-se a uma determinada forma de organização dessas classes, que se faz através de meios efetivos de luta.

Partindo dessas formas efetivas de luta, as quais estão inseridas no cotidiano de contradição e luta entre as classes, é possível perguntar: até que ponto a ação política conduz a uma identidade de classe, a uma organização em torno dessa classe e a uma ação transformadora? até que ponto o que-fazer político é uma praxis?

A prática política assumida por determinado grupo relaciona-se com a ideologia deste grupo, ou seja, com sua concepção de mundo.

Assim, é possível verificar que há determinadas formas de prática política que contribuem com a formação da ideologia de classe e outras que não.

Mas aqui tratamos de uma prática política específica, para melhor entender o que está sendo colocado ao nível da abstração.

A prática política concreta sobre que nos iremos deter é a prática desenvolvida pelos movimentos reivindicatórios.

NOTAS

21. KOSIC, Karel - Dialética do Concreto, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 35.
22. LEFEBVRE, Henri - op., cit., p. 112.
23. Id., ibid., p. 112.
24. MARX, Karl e ENGELS, F. - op., cit., p. 109.
25. MARX, Karl - Contribuição à Crítica da Economia Política, 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1983, pp. 218-219.
26. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez - Filosofia da Praxis, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.210.

3 - MOVIMENTOS POPULARES: CONCRETIZAÇÃO DA IDEOLOGIA DE CLASSE

3.1 - Movimentos populares ou movimentos sociais urbanos?

A categoria "movimentos sociais urbanos" empregada principalmente na América Latina, para designar processos de mobilização em áreas urbanas, vem sendo difundida também aqui no Brasil, onde já existe uma polêmica em relação a adequação do termo à realidade brasileira.

De acordo com a compreensão comum (geral) do termo, os "movimentos sociais urbanos" situam-se nas esferas da produção - sindicatos; da reprodução - movimentos de bairros: custo de vida; contra a carestia; associação de moradores; conselho de moradores, entre outros; e da gestão - movimentos políticos.

Esses movimentos são expressões de conflitos sociais e sua característica principal é referirem-se a reivindicações.

Uma das divergências entre os autores que estudam este assunto é com relação à escolha do ponto de partida mais relevante para o estudo dos chamados "movimentos sociais urbanos".

De um lado, situam-se os que utilizam como ponto de partida o estudo da base social e organização desses movimentos; de outro - como é o caso de Manuel Castells - estão os que consideram como ponto central de abordagem desse assunto, as contradições a ele inerentes.

As divergências existentes entre os autores é decorrente das diversas concepções de mundo, que se inserem no bojo das filosofias da história.

No entanto, o procedimento, que permite atingir a compreensão interna e externa dos movimentos, parte do conteúdo das relações contraditórias que lhe deram origem e não de sua forma aparente (base e organização).

A noção de "movimentos sociais urbanos" é ambígua e sobre isso escrevem Machado da Silva e Ziccardi, quando dizem que a produção intelectual no contexto latino-americano engloba na demonstração de movimentos sociais urbanos,

"as mais diversas formas de expressão, mobilização, organização e luta dos setores populares - desde movimentos de favelados, até quebra-quebras de transportes públicos, passando por movimentos de populações afetadas por algum plano de renovação urbana. Mas não é menos certo que também são batizados de 'movimentos sociais urbanos' formas de expressão das classes dominantes como, por exemplo, os movimentos ecológicos e os de defesa de certos direitos de propriedade e uso do solo."²⁷

Segundo Jacobi, esses movimentos apresentam como traço comum o fato de que "têm surgido das contradições que se expressam no cotidiano da população na sua condição de moradores."²⁸

Mas, esse traço que o autor assinala como comum aos movimentos sociais só é de fato comum aos movimentos que se referem a reprodução da força de trabalho, quando reivindicam condições dignas de moradia; ou a preservação de condições já existentes de moradia, como a luta de moradores de bairros de classe média ou alta, que se dá no sentido de preservação do estilo arquitetônico; ou do tipo de moradia, como, por exemplo, um bairro, caracterizado pela construção de casas, que trava uma luta pela não construção de edifícios. Exemplos destes poderiam ser multiplicados.

No entanto, a condição de morador não é o elemento que impulsiona, diretamente, a mobilização coletiva, quando esta, por exemplo, diz respeito às condições de trabalho: jornada de trabalho, salário, direitos do trabalhador, entre outras.

Claro que os motivos, acima assinalados, não estão desvinculados um do outro, porque referem-se, em sentido amplo, às condições de vida, ou seja, condições de trabalho, que garantem a sobrevivência; e, condições de moradia, que garantem a reprodução da força de trabalho.

Mesmo assim, tomar apenas um desses vetores desse todo complexo para designá-lo como comum é uma generalização abstrata, que não conduz ao estudo científico da problemática em sua globalidade, cujo entendimento passa pela compreensão da totalidade concreta específica, na qual se insere.

Daí a necessidade de definição dos termos e delimitação do tema, para não incorrer em generalizações que comprometam uma abordagem histórica e dialética.

Dessa forma, com o propósito de estudar as mobilizações coletivas das camadas populares urbanas, cujas rei-

vindicações referem-se à reprodução da força de trabalho, no sentido de lutarem por melhoria das condições de moradia, adotamos uma denominação que já é usada por alguns autores e que acreditamos conter o sentido da delimitação feita: Movimentos Populares Urbanos.

A nosso ver esta denominação está adequada ao estudo das organizações de moradores, que, sendo organizações atuantes na conjuntura, na qual se inserem, não estão passivas diante dos acontecimentos, mas, ao contrário, estão fazendo parte das relações de forças presentes em determinada conjuntura. Daí o sentido da palavra movimento.

O termo popular refere-se ao fato de estar-se abor- dando, aqui, não os movimentos de moradores em geral, mas os movimentos de moradores das classes populares.

E, ainda, ao falar de urbano não estamos nos referindo a este termo em contraposição ao termo rural, pois, isto, em vez de adentrar no entendimento da estrutura social, para assim captar as suas contradições, distancia-se dela, porque parte da forma constituída e não do todo, que a constitui.

Assim sendo, ao falar de urbano estamos nos referindo, não somente a uma forma espacial, mas a uma forma de organização social do processo de reprodução.

Nesse sentido, é que estudamos os movimentos populares em sua relação com os poderes públicos, sobretudo os que se situam no âmbito da administração municipal.

Partindo desse ponto é que fazemos a pergunta: mas o que são mesmo esses movimentos que se originam das contradições vivenciadas pela população na sua condição de moradores? Qual o conteúdo desses movimentos? Por que eles eclodem em determinados momentos e não em outros?

Os movimentos populares são indicadores da luta de

classes; neles as classes dominadas desenvolvem formas de luta resistindo à situação de domínio, o que supõe uma certa consciência da existência do domínio.

Mas, em que condições surge essa consciência de classe e como pode ser verificada a sua existência?

Essa questão conduz à discussão da organicidade, que é um indicador eficaz do surgimento de uma consciência de classe, pois implica numa relação fundamental: a relação direção/base, através da qual é possível verificar o grau de desenvolvimento dessa consciência de classe, numa sociedade determinada.

Dessa forma, os movimentos populares são uma expressão concreta, materializada, de uma consciência de classe em formação, que vai se dando através do desvendamento da situação de domínio.

Utilizando o termo movimentos populares, para designar os movimentos desencadeados pelas classes dominadas na sua condição de moradores, pretendemos abordar as formas de práticas políticas levadas a efeito pelos referidos movimentos, no sentido de precisar a sua contribuição no processo de formação da consciência de classe.

Nesse sentido, é imprescindível relacionar o estudo dos movimentos populares com a conjuntura, na qual se desenvolvem.

Entendemos por conjuntura uma situação política de terminada por uma dada estrutura social; ou seja é uma síntese das contradições de uma formação social ou de um determinado momento de seu desenvolvimento.

A análise de conjuntura refere-se a uma leitura específica da realidade, que se faz em função de alguma necessidade ou interesse.

Para se analisar uma conjuntura é necessário não

apenas um conhecimento detalhado de todos os elementos julgados importantes em uma determinada situação, mas também, a descoberta de sentidos e relações a partir dos dados e das informações.

As categorias utilizadas para se fazer análise de conjuntura são: acontecimentos, cenários, atores, relação de forças, articulação (relação) entre "estrutura" e "conjuntura".

Acontecimentos são diferentes de fatos, ou seja, são fatos que adquirem um sentido especial para um país, uma classe social, um grupo social ou uma pessoa.

Na análise de conjuntura é importante considerar os acontecimentos, sabendo primeiro distinguir fatos de acontecimentos e, depois, distinguir os acontecimentos segundo sua importância, de acordo com quem a esteja realizando. Ou seja, a análise de conjuntura não é neutra, mas revela uma percepção que se tem da realidade, de acordo com os interesses de classes a que se está vinculado.

Nesse sentido, há duas maneiras de se ler determinada conjuntura: uma, a partir da situação ou do ponto de vista do poder dominante; a outra, a partir da situação ou do ponto de vista das classes subordinadas, dos movimentos populares, da oposição ao poder dominante.

De um modo geral, a análise de conjuntura destina-se a uma intervenção política, por isso é crucial para a praxis política.

Os cenários - outra categoria utilizada - são determinados espaços, onde se desenvolvem as práticas social e política.

Os atores sociais são as pessoas, os grupos sociais e as instituições que participam de um modo ou de outro na luta política de classes.

As relações de forças são as relações de poder existentes entre as classes sociais, os grupos, os diferentes atores sociais. Essas relações de forças sofrem mudanças permanentes e, portanto, a política está sempre apresentando elementos novos.

Esses acontecimentos desenvolvidos por determinados atores sociais, em espaços determinados, gerando uma situação, a partir das relações de forças existentes vincula-se à história, às relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas ao longo do processo histórico.

Portanto, a conjuntura não se dá independente da estrutura que a determina, mas articula-se com ela, sendo necessário relacionar a conjuntura com a estrutura.

A conjuntura é dinâmica, sendo através do seu estudo que podemos perceber porque determinado fenômeno surge em determinados momentos e qual a capacidade desses fenômenos de intervir ou de alterar as estruturas.

No entanto, a análise de conjuntura só é válida se conseguirmos captar as contradições, o que não é possível quando não se tem um marco teórico definido.

A teoria é imprescindível ao estudo da conjuntura, assim como o é obter informações específicas do momento a ser estudado. Estes são os dois pilares básicos a partir dos quais se consegue compreender os momentos específicos de uma determinada sociedade, que é de fundamental importância para a condução da ação política.

Ao captar as contradições é necessário distinguir qual a contradição principal e quais as contradições secundárias, para não cair numa abordagem que negue a luta de classes, ao distanciar-se dela.

Assim sendo, não é somente a economia que determina a transformação social, mas, também, a luta de classes.

Portanto, é preciso analisar não apenas os impactos da economia, mas o nível de consciência e de organização, as relações de forças, e a luta política; ou a luta de classes. É a partir dessa análise que podemos discutir a possibilidade da transformação social.

Esse processo de transformação tem que ser em termos internacionais, porque o modo de produção também é internacional, apesar das especificidades locais.

Mesmo apresentando características específicas, a exploração capitalista dá-se, basicamente, pela extração da mais-valia e pela criação da força de trabalho de reserva, além de outros elementos que caracterizam este modo de produção como, por exemplo, a expansão da tecnologia. No entanto, essas características são encontradas em qualquer país capitalista.

Por isso, acreditar que as saídas para as crises do capitalismo podem ser encontradas nos limites nacionais é não levar em conta o entendimento do sistema capitalista em sua totalidade.

Dessa forma, não existe burguesia nacional, existe burguesia de capital nacional. A burguesia, para ser burguesia, tem que ser internacional, assim como o capitalista, para ser capitalista, não pode fazer de outra forma, tem que extrair a mais-valia.

A burguesia está associada e é dependente do capital financeiro internacional.

Por isso é que uma aliança entre as classes antagônicas só pode existir em momentos determinados e muito breves. O discurso da igualdade e fraternidade entre os homens, não leva a uma aliança de classes, mas à exploração e à opressão, embora que mascaradas, de uma classe sobre as outras, pois toda aliança se dá em um espaço de tempo

definido e por um objetivo determinado.

Assim, através da observação de alianças travadas entre as classes organizadas em movimentos, pode-se chegar à compreender a forma de atuação política desempenhada e as relações de poder existentes numa determinada sociedade.

Este é um dos caminhos que pode levar-nos à verificação da hipótese central deste estudo: a de que há formas de prática política que visam a consolidação da ideologia das classes dominadas, ou ideologias dominadas, assim como existem outras formas que podem impedir o desenvolvimento de uma consciência de classe.

Há uma relação entre prática política dos movimentos populares e projeto de classe desses movimentos, pois é através da prática política que o compromisso de classe é concretizado. A análise da prática política, permitirá precisar a imediatividade e a mediaticidade de determinado movimento, pois

"Quando abordamos a análise de uma situação concreta, o eixo essencial de sua interpretação deriva sobretudo de sua inserção no processo político, quer dizer de sua relação com o poder."²⁹

Daí, a importância de se estudar as formas de prática política dos movimentos populares para poder captar, tanto os objetivos destes movimentos, como sua participação no processo de formação de ideologias dominadas.

O que permite compreender esse processo de formação de ideologias dominadas é a análise concreta do processo social, no qual se insere, para não incorrer no empiricis-

mo que leva a tomar a forma pelo conteúdo, não conseguindo ir mais além de descrições do aparente e do imediatamente dado:

"as práticas só podem ser compreendidas em relação ao conteúdo ideológico veiculado e na posição que ocupam no processo de conjunto."³⁰

3.2 - Relação entre movimentos populares e ideologia

As práticas não podem ser entendidas a partir de si mesmas, mas de sua inserção na estrutura social, aqui concebida como contraditória e em contínua mudança.

Nesse contexto de relações contraditórias encontram-se as formas ideológicas que são determinadas pelas condições materiais de existência, as quais são determinadas, por sua vez, pelo modo de produção e, portanto, pela estrutura econômica, que é o determinante de toda formação social.

Por conseguinte, a superestrutura corresponde à estrutura econômica, de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

Assim, as formas ideológicas, que constituem a superestrutura, têm uma tarefa a desempenhar no desenvolvimento da estrutura, travando com esta uma relação contraditória.

Nesse sentido, as relações superestruturais são entendidas como impulsionadoras do desenvolvimento das forças produtivas, ou como empecilho ao seu avanço.

A ideologia não é um conjunto de representações idealistas e imaginárias, mas está vinculada com o real e é nessa relação, que vai construindo formas de conhecer a realidade, de acordo com os interesses de classe que representa, não podendo, pois, ser pensada sem vinculação com as classes sociais.

Portanto, a ideologia não é um elemento alheio a estrutura social, manipulado para induzir a luta de classes, mas, ao contrário, ela é produzida na luta de classes e por esta modificada. Consequentemente, ela não se define por si só, não se acha isolada da especificidade histórica, mas existe a partir da conjuntura; a qual se forma pela articulação de práticas históricas concretas.

A análise de uma dada situação concreta se efetua em relação a uma conjuntura específica, que constitui o processo histórico de desenvolvimento de cada formação social.

Assim também, a estrutura social acha-se constituída por um conjunto de relações sociais contraditórias e conflitivas, daí resultando seu permanente dinamismo.

Isso não significa dizer que a observação das práticas sociais seja suficiente para compreender as estruturas sociais, o que só é possível a partir da teoria.

As práticas, concretamente observadas, só se tornam significativas quando os elementos da estrutura social são situados num contexto teórico prévio.

Nesse sentido, ao abordar a problemática urbana, no que se refere a luta política de classe, o campo teórico capaz de compreendê-la é o dos "movimentos sociais urbanos", que emergem no contexto daquela problemática, quando há condições concretas, determinadas pela base econômica.

De acordo com essas condições, as classes domina-

das desvendam o domínio e encontram os meios de reagir contra ele.

Esse desvendamento do domínio não se faz sem um conteúdo ideológico, o qual está implícito na luta política de classe.

O acirramento das contradições urbanas, geradas pelo modo de produção capitalista, fez emergir novas formas de reivindicação popular e pressão sobre o poder público.

Uma delas, refere-se ao processo de reprodução da força de trabalho e trata de diferentes formas de organização surgidas nos locais de moradia, tendo como principal reivindicação a luta por melhores condições de vida.

A prática política, levada a efeito pelos movimentos coletivos, dentre eles os movimentos populares urbanos, podem produzir transformações na organização urbana, através de uma mudança, embora parcial, da correlação de forças entre as classes.

3.3 - Prática política dos movimentos populares e perspectivas de transformação social

Entendemos aqui por práticas políticas as ações conscientes que, tendo por objeto as relações de classes, direcionam-se para o Estado.

Essas práticas visam, por um lado, a manutenção do Estado, pela classe dominante: para esta as práticas políticas se concretizam, principalmente, através das intervenções do aparelho político-jurídico. Por outro lado, no caso das classes dominadas, tais práticas buscam a conquista de poder do Estado, definindo-se através da luta política

de classe.

Segundo Vazquez,

"Na medida em que sua atividade toma por objeto não um indivíduo isolado, mas sim, grupos ou classes sociais, e inclusive a sociedade inteira, ela pode ser denominada praxis social, ainda que num sentido amplo toda prática (inclusive aquela que tem por objeto direto a natureza) se revista de um caráter social, já que o homem só pode levá-la a cabo contraindo determinadas relações so-ciais (relações de produção na praxis produtiva) e, além disso, porque a modificção prática do objeto não humano se traduz, por sua vez, numa transformação do homem como ser social."³¹

Seguindo o raciocínio de Vazquez, a atividade política é uma forma de praxis social "que leva a transformar a organização e direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado."³²

Essas mudanças provêm da alteração da correlação de forças, que se dá na luta política de classes.

Sendo que o Estado atua como mediador da luta de classe, as mudanças que podem ocorrer a partir desta alcançam, também, a atividade do Estado, que não se situa acima das contradições sociais, mas, ao contrário, existe a partir dessas contradições e consiste na busca de conciliação entre elas.

De acordo com Engels, o Estado é

"... um produto da sociedade num estágio determinado de seu desenvolvimento, é a confissão de que essa sociedade se embaraça numa insolúvel contradição consigo mesma, tendo se dividido em oposições inconciliáveis que é impotente para conjurar."³³

O Estado, portanto, não é um instrumento monolítico da classe dominante, pois se origina da própria contradição entre as classes, corporificando, assim, as diferentes práticas sociais. Embora esteja a serviço da classe dominante incorpora também os interesses das classes dominadas, sobretudo através das políticas sociais, que se destinam à manutenção e reprodução da força de trabalho, mas que se estabelecem de diferentes formas, de acordo com a correlação de forças existente entre as classes numa dada conjuntura social.

É nessa correlação de forças que se encontram, no cotidiano da prática política das classes dominadas, os movimentos populares urbanos.

A luta política de classe, levada a efeito pelos movimentos populares, dá-se através do processo de tomada de consciência dos interesses antagônicos entre as classes e da constituição de uma identidade de classe no desenvolvimento e organização de formas de luta, ou seja, faz-se através do processo de passagem de "classe em si" à "classe para si".

De acordo com Vazquez,

"A praxis política, enquanto atividade prática transformadora, alcança sua

forma mais alta na praxis revolucionária como etapa superior de transformação prática da sociedade." ³⁴

Daí entendermos que, no embate cotidiano da luta política, a formação de ideologias dominadas pode ir se consolidando, à medida em que as práticas políticas, levadas a efeito, vislumbrem a perspectiva da transformação social, baseadas nos interesses das classes dominadas.

Existem várias formas, através das quais as classes dominadas realizam pressões reivindicatórias diante do Estado.

As formas históricas de reivindicação mais utilizadas no Brasil pelas classes populares urbanas, para expressar diante do Estado sua insatisfação em relação às condições próprias do espaço urbano tem sido: a ação organizada - levada a efeito por amplos setores das classes dominadas, através de entidades representativas; e a ação direta, ou espontânea - ação não organizada, que consiste em atos públicos inesperados de protesto, geralmente contra a deterioração de um determinado setor de serviços públicos. Estes protestos tomam a forma de quebra-quebras, saques, invasões, reclamações contra determinado órgão público, entre outros.

Neste estudo enfocaremos a ação organizada enquanto prática política, a partir da análise das entidades de moradores, organizações que se constituem nos locais de moradia com o objetivo de lutar por melhoria nas condições de vida.

Essa escolha se dá pela importância histórica dessas lutas no Brasil, as quais se tornaram, a partir de meados dos anos 70, um movimento crescente, atuante, com capa

cidade de organização e que vem apresentando um grau de combatividade maior em relação àqueles movimentos populares, que se referem à reprodução da força de trabalho.

NOTAS

27. SILVA, Luiz Antônio Machado e ZICCARDI, Alícia - "Notas para uma Discussão sobre Movimentos Sociais Urbanos", in Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 13, 1980, p.83.
28. JACOBI, Pedro R. - "Movimentos Sociais Urbanos", in Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, nº 9, 1980, p.22.
29. CASTELLS, Manuel - A Questão Urbana, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, p.296.
30. Id., ibid., p. 270.
31. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez - op., cit., p.200.
32. Id., ibid., p. 200.
33. ENGELS, F. - A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, in. Obras Escolhidas, São Paulo, Alfa-Omega, v.3, pp. 135-136.
34. VAZQUEZ, A. S. - op., cit., p. 201.

segunda parte

A FORMAÇÃO DE IDEOLOGIAS DOMINADAS NA PRÁTICA
POLÍTICA DOS MOVIMENTOS POPULARES URBANOS

"... o verdadeiro resultado
de suas lutas não é o êxito
imediato, mas a reunião ca-
da vez mais ampla dos traba-
lhadores."

Marx e Engels

Manifesto do Partido Comunista

INTRODUÇÃO

Essa parte, que se refere ao nosso objeto de estudo, postula a possibilidade de uma ideologia dominada em formação, sobretudo enquanto processo de construção de hegemonia.

Para apreender a formação dessas ideologias dominadas, enquanto momento da luta hegemônica, o aspecto privilegiado foi o da organização, não como instância formal, mas como prática.

Nesse sentido, o estudo enfoca os movimentos populares urbanos - forma específica da luta de classes no âmbito da reprodução da força de trabalho - como expressão da organização das classes subalternas, para neles captar de alguma forma a emergência e o desenvolvimento de ideologias dominadas.

A análise aqui esboçada refere-se ao estudo de uma realidade concreta, e partindo da recusa da unilateralidade, no entendimento da ideologia dominante, questiona a possibilidade de formação de uma ideologia dominada, a qual só pode ser considerada ideologia das classes dominadas se de alguma forma contestar a ideologia da classe dominante e travar uma luta pela hegemonia.

Entretanto, os movimentos populares não estão sendo entendidos de forma abstrata, mas datados e situados historicamente.

4 - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Escolha do local e período

O crescimento dos movimentos populares no Brasil, a partir do final da década de 70, assim como de outros movimentos reivindicatórios, vem provocando uma série de modificações na correlação de forças, o que implica mudanças significativas na história do país.

Uma dessas mudanças aconteceu, de forma inédita no país, na cidade de Fortaleza, Ceará, quando da eleição municipal para prefeito das capitais, em 1985 - primeira após o regime ditatorial: a vencedora do pleito foi a candidata de um partido minoritário de oposição ao sistema.

Esse resultado eleitoral configurou, naquela conjuntura, um avanço dos movimentos populares nesta cidade, sendo este o motivo pelo qual optamos para aí realizar o estudo. Além disso, a cidade de Fortaleza é uma realidade vivenciada por nós, o que possibilitou entender com maior clareza as questões aqui levantadas.

O período que vai de 1979 à 1987 foi escolhido para o estudo por ter havido, ao longo destes anos, um grande avanço e um fortalecimento dos movimentos populares.

O ano de 1979, além de demarcar conquistas importantes da sociedade civil em luta - como a anistia política e o ressurgimento dos movimentos reivindicatórios, que haviam sido abafados pela ditadura militar implantada no país em 1964 -, marca, também, o início de uma das adminis

trações municipais estudadas, já que faz parte de nossa abordagem analisar a relação movimentos populares/administração municipal, sendo necessário, portanto, o estudo das políticas municipais implementadas nesta época.

Neste período situam-se ainda momentos importantes na história do Brasil, que atualmente vivencia um regime de transição, iniciado em novembro de 1984, a partir da eleição presidencial, feita através de um colégio eleitoral composto por senadores indicados e deputados eleitos pela ditadura e, portanto, ilegítimo, embora legal. No entanto, a presidência da República foi ocupada por um civil, o que representa, pelo menos na aparência, um certo enfraquecimento do poder militar dominante já há vinte anos.

Esse período é igualmente importante na história da cidade de Fortaleza: em 1985 uma nova correlação de forças na sucessão municipal provocou o enfraquecimento da oligarquia dominante na cidade, sendo este um dos motivos para definir o término do período estudado no ano de 1987, o que permitiria incluir na análise os dois primeiros anos desta última administração municipal.

O referido corte na história foi feito, também, por apresentarem os anos de 1986 e 1987 elementos conjunturais decisivos para este estudo.

Para poder descobrir e analisar as contradições, tanto gerais como específicas, tanto principais como secundárias, que nos permitissem elucidar as questões levantadas no estudo, fizemos uma análise fundamentalmente qualitativa dos dados levantados.

Material empírico

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa em jor-

nais locais, tendo sido consultada a coleção completa referente ao período, com o que constituímos uma espécie de arquivo da história oficial, no qual se encontram relacionados todos os assuntos que consideramos pertinentes ao tema em estudo.

A escolha pela pesquisa de jornais deu-se na tentativa de se resgatar a história oficial sobre o assunto.

Esta pesquisa foi organizada em forma de quadros, que são apresentados em anexo, a partir dos dados coletados em um dos jornais que esteve em circulação durante todo o período estudado..

Estes dados foram úteis, tanto para verificar aqueles acontecimentos que foram de maior relevância no que se refere às reivindicações coletivas da cidade, como para subsidiar a compreensão das políticas municipais desenvolvidas nesse período, através da verificação dos efeitos sociais produzidos. Os dados, além disso, tornaram possível, juntamente com outros, a análise de conjuntura necessária à compreensão do tema.

Para contracenar com o arquivo da história oficial construímos um arquivo da história extra-oficial, que consiste em reunir informações dos acontecimentos que ficaram nos bastidores da história oficial, mas que ~~foram~~ também eram responsáveis pelo que acontecia no palco.

Este arquivo da história extra-oficial reúne publicações as mais diversas, tais como panfletos, jornais informativos dos movimentos, discursos por ocasião de manifestações populares, publicações produzidas em seminários e congressos e atas de reuniões de entidades de moradores. Incluímos, também, neste arquivo depoimentos de lideranças locais por ocasião de entrevistas realizadas.

A respeito das políticas municipais, foi feito um

estudo dos planos, programas e projetos de Governo para selecionar daí as políticas realmente implementadas e assim poder analisar os efeitos sociais produzidos.

Recorte nos movimentos

Dentre os movimentos coletivos existentes privilegiamos o estudo dos movimentos de moradores das camadas populares, para poder entender por que razão houve historicamente um maior fortalecimento dessa forma de organização, não só na cidade em estudo mas na América Latina como um todo.

Outra razão para escolha dos movimentos populares é o fato de terem estes uma penetração em amplos setores das classes dominadas, as quais vivenciam, com maior intensidade, os problemas referentes à reprodução da força de trabalho, embora não de maneira uniforme.

Acreditamos, também, que a luta por melhores condições de vida é mais abrangente do que a do movimento sindical, do qual participam principalmente aqueles que estão engajados na atividade produtiva. Já os movimentos por melhores condições de vida - movimentos populares como aqui os entendemos - aglutinam um leque maior de participantes, nos quais se encontram, não apenas pessoas engajadas no trabalho produtivo, mas também pessoas que realizam as mais variadas formas de atividades de sobrevivência, nelas incluindo o trabalho doméstico, o biscate, o comércio ambulante, entre outros.

Ao dizer isso, não estamos afirmando que o movimento sindical seja menos importante; ao contrário, apesar de ser mais restrito, o movimento sindical refere-se diretamente ao sistema de produção e exploração. Por ser a forma

de organização que se defronta diretamente com a estrutura determinante da sociedade, o movimento sindical poderia desenvolver uma ação mais decisiva na transformação das relações sociais.

No Brasil, os sindicatos desde sua criação têm mantido um certo atrelamento aos órgãos de governo. No entanto, tiveram uma importante atuação nas conquistas sociais em geral.

No tocante ao período estudado, os movimentos sindicais, mesmo tendo feito parte do conjunto de forças que, dentre outras lutas, desencadeou o processo de abertura política e lutou por eleições diretas, não conseguiu - a grosso modo - demarcar um compromisso efetivo com a classe trabalhadora no embate cotidiano da luta política.

Paradoxalmente, os movimentos populares demonstraram, em alguns momentos, um crescente poder de mobilização e de organização.

Então, sendo o modo de produção o que determina uma sociedade, por quê as mobilizações sociais, que se situam na esfera da produção podem estar mais desarticuladas do que as lutas reivindicativas que se referem à reprodução da força de trabalho? Por conseguinte, podem as diversas formas de organização coletiva, surgidas das contradições do cotidiano, ser analisadas separadamente, ou seja, enquanto vinculadas à produção, à reprodução e à gestão? Ou cada um desses aspectos é apenas parte de uma totalidade que para ser compreendida tem que alcançar suas relações e suas contradições?

Essa tentativa de contextualização a partir das questões levantadas se dá no sentido de reconstruir logicamente a razão da escolha dos movimentos populares para a realização deste estudo.

Escolha de entidades de moradores ou amostra utilizada

Para a escolha das entidades de moradores a serem incluídas na pesquisa, utilizamos como critérios: a) o ano de sua fundação, que deveria coincidir com o período delimitado para a pesquisa; b) entidades que possuíam vinculação com organizações de segundo grau, que aglutinassem várias associações de moradores a nível metropolitano; c) entidades que não concordavam com o poder estabelecido.

Mediante os critérios acima, tentamos formar uma amostra qualitativa, que reduziu o número de entidades a serem pesquisadas, tendo sido escolhidas, aproximadamente, dez por cento do número de entidades filiadas às entidades gerais e dez por cento das que não se vinculam a nenhuma outra de nível metropolitano, exceto em ocasiões extraordinárias e específicas.

As entidades, que foram finalmente incluídas na pesquisa, resultaram da aplicação de um critério qualitativo, mediante o qual se preferenciaram na decisão final aquelas que eram mais atuantes e combativas, mesmo tendo diferentes tendências políticas.

Essa amostra qualitativa permitiria tornar mais saliente o processo ideológico em estudo, através das entrevistas e discussões travadas com os representantes das entidades escolhidas.

Um total de cinquenta entidades foram pesquisadas com maior profundidade, das quais quarenta estavam vinculadas às duas entidades metropolitanas e dez, sem nenhuma vinculação a nível municipal ou metropolitano.

Vinculadas a cada entidade municipal, foram estudadas cinco entidades de moradores de bairros populares, cinco de moradores de favelas, cinco de moradores de conjun

tos habitacionais e cinco outras entidades que estavam participando do último congresso realizado por cada entidade geral, tendo sido um em outubro e outro em dezembro de 1987 (ver quadro 30).

O critério de inclusão destas cinco últimas entidades na amostra foi o de verificar-lhes o nível de compreensão da realidade, a combatividade e disposição para a luta, para poder captar em que consiste a relação das entidades gerais com a base dessas organizações.

Instrumentos de pesquisa

Com referência as entidades gerais, além da pesquisa em jornais informativos e publicações feitas por elas, foram realizadas entrevistas, mediante roteiro previamente elaborado, com os fundadores das referidas entidades e com militantes antigos, a fim de não apenas resgatar-lhes a história mas questionar com os próprios protagonistas a mediaticidade e imediaticidade de sua luta.

Além das entrevistas citadas foram feitas cinquenta entrevistas com militantes das entidades locais, também mediante roteiro unificado.

Portanto, com dois volumosos arquivos sobre o assunto, sendo um da história oficial e outro da história extra-oficial, procedemos à análise dos dados para verificar se as respostas dadas ao problema de pesquisa davam conta ou não dele.

Grade analítica

Inicialmente, esboçamos uma contextualização do período estudado como subsídio à compreensão do processo

histórico, no qual se desenvolve nosso objeto de pesquisa.

Em seguida procedemos a abordagem da política municipal implementada no período em estudo, para poder entender a sua relação com os movimentos populares.

E, finalmente, para apreender o surgimento de ideologias dominadas no plano da organização dos movimentos, procuramos enfocar os três aspectos constitutivos da ideologia, através dos quais pode ela ser pensada teoricamente, qual seja o ontológico, o gnoseológico e o axiológico.

Na construção desses instrumentos analíticos escolhemos quatro aspectos: o das relações de poder entre agentes e o das relações estabelecidas entre Movimentos Populares Urbanos e Aparelhos Administrativos correspondentes ao aspecto ontológico; o da prática política desenvolvida pelos movimentos (aspecto axiológico), assim como a visão que dela têm tanto dirigentes como base (aspecto gnoseológico); e, por fim, a existência ou não de uma perspectiva de transformação da sociedade capitalista a partir da prática política dos movimentos.

Esses quatro aspectos foram analisados em duas formas distintas de organização: as organizações que se articulam a nível metropolitano e as organizações que não possuem vinculação em segundo grau.

A respeito das organizações articuladas a nível metropolitano, procedemos a abordagem das duas correntes que perpassam o processo de organização dos Movimentos Populares Urbanos da cidade em estudo, enfocando as entidades gerais e as entidades locais a elas vinculadas.

Para enriquecer a análise utilizamos depoimentos dados pelos militantes por ocasião das entrevistas realizadas.

5 - ASPECTOS HISTÓRICOS E CONJUNTURAIS

5.1 - Contextualização do período estudado: breve história

Com essa contextualização, pretendemos estabelecer a relação entre os elementos da base econômica e da superestrutura, presentes na conjuntura do período estudado, na qual distinguimos dois momentos a partir da estrutura social e da emergência das lutas populares: o primeiro que vai de 1979 à 1984 correspondente ao último governo da ditadura militar, que se dá num período de declínio do modelo do "milagre econômico", e ao ressurgimento das lutas sociais, até então, abafadas pela ditadura militar. O segundo momento - 1985 à 1987 - correspondente a implantação de uma nova forma de governo, que vai implementar modificações na política econômica e desencadear formas específicas de encaminhamento da luta política.

Nesses dois momentos enfocaremos três aspectos: o econômico, o político e o social, os quais não são vistos como aspectos separados, nem separáveis do processo social, mas apenas distintos entre si. No aspecto social será destacado, especificamente, as lutas sociais travadas nesse período.

Esses enfoques baseiam-se no arcabouço teórico que procuramos construir com o intuito de responder às questões aqui levantadas.

Note-se que a periodização não foi feita em função

da conjuntura econômica, visto que 1979 não representa o ponto de partida de nenhuma mudança significativa da economia brasileira. Pelo contrário situa-se em meados do período de decadência do "milagre brasileiro", que se iniciou em 1973.

A delimitação do período, como já foi visto acima, foi feita em função do ressurgimento das mobilizações coletivas reivindicatórias, que associados a outros aspectos políticos e econômicos desencadearam - a partir de 1964 - uma nova era na história política, econômica e social do país.

Vale ressaltar que não pretendemos fazer um exame descritivo ou interpretativo da economia brasileira, para o quê não seria possível utilizar, como ponto de partida, datas que não marcam momentos chave no processo econômico.

Com esse procedimento, não queremos relegar a segundo plano a base econômica, que é essencial e determinante, mas, apenas enfocar a história política do país, com ênfase no desenvolvimento das lutas populares urbanas, as quais constituem nosso objeto de estudo.

5.1.a) Primeiro momento: 1979 à 1984

1) Antecedentes históricos: economia política da ditadura - 1964-1984

O capitalismo brasileiro se integra na corrente imperialista como um modelo capitalista periférico, ou seja, associado e dependente. É um capitalismo "hipertardio" em

relação a sua inserção no processo de evolução orgânica do capital em escala mundial, cuja fase atual do imperialismo caracteriza-se pela internacionalização do capital e pela emergência de uma economia estruturada mundialmente.

Esse capital mundial representa "um sistema produtivo articulado em escala mundial, sob a liderança das grandes corporações e bancos transnacionais".³⁵

O processo clássico de formação dos monopólios é o da concentração e centralização do capital. Nos países de desenvolvimento capitalista tardio, o capitalismo já se estruturou na forma monopolista, como na Alemanha e no Japão.

No Brasil, o processo de monopolização se dá a partir dos anos 50 com um aprofundamento da divisão social do trabalho na direção da industrialização.

O processo de monopolização assumiu duas características fundamentais: a transformação do Estado em agente produtor e a simultânea penetração das empresas multinacionais.

Com o processo de industrialização no Brasil ocorreram profundas modificações na composição e correlação de forças entre as frações da classe dominante e desta com as classes dominadas da sociedade.

Na configuração da base econômica, três setores econômicos estão presentes: o imperialista, o nacional e o estatal, formando um "tripé de comando" da economia brasileira, que apresenta diversas articulações e determinações recíprocas, as quais são pontilhadas de disputas e antagonismos.

A raiz do golpe militar de 1964, que se deu em resposta ao crescimento da pressão operária e a agitação no campo, a qual adquiriu expressão nacional integrando-se ao

movimento nacional populista, está nas relações deste tripé da economia com os segmentos dominantes da sociedade, tendo as forças armadas como guardiã da ordem burguesa e dos interesses gerais do capital.

A partir de então, o poder estatal foi favorecendo e protegendo a concentração e a centralização do capital, de acordo com as exigências do capital monopolista de base imperialista.

Antes, porém, do golpe de 1964, o governo já vinha implementando essa política econômica de dinamização e diversificação da atuação do Estado na expansão do capitalismo no Brasil. O Programa de Metas, executado pelo Governo do Presidente Juscelino Kubtscheck de Oliveira (1956-60), pode ser citado, dentre vários, como o exemplo mais conhecido dessa atuação do Estado.

Mas o capital monopolista, ao mesmo tempo em que penetrava o aparelho de Estado, influenciava, também, a sociedade como um todo, através do ensino público e privado, da indústria cultural, da ideologia, da formação profissional dos tecnocratas (técnicos do aparelho estatal, intelectuais orgânicos da ditadura)³⁶, etc.

Assim, o planejamento foi adotado pela ditadura militar como uma técnica neutra do governo para fortalecer o aparelho estatal, favorecendo a acumulação privada do capital.

Como a garantia de permanência do poder ditatorial implicava no controle político das classes assalariadas, principalmente do proletariado e do campesinato, fazia-se necessário criar condições que viessem a impedir a capacidade de mobilização e organização das classes assalariadas em torno da luta pelos seus interesses.

Nesse sentido, foram tomadas medidas de reformas

institucionais, uma das quais consistia na abolição dos partidos tradicionais e sua substituição por um sistema bi partidário. Essa medida visava evitar que a ação governamental planejada fosse obstaculizada ou influenciada pelas classes assalariadas, através de mobilizações e reivindicações, facilitando, assim, a manutenção da disciplina parti dária, em apoio aos planos e programas governamentais.

Outra medida fundamental para reforçar o poder dos governantes foi a anulação da capacidade decisória do Congresso Nacional.

Durante o primeiro governo da Ditadura Militar, o Governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-66) implementou o Programa de Ação Econômica do Governo: 1964-66, que se destinava, principalmente, a promover a estabilização financeira e criar condições econômicas propícias ao desenvolvimento da livre iniciativa e das forças produtivas necessárias a sua realização.

Nesse contexto, tanto a política salarial como a política econômica de favorecimento do imperialismo mereceram destaque especial.

Essa política de favorecimento do capital imperialista, que se tornou possível através da superexploração da força de trabalho assalariada, operária e camponesa, constituiu-se na meta principal do planejamento econômico estatal dos governos da ditadura.

O segundo governo, do Marechal Arthur da Costa e Silva (1967-69), baseou-se inicialmente no Programa Diretrizes do Governo: 1967, no qual foram definidos os objeti vos básicos da política econômica a ser implementada, enquanto esperava a elaboração do plano que deveria fundamen tar toda a política desse governo.

O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e So-

cial - 1967-1976, era um "plano de perspectiva", com base no qual propunham "uma estratégia decenal de desenvolvimento" para os anos 1967-1976, demonstrando a intenção dos militares de permanecer no poder por longo tempo.

Com o "Programa Estratégico de Desenvolvimento: 1968-70" o compromisso do Estado com a empresa privada tornou-se mais explícito à medida em que mostrava como o poder estatal, enquanto instituição econômica e política, passava a desempenhar uma função primordial na acumulação capitalista.

Através do programa "Metas e Bases para a Ação do Governo: 1970-71", o Governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-74), o terceiro governo militar ditatorial, estabeleceu as primeiras diretrizes de sua política econômica. Nesse período o "milagre brasileiro" atingiu seu pleno desenvolvimento e o país estava sensibilizado com a propaganda imperialista do progresso da nação e com o discurso ditatorial da integração nacional. Foram criados três programas com base nesse discurso: o Programa de Integração Social (PIS), conforme a lei complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970; o Programa de Integração Nacional (PIN), segundo o Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970; e o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), de acordo com o Decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971.

O "milagre econômico" brasileiro, a exemplo dos "milagres" da Alemanha e Japão, correspondeu a uma fase de expansão acelerada da economia, que, no Brasil, se deu no período de 1967 à 1973, transferindo a acumulação do setor de bens de produção (implementado pelo Plano de Metas da Administração Kubtscheck), para o setor de bens de consumo duráveis, principalmente automóveis e construção civil.

Como parte da propaganda imperialista do "milagre

brasileiro" surgiram os "slogans" que ficaram conhecidos e eram repetidos por toda a nação: "Brasil, ame-o ou deixe-o" e "esse é um país que vai prá frente".

Mas, essa euforia do crescimento econômico, que se tratava da implantação do capital monopolista no Brasil não tardou em transformar-se numa experiência dolorosa para o povo brasileiro e, particularmente, para o proletariado e o campesinato que arcaram com o ônus do "milagre".

Ainda em pleno florescimento do "milagre brasileiro", foi elaborado o "I Plano Nacional de Desenvolvimento: 1972-1974" e como o país todo estava envolvido com a transformação do Brasil em potência mundial, a ditadura aproveitou para exercer a repressão com muita violência através da censura, tortura, assassinato, etc.

Ao período do "milagre econômico" seguiu-se um processo de desaceleração da economia que adentrou os anos 80.

No quarto governo da ditadura, o Governo do General Ernesto Geisel (1974-79), foi criado o "II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975-1979", que tinha esboçado uma política de concentração de recursos, através do sistema de financiamento público e de colocação destes à disposição das empresas de base. Mas, a implementação do plano não pode ser concretizada devido incompatibilidade dos interesses do Tripe, sobre o qual a execução do plano deveria se assentar.

Nesse período, ressurgem, de forma mais acentuada, muitas das contradições sociais, presentes na sociedade brasileira desde antes de 1964, as quais foram agravadas pela política econômica da ditadura militar, geradora, também, de novas contradições.

A sociedade civil começou a se reorganizar em tor-

no de suas reivindicações e deu-se início ao processo de abertura política que se consubstanciou no seguinte governo, o último da ditadura militar.

2) O Governo Figueiredo e a crise do "milagre brasileiro" no período de 1979 à 1984

No final dos anos 70 e início dos 80, o regime militar, como instrumento dos interesses do capital monopolista, mostrava-se esgotado, tornando-se evidente a necessidade de uma reorganização política no bloco do poder.

O ressurgimento do movimento operário, a partir de 1978, indica o agravamento da luta de classes que se expressou em greves e manifestações em todos os quadrantes do país.

Mas, apesar da crescente reorganização das forças populares da sociedade brasileira, o Governo Figueiredo não representou nenhuma mudança qualitativa, no que diz respeito a opção capitalista, a perspectiva de acumulação e o atrelamento ao capital internacional. No entanto, deram-se alterações ao nível político, com a anistia, a derubada do AI-5 e outros mecanismos repressivos.

Os planos e programas governamentais da ditadura não se restringiram a questões de política econômica, em seus diversos campos (financeira, comercial, industrial, agricultura, extrativismo, mineração, etc.), mas penetraram as diferentes esferas da sociedade através da educação, cultura, meios de comunicação de massas, organização política, etc.

O Governo do General João Batista Figueiredo

(1979-1984), quinto e último da ditadura militar, elaborou o "III Plano Nacional de Desenvolvimento - 1980-1985", que assim como o PAEG (1964-1966), volta a dar ênfase ao combate à inflação.

Mas, a inflação persiste com uma taxa anual ultrapassando 100%. Em 1983, a inflação anual atingiu 210%, a dívida externa continuou crescendo e as contradições sociais tornaram-se cada vez mais agravadas.

Em junho de 1981, os pátios da indústria automobilística chegaram a guardar estoques de cinquenta mil veículos. Este setor, que há vinte anos estava à frente da economia brasileira, abriu também o caminho do desemprego, transformando o ABC Paulista - Santo André, São Bernardo e São Caetano - no grande pólo irradiador da crise.

A partir de 1981 agrava-se a crise econômica no país e faz-se indispensável a reorganização política no bloco do poder. Assim, começa a se esboçar a "abertura democrática", na forma de uma transição conservadora.

Em 1983, o Congresso aprovou um duro pacote salarial tributário de nº 2.065. Mas, uma greve no ABC paulista inaugurou acordos salariais que de certa forma ignoravam o decreto:

O Produto Interno Bruto acusou sua queda mais violenta desde 1908, os salários sofreram uma corrosão sem paralelo e o volume de falências e concordatas foi várias vezes multiplicado em relação aos anos anteriores.

Grupos de desempregados, camponeses e operários aglomeravam-se nas grandes cidades à procura de emprego, constituindo uma grande força de pressão em potencial, que foi se mobilizando e se organizando em torno de suas reivindicações.

À medida em que se agravava a crise econômica c

institucional, a própria unidade do bloco dominante foi, ca da vez mais, sendo destruída, face as questões concernentes à economia, à política e ao enfrentamento do movimento social em ascensão.

A política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, através do Fundo Monetário Internacional, além de impor um ônus crescente as classes populares provo cou, também, o agravamento da recessão que atingiu a média burguesia industrial, as empresas estatais e grupos monopo listas industriais privados locais.

As empresas estrangeiras, devido o seu suporte financeiro, tecnológico e comercial não tiveram dificuldade de se adaptar às novas circunstâncias.

Essas contradições entre as facções da burguesia aguçou a crise do regime ditatorial militar e conduziu a passagem progressiva da burguesia para a oposição, tornando possível a concretização de um projeto alternativo ao regime, fundado no apoio quase generalizado do grande capital. Este projeto começou com o colapso do PDS, prosseguiu com a formação da Frente Liberal, a adesão dos governantes estaduais do PDS e das entidades representativas do empresariado e culminou com a constituição da Aliança Democrática apoiada pela esquerda reformista e a escolha para Presidente da República, do candidato aliançista no Colégio Eleitoral (instituição do regime militar).

3) O esgotamento do regime ditatorial militar e a mudança do governo

crise do "milagre econômico" estava tão visível que não podia mais ser escondida e a sociedade civil estava em processo de reorganização de suas entidades representativas e de retomada da luta pelas conquistas sociais.

O MDB - Movimento Democrático Brasileiro, partido de origem liberal-burguesa, lutava por anistia ampla, geral e irrestrita, bandeira essa que passou a ser defendida pelos movimentos sociais.

Nessa época, só existiam dois partidos políticos, sendo a ARENA - Aliança Renovadora Nacional, partido da situação e o MDB - Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição. Mas, no final deste ano, 1979, foi sancionada, no dia 20 de dezembro, a lei nº 6.767 estabelecendo a extinção dos partidos e dando outras providências.

Essa reforma partidária, juntamente com o processo de abertura política, dão surgimento a um maior número de partidos políticos que entram em cena com outras organizações da sociedade civil no desencadeamento de nova correlação de forças, que culminou em 1984 com uma mudança na forma de governo.

Muitos fatores contribuíram para essa mudança, além do conflito interno entre os militares, que em determinados momentos tornou-se público, através da divulgação de alguns acontecimentos como a explosão de uma bomba no Rio Centro, em abril de 1981, envolvendo militares e o pedido de demissão, em agosto do mesmo ano, apresentado pelo ministro General Golbery do Couto e Silva, então chefe do gabinete civil.

A partir de 1981, explodiram alguns escândalos financeiros administrativos, como o rombo da Previdência Social, previsto em cerca de 400 bilhões de cruzeiros, moeda corrente na época.

Ainda em 1981, começaram os preparativos para as eleições dos governadores de Estado, que se realizaram em 1982.

O presidente da República afastou-se do cargo por motivo de saúde e durante 53 dias, o vice-presidente, Aureliano Chaves, um civil, assumiu a presidência da República por determinação dos três ministros militares, do chefe do SNI - Serviço Nacional de Informação e dos chefes do gabinete civil e militar.

Nesse período, aproveitando um momento de desencontro entre as lideranças do PDS - Partido Democrático Social (situação), a oposição, com apoio de dez parlamentares governistas, não permitiu a aprovação da sublegenda para as eleições de governadores.

Em novembro de 1981, saiu um "pacote eleitoral", que proibia as coligações partidárias e vinculava o voto de vereadores à governador de Estado para as eleições de 1982.

O objetivo principal deste projeto era impedir a eventual coligação de partidos da oposição contra o partido do governo, na maioria dos Estados, além de disciplinar os quadros do PDS, que sem sublegenda ameaçavam compor-se com adversários nas eleições para governadores.

Em decorrência do "pacote eleitoral", o PP - Partido Popular, incorporou-se ao PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, por decisão do então senador Tancredo Neves - presidente do Partido Popular, juntamente com a maioria dos convencionais do citado partido.

Logo no início de 1982, o presidente da República, João Figueiredo, sancionou o projeto eleitoral, que estabelecia a vinculação total de votos, há oito dias antes aprovada por decurso de prazo no Congresso Nacional.

Mas, a vinculação geral dos votos e a proibição das coligações, ao contrário do que intentava o governo, garantiu através da incorporação do PP ao PMDB, mais quatro vitórias para a oposição: no Amazonas, em Minas Gerais, no Paraná e em Mato Grosso do Sul.

No final da campanha mais cara da história eleitoral do país, até então, o resultado foi o seguinte: dos 22 Estados, o PDS elegeu 12 governadores e a oposição 10, sendo 9 do PMDB e 1 do PDT - Partido Democrático Trabalhista.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, ganhou as eleições nos seguintes Estados: Acre, Amazonas, Pará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Paraná.

O Partido Democrático Trabalhista - PDT, elegeu o governador do Rio de Janeiro.

E o Partido Democrático Social - PDS (situação) elegeu os governadores de: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso do Norte, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Ao longo de 1983, quatro temas tornaram-se dominantes com relação à política brasileira: a sucessão presidencial; a identidade dos partidos políticos; os acordos com o Fundo Monetário Internacional - FMI; e os escândalos administrativos.

Os casos da CAPEMI, Delfin, Coroa Brastel e outros tornaram-se sintomas de uma desagregação moral em setores da administração pública.

A lei salarial foi mudada cinco vezes durante o ano, com os Decretos-leis nº 2.012, 2.024, 2.045, 2.064 e 2.065.

Nesse contexto os trabalhadores, através das rei-

vindicações das mais variadas formas, as quais concorriam para uma organização mais sólida do conjunto da classe trabalhadora, lutavam contra a aprovação destes "pacotes salariais".

Assim, pela primeira vez em dezoito anos, um decreto-lei enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional - o 2.064, que regulava a política salarial - foi derrotado em plenário, sob os aplausos das galerias.

Os conflitos sociais que marcaram a história do país em 1983, transformaram-se mais tarde em esperança de dias melhores, expressados numa mobilização intensa da nação em torno da luta por eleições diretas para presidente da República.

Entre janeiro e abril de 1984, o povo brasileiro saiu às ruas para lutar pela aprovação da "emenda Dante de Oliveira", sobre as eleições diretas para presidente da República.

A campanha pelas "Diretas-Já", mobilizou em praça pública dez milhões de brasileiros e a favor da qual pronunciaram-se 90% da população, sendo esta a maior manifestação popular da história do Brasil.

Mas, a vontade popular não saiu vitoriosa, pois as eleições diretas não foram aprovadas e a sucessão foi decidida por um colégio eleitoral criado por legislação da ditadura.

O partido da situação - PDS, que estava em crise, desmoronou em 11 de junho de 1984 com a renúncia do presidente do Partido, José Sarney, ao cargo.

No dia 3 de julho do mesmo ano, dissidentes do PDS lançaram a Frente Liberal e com o PMDB formaram a Aliança Democrática, a qual lançou pelo PMDB, a candidatura do ex-governador de Minas Gerais - Tancredo de Almeida Neves,

para a presidência da República e do ex-presidente do PDS- José Sarney, para vice.

A partir de então, a campanha pelas "Diretas-Já" virou campanha pelos candidatos da Aliança Democrática e os comícios-show, que inicialmente eram o ponto culminante da mobilização por eleições diretas, continuaram percorrendo as principais capitais do país como meio de canalização dos anseios populares ao quadro que havia sido esboçado pelos políticos.

No colégio eleitoral, o candidato Tancredo Neves, da Aliança Democrática, venceu com 300 votos de diferença.

No entanto, apesar desse processo eleitoral ter sido precedido por uma intensa mobilização popular, o presidente Tancredo Neves foi eleito da mesma maneira que o presidente Figueiredo, através de um processo ilegítimo, que delega essa tarefa aos parlamentares, que afora raras exceções, haviam sido eleitos pela força do poder econômico para representar os interesses da classe dominante e não os da maioria da população brasileira: a classe trabalhadora.

Com isso não queremos dizer que as eleições diretas funcionem como uma mágica capaz de resolver todos os problemas de um país. Mas, representam um avanço na construção da democracia e um maior comprometimento do candidato eleito com os eleitores, além de significar um processo legítimo, apesar dos abusos econômicos que existem.

4) Lutas sociais: da luta pela anistia à luta por eleições diretas

Com o golpe militar de 1964, foi institucionaliza-

do no Brasil um regime de repressão intensa a qualquer forma de organização da sociedade civil. Estas tiveram seus estabelecimentos incendiados, depredados, destruídos e seus militantes assassinados, torturados ou exilados.

No entanto, durante esse período existiram resistências maiores ou menores, que, mesmo sendo brutalmente interrompidas, contribuíram para a retomada das lutas populares.

Nesse sentido, aconteceram duas importantes greves em 1968, sendo uma em Osasco - São Paulo; e a outra em Contagem - Minas Gerais, onde os trabalhadores tentaram incendiar a fábrica e a direção do sindicato foi toda presa.

Essas tentativas de reorganização do movimento iam surgindo aqui e ali, tendo a Igreja Católica, a partir de 1977, exercido um importante trabalho neste sentido.

A retomada do movimento sindical, a partir de 1977, desencadeou greves operárias no sul do país no ano de 1978 e marcou o início do ressurgimento das lutas populares, formando um processo de abertura política, que culminou com a aprovação pelo Congresso Nacional, em 22 de agosto de 1979, do projeto de anistia, que foi sancionado pelo presidente da República, nos termos do substitutivo da comissão mista apresentada pelo relator Ernani Sátiro (Arena-Pb).

As mudanças institucionais ocorridas no ano de 1979 não foram - como muitos descrevem - uma dádiva do "governo da abertura", como ficou conhecido. Muito pelo contrário, foram conquista da sociedade que estava em luta pelos seus direitos.

Para citar alguns exemplos, em março de 1979, cerca de 60 mil operários metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema passaram quinze dias em greve geral. Em 29 de maio de 1979 foi instalado no Centro de Convenções da

Bahia o Congresso de restauração da União Nacional dos Estudantes (UNE), mesmo sem a presença de todos os delegados, pois muitos ficaram detidos em diversas estradas. Este era o primeiro encontro público e aberto da entidade, depois do golpe militar de 1964.

No campo também surgiram importantes movimentos reivindicatórios, à medida em que se generalizava a exploração da força de trabalho assalariada e semi-assalariada. A greve dos canavieiros de Pernambuco, em outubro de 1979, mobilizou dezoito mil trabalhadores rurais - dez mil associados dos dois sindicatos da área e oito mil bóias-frias, nos municípios de São Lourenço da Mata e Paudalho, paralisando trinta e oito usinas nos dois municípios.³⁷

O crescente número de reivindicações salariais era um indicador do achatamento salarial, provocado pelo modelo econômico do "milagre".

A greve do ABC paulista, ocorrida em abril de 1980, teve adesão de 90% dos metalúrgicos e durou 41 dias, tendo projeção de luta a nível internacional.

Nesse processo surgiu o que ficou conhecido como novo sindicalismo: sindicalismo pela base. "Não queremos sindicato de rabo preso", frase dita repetidas vezes por Luiz Inácio da Silva - Lula, então presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, que foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e condenado, juntamente com dez sindicalistas, por envolvimento na greve dos metalúrgicos.

Foi, também, em 1980, que aconteceram o I e o II Encontro Nacional da Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS), que surgindo "a partir das greves de 1978/79 e do crescimento dos movimentos populares" tinha como objetivo "ser um espaço de articulação e união da luta popular e sindical do campo e da cidade".

O I Encontro Nacional da ANAMPOS, realizou-se em João Monlevade - Minas Gerais, em fevereiro de 1980, do qual saiu o texto "Proposições para o Fortalecimento da Atuação Sindical", mais conhecido como "Documento de São Bernardo", pois o local de realização deste Encontro deveria ser São Bernardo do Campo - São Paulo, como havia sido marcado inicialmente. Mas,

"devido as consequências da recente greve do ABC não foi possível a reunião em São Bernardo. Entretanto, em homenagem aos metalúrgicos desta cidade, que travaram a mais significativa luta do movimento operário brasileiro, decidiram os participantes deste encontro intitular os textos aqui reunidos de documento de São Bernardo."³⁸

Nesse contexto, os movimentos populares deram passos importantes para a sua organização, a partir do intenso processo de luta que vinha sendo travado.

Nos conflitos de luta pela terra, que foram muitos, a Igreja Católica e o PT - Partido dos Trabalhadores, sempre estavam ao lado dos posseiros nesta guerra com grileiros, jagunços e pistoleiros.

A luta contra o aumento das passagens de transportes coletivos teve momentos de explosão: em fevereiro de 1981, em São Paulo, uma multidão irada com o atraso dos trens incendiou cinco composições e depredou duas estações; em 22 de agosto de 1981, a população de Salvador se insurgiu contra o aumento de 61% no preço das passagens e destruiu seiscentos ônibus, causando um prejuízo de duzentos

milhões de cruzeiros. Outras depredações de ônibus e de trens foram registradas em Manaus, São Luiz do Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo.

Muitas foram, também, as lutas sindicais de várias categorias profissionais.

Nesse contexto de ebulição social, a ANAMPOS - Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindical- realizou, em junho de 1981, em Vitória - Espírito Santo, o seu III Encontro Nacional, onde foi discutido, dentre outros temas, de acordo com proposta encaminhada por um conjunto de entidades sindicais, a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras - CONCLAT, apresentando como principais objetivos:

- "a) Discussão ampla e democrática das condições de vida e empregos dos trabalhadores da cidade e do campo;
- b) Formas e encaminhamentos da organização dos trabalhadores."³⁹

Nessa I CONCLAT, realizada em agosto de 1981, a plenária deliberou sobre a realização do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras - CONCLAT e foi formada a Comissão Nacional Pró-CUT, que era ampla, pois reunia as diversas tendências políticas dos movimentos das classes trabalhadoras, daquela conjuntura.

Neste ano, os movimentos de moradores estavam em pleno desenvolvimento. Até mesmo revistas de circulação nacional destacavam o assunto, como, por exemplo, a revista "Isto É", de 3 de fevereiro de 1982, que apresentou uma reportagem de capa com o tema "Comunidades de Bairro - Os Vi

zinhos Descubrem sua Força".

De acordo com estatística da época, citada na revista:

"As associações de moradores, ou associações de bairro, seu nome mais antigo - são um fenômeno em efervescência nas cidades brasileiras. No Grande Rio, elas chegam a quase duzentas, com 100 mil associados, representando cerca de 120 bairros. A estas devem-se somar as cerca de 350 entidades representativas das favelas cariocas. Em São Paulo, podem-se contar cerca de novecentas associações de bairros; em Curitiba há setenta; em Salvador cerca de trezentas. Calcula-se que por todo o Brasil, possam vicejar cerca de oito mil associações do tipo. Mas não é apenas pelo aspecto quantitativo que se configura o fenômeno. Inflada pelos ventos da abertura política, as associações de bairro, a partir de meados da década de 70, ganharam força e consistência. Tornaram-se ativas, exigentes. Hoje constituem um fator de relevância da vida associativa e, portanto, política do país."⁴⁰

Também, a nível nacional, aconteceu, em junho de 1982, o IV Encontro da ANAMPOS, em Goiânia - Goiás, cujas resoluções diziam respeito a organização das classes tra-

balhadoras, visto que a meta era lutar pela realização do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras - CONCLAT, bem como lutar pela construção de uma "Central Única dos Trabalhadores, livre, autônoma e constituída pela base".

Dessa forma, a organização popular toma novos rumos em 1983.

Nos dias 26, 27 e 28 de agosto, aconteceu em São Bernardo do Campo - SP, conforme havia sido previsto na Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, ocorridas em agosto de 1981, o I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, apesar de uma facção do movimento ter boicotado e tentado impedir a sua realização, onde estava prevista e foi criada a Central Única dos Trabalhadores - CUT, com a presença de 5.059 delegados todos eleitos em assembleias de suas respectivas categorias, 912 entidades entre sindicatos, associações pré-sindicaís, associações profissionais, federações, entidades nacionais e 12 centrais sindicais de vários países.

Na abertura do I Congresso Nacional das Classes trabalhadoras, foi dito pelos organizadores:

"os que tentaram o adiamento do CONCLAT defendem a conciliação com o governo. E nós não concordamos com isso. Não podemos haver conciliação com o governo, que reduz os salários, que intervém nos sindicatos, cassa dirigentes legitimamente eleitos por suas categorias e que reprime e demite grevistas. Não podemos transigir com um governo que, ao arredio da própria lei, ao invés de procurar concretamente resolver o pro-

blema da seca, limita-se a pagar uma esmola de Cr\$ 15.300,00 aos flagelados. Não há acordo com o governo que fecha os olhos à violência dos proprietários de terra, deixando impunes os assassinos dos dirigentes e ativistas sindicais rurais."⁴¹

De acordo com as resoluções do Congresso:

"A CUT será dirigida por um colegiado de 83 membros, com uma comissão executiva de 15 membros e com uma coordenação nacional de 7 membros, todos eleitos em congresso."⁴²

Nesse mesmo ano, a articulação política que tentou inviabilizar o Congresso de criação da CUT, realizou, em novembro, em Praia Grande outro Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, onde foi criada outra entidade nacional, a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT, que, posteriormente, em 1985, passou a ser chamada Central Geral dos Trabalhadores - CGT.

Essas centrais sindicais - CUT e CGT - não foram as primeiras existentes na história do Brasil.

Antes do golpe militar de 1964, existiram outras centrais sindicais, que logo foram extintas. A mais importante delas foi a central criada em 1961 pelo Partido Comunista Brasileiro - PCB, cuja sigla era CGT - Central Geral dos Trabalhadores e que tinha uma proposta de unidade política baseada na democracia.⁴³

Essa cisão que se deu no movimento, provocando a

criação de duas centrais sindicais não aconteceu por uma questão partidária, mas de compreensão da realidade.

Para a CGT, que defende a permanência da estrutura verticalista e corporativista, basta desatrelar os sindicatos do Ministério do Trabalho, o qual foi criado em 1932 e, em seguida, foi feita a institucionalização dos sindicatos, através do Estatuto Padrão, que estando em vigor até hoje, regulamenta toda forma de organização burocrático-administrativa dos sindicatos, inviabilizando uma possível autonomia.

Essa estrutura sindical, de base municipal, que reúne pessoas de uma única categoria, organiza-se da base até o topo dentro de uma mesma corporação, não permitindo a existência de centrais sindicais.

Reduzindo a representatividade e permitindo a permanência no poder, essa estrutura é sustentada pelo imposto sindical compulsório, que consiste em um dia anual de trabalho de todos os trabalhadores, quer sejam sindicalizados, quer não, o qual é descontado em folha e repassado aos sindicatos. Isso garante a manutenção dos sindicatos independente da categoria.

Por isso é que para a CUT - Central Única dos Trabalhadores não basta desatrelar os sindicatos do Ministério do Trabalho e, nesse sentido, propõe uma "nova estrutura sindical", que nem pode isolar a base, nem pode manter uma estrutura corporativista.

Em 1984, a tônica dos movimentos populares e sindical foi a campanha pelas eleições diretas para presidente da República, que conseguiu mobilizar a população brasileira e culminou numa nova fase governamental na história do país. Esta fase, que ainda está em curso foi denominada pelo próprio governo de: "Nova República".

5.1.b) Segundo momento: 1985 à 1987 - a "Nova República"
e a nova dimensão das lutas populares

1) "Nova República": projeto econômico

O objetivo almejado no projeto econômico da "Nova República" é uma "retomada do desenvolvimento", em termos de capitalismo monopolista associado, de acordo com as imposições do Fundo Monetário Internacional - FMI, como gestor da política econômica governamental.

Essa subordinação ao FMI implica na privatização dos setores básicos da economia estatal e no fortalecimento da hegemonia do capital estrangeiro, que significa o aprofundamento do processo de monopolização dependente, o qual é inviável sem a superexploração da força de trabalho.

Ao propor o "pacto social", as várias frações da burguesia nacional e os representantes do capital financeiro internacional tinham consciência de que a concretização desse pacto significaria que a classe operária e camponesa estaria concordando a se submeter política e ideologicamente ao processo de superexploração da força de trabalho, em função dos interesses do grande capital privado estatal, nacional, e estrangeiro.

Depois de um ano de imobilismo do governo da "Nova República", foram anunciadas em 28 de fevereiro de 1986, medidas que reacenderam as esperanças da nação e garantiram ao PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, vitória eleitoral, em novembro do mesmo ano, para governadores, senadores e deputados.

Algumas das principais medidas foram: congelamento de preços e salários; extinção da correção monetária; minidesvalorização do cruzeiro em relação ao dólar; substituição dos Títulos da Dívida Pública por novos papéis de rendimentos pré-fixados; reajuste dos aluguéis e prestação da casa própria de acordo com os salários; seguro para o crédito; manutenção do rendimento real das cadernetas de poupança (seis por cento ao ano, ou 0,5% ao mês); criação da Secretaria de Tesouro e criação do "cruzado", em substituição ao cruzeiro com três zeros a menos.

No primeiro semestre de 1986, os consumidores tra-vestidos de "fiscais do Sarney", saíram às ruas para reivindicar seus direitos, exigindo o fechamento de lojas que estivessem majorando preços. A vigilância dos consumidores está na raiz do sucesso do "Plano Cruzado" nos primeiros dias de março.

Essa inédita mobilização popular sustou a reação do comércio contra a imobilização da economia e obrigou a polícia e os órgãos de fiscalização do governo a moverem-se em defesa do cruzado.

Mas dentro de pouco tempo as relações de forças entre consumidores e detentores do capital e do poder favoreceram a estes últimos, que comandaram a comercialização dos produtos da maneira mais rentável no momento, ou seja, comercializando o mínimo necessário para conter os consumidores nas filas de espera, enquanto garantiam uma política econômica, livre de congelamento de preços.

Dessa forma, quem não pode pagar, ou não se curvou ao ágio, teve que esperar por produtos nem sempre disponíveis e o ano da "inflação zero", propalada pelo então ministro da fazenda Dilson Funaro, findou com uma inflação

de 10% ao mês, juros de 220% ao ano e industriais prevenindo o ministro da ameaça de recessão.

Aqui se coloca, com clareza, a dominação do trabalho pelo capital, que não cedeu a taxas mais baixas de extração de mais-valia e de consequente lucro e não se submeteu a política econômica em vigor durante a vigência do Plano Cruzado, utilizando mecanismos que provocaram uma crise no abastecimento. Essa foi uma forma de pressionar o Governo à adotar outras medidas, bem como de ganhar adesão da população, através da realidade forjada para fazer com que a população acreditasse na inviabilidade da economia com preços congelados e não se mobilizasse em torno de pressões que viessem a reforçar a política econômica em vigor.

Nesse contexto o Plano Cruzado sofreu reformas substanciais, sendo que o descongelamento de preços causou grande impacto na população.

Em 1987, o presidente José Sarney viveu os piores momentos desde sua posse: a disparada dos preços trouxe de volta a impopularidade anterior ao Plano Cruzado; o escândalo do projeto bilionário da Ferrovia Norte-Sul; o conflito do PFL - Partido da Frente Liberal, com o PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, acirrou-se e a comissão de sistematização da Constituição marcou eleições para sua sucessão em 1988; a substituição do ministro da fazenda Dilson Funaro por Bresser Pereira, mais tarde substituído por Mailson da Nóbrega; o acidente do césio-137 em Goiânia, entre outros.

Sem nunca ter se beneficiado de forma plena da energia atômica, o Brasil pagou em 1987 uma conta altíssima pelo descuido no trato com equipamentos nucleares; a usina de Angra dos Reis, cognominada de vaga-lume, porque

de 10% ao mês, juros de 220% ao ano e industriais prevenindo o ministro da ameaça de recessão.

Aqui se coloca, com clareza, a dominação do trabalho pelo capital, que não cedeu a taxas mais baixas de extração de mais-valia e de consequente lucro e não se submeteu a política econômica em vigor durante a vigência do Plano Cruzado, utilizando mecanismos que provocaram uma crise no abastecimento. Essa foi uma forma de pressionar o Governo à adotar outras medidas, bem como de ganhar adesão da população, através da realidade forjada para fazer com que a população acreditasse na inviabilidade da economia com preços congelados e não se mobilizasse em torno de pressões que viessem a reforçar a política econômica em vigor.

Nesse contexto o Plano Cruzado sofreu reformas substanciais, sendo que o descongelamento de preços causou grande impacto na população.

Em 1987, o presidente José Sarney viveu os piores momentos desde sua posse: a disparada dos preços trouxe de volta a impopularidade anterior ao Plano Cruzado; o escândalo do projeto bilionário da Ferrovia Norte-Sul; o conflito do PFL - Partido da Frente Liberal, com o PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, acirrou-se e a comissão de sistematização da Constituição marcou eleições para sua sucessão em 1988; a substituição do ministro da fazenda Dilson Funaro por Bresser Pereira, mais tarde substituído por Mailson da Nóbrega; o acidente do césio-137 em Goiânia, entre outros.

Sem nunca ter se beneficiado de forma plena da energia atômica, o Brasil pagou em 1987 uma conta altíssima pelo descuido no trato com equipamentos nucleares; a usina de Angra dos Reis, cognominada de vaga-lume, porque

acende e apaga, acabou sendo uma sucata de 1,8 bilhão de dólares; e um grotesco incidente, ocorrido em setembro, em que uma cápsula de césio-137 foi destruída tomando proporções assustadoras, visto que o seu conteúdo foi espalhado pelas áreas vizinhas a um ferro-velho, cujo proprietário, sem saber do que se tratava, adquiriu os destroços da cápsula para comercialização.

Anunciada em abril como a "maior obra" do governo Sarney, a Ferrovia Norte-Sul, ligando Anápolis, em Goiás à Ferrovia dos Carajás, no Maranhão, com 1.600 quilômetros de extensão e custo de 2,4 bilhões de dólares, acabou se transformando no seu maior escândalo. Pois, o jornalista Jânio de Freitas, seis dias antes da divulgação do resultado da concorrência, publicou a relação das empreiteiras vencedoras no jornal Folha de São Paulo, demonstrando que governo e empreiteiros tinham acertado previamente a divisão dos lotes. A sindicância instaurada pelo ministro dos transportes, José Reinaldo Tavares, não deu em nada e, no final do ano decidiu-se entregar a maior parte das obras ao Exército.

Continuando a sequência de escândalos, a Previdência Social gastou um bilhão de cruzados para comprar 328 imóveis em Brasília, por determinação do ex-ministro Rafael de Almeida Magalhães.

Os usineiros do Nordeste foram outra vez socorridos pelo Governo, aumentando para um bilhão de dólares o rombo do Instituto do Alcool e Açúcar - IAA.

Em dezembro de 1987, Bresser Pereira, que no início do ano assumiu o Ministério da Fazenda no lugar de Dilson Funaro, tornou-se mais um ex-ministro, sendo substituído por Mailson da Nóbrega, que logo em seguida baixou um pacote fiscal, penalizando mais uma vez o contribuinte,

em meio a uma intensa troca de acusações entre o ex-ministro Bresser Pereira, o presidente Sarney e seus assessores.

Mais uma vez as promessas de austeridade foram adiadas.

2) "Nova República": projeto político

O projeto político da "Nova República" é o de substituir o regime militar, através de uma transição conservadora, para uma democracia burguesa típica da era do capitalismo monopolista.

Essa democracia consiste numa democracia dos monopólios que, por um lado, assegure a presença de mecanismos institucionais capazes de permitir que as classes dominantes tenham controle dos centros de decisão e possam administrar seus conflitos sem riscos para a estrutura do poder. Por outro lado, conte com dispositivos legais e institucionais para controlar a luta de classes dentro dos marcos da ordem capitalista.

Em consonância com as exigências econômicas dessa nova fase, foram implementadas algumas medidas de moralização da máquina administrativa, visando a consolidação do novo bloco do poder.

Assim, em 1986, o Congresso aprovou a "lei do colarinho branco" para punir os "crimes do colarinho branco". Esta é uma expressão para designar os crimes cometidos no mercado financeiro, ficando conhecida nos últimos anos devido a divulgação dos escândalos financeiros.

Os criminosos do "colarinho branco" são, em geral, pessoas conhecidas, que ocupam altos cargos como políticos

e empresários.

Mas, como nenhuma lei é retroativa, a "lei do colarinho branco" não pune os que cometeram crimes antes de 1986. Foram 24 casos de escândalos financeiros a partir de 1966.

No primeiro ano do Governo da "Nova República", os movimentos sociais do campo e da cidade estiveram mobilizados. Foi um ano marcado por muitos conflitos de terra e, nesse contexto acirrado de luta entre latifundiários e posseiros, foi criada por Ronaldo Caiado a União Democrática Ruralista - UDR, para combater a reforma agrária.

No segundo semestre de 1986, o Brasil envolveu-se no processo político da mais importante eleição dos últimos vinte e cinco anos.

Com duas horas diárias de programa gratuito durante dois meses, a televisão foi a grande tribuna da campanha.

O PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (situação), elegeu 22 dos 23 governadores e conquistou 53% das cadeiras da Assembléia Constituinte. Do restante, 30% do eleitorado ficou com os votos nulos e brancos.

O Plano Cruzado foi o responsável pela vitória do atual partido do Governo, o PMDB.

Mas, após as eleições foi anunciada uma reforma no Plano, que passou a ser chamado de Plano Cruzado II e foi modificado substancialmente, provocando uma reação popular, manifestada através de protestos políticos em todo o país.

Somente no dia 1º de fevereiro de 1987 é que a Assembléia Nacional Constituinte foi instalada, composta por 559 parlamentares.

Em vez de ter sido formada especificamente de legisladores constituintes com a única tarefa de debater e

aprovar a Constituição, conforme constava da emenda constitucional, a Assembléia Nacional Constituinte, foi formada pelo próprio Congresso, com seus deputados e senadores, os quais agirão em duas etapas: na primeira desempenharão funções constituintes e na segunda continuarão com suas atribuições ordinárias.

Esse ponto encerra uma questão fundamental: o limite político do processo de transição, pois a constituinte deveria ser usada para redefinir a soberania nacional e não apenas para estabelecer algumas modificações de conteúdo programático.

Com a negociação para que a Constituinte não fosse a Assembléia Constituinte, mas um Congresso Constituinte, cuja eleição coincidiu com a eleição de governadores de Estado, diminuiu, assim, as possibilidades do processo de seleção dos candidatos, que para ter um mínimo de representatividade não poderiam ter sido eleitos com a viciada legislação eleitoral vigente.

Durante esse ano, a Assembléia Nacional Constituinte, que foi inaugurada em fevereiro, com a tarefa de escrever uma nova Constituição, não terminou a nova carta de leis e não tinha previsão de quando ficaria pronta.

Os políticos enfrentaram uma temporada de descrédito pela confusão nos trabalhos da Constituinte, pelos escândalos no Congresso Nacional, pelo fracasso em cumprir as promessas anunciadas na campanha eleitoral, em 1986.

O PMDB, que possuía 302 dos 559 votos disponíveis na Constituinte, teve a legenda dividida. Uma das partes procurou liderar o bloco das siglas de esquerda, enquanto a outra garantiu a sobrevivência da direita, ao lado do PDS e do PFL.

Apesar de possuir 22 dos 23 governos de Estado, o

PMDB enfrentou em 1987 uma crise de impopularidade.

No momento pessoalmente mais tenso do seu governo, em 5 de junho de 1987, o presidente José Sarney foi apedrejado dentro do ônibus em que circulava, durante uma visita ao Rio de Janeiro. O Governo divulgou a versão de que o presidente havia sido vítima de um atentado à picareta. Um militante do PDT - Partido Democrático Trabalhista e um sindicalista da CUT - Central Única dos Trabalhadores, foram presos com base na Lei de Segurança Nacional, mas o inquérito policial inocentou os dois.

O presidente Sarney chegou ao fim do ano com o mesmo propósito de cumprir mandato de cinco anos na presidência da República.

3) Lutas sociais: avanço ou recuo?

Com o advento da "Nova República" ficaram configurados com bastante clareza os antagonismos existentes entre os movimentos pelego-reformistas, que apoiaram e viabilizaram a conquista do poder pela elite burguesa e os movimentos de caráter revolucionário, que se recusaram a compactuar com os novos ditames do capital financeiro internacional, através da nova forma de governo que se havia estabelecido.

No entanto, esse período tornou-se vulnerável à realização de mobilizações coletivas, devido o risco de desestabilização do novo governo, através da retomada do poder ditatorial militar.

As reivindicações políticas, principalmente temendo essa possibilidade, foram escamoteadas durante algum

tempo. Mas, logo explodiram juntamente com as reivindicações específicas dos movimentos operários e populares.

Em maio de 1985, o Brasil estava com 43 movimentos grevistas considerados ilegais e reprimidos com um ostensivo aparato militar.

Os bancários fizeram a greve mais bem sucedida dos últimos anos, transformando-se em um marco na história do sindicalismo no país.

Houve também muitos conflitos de terra, que se agravaram ainda mais com a criação da União Democrática Ruralista, entidade composta de proprietários rurais com o objetivo de lutar pela permanência da estrutura fundiária existente no país.

No ano de vigência do Plano Cruzado, 1986, os movimentos tiveram um refluxo. O congelamento de preços serviu como instrumento de legitimação política do bloco do poder, que durante esse período gozou de muita popularidade, graças também a algumas políticas sociais implementadas, como a distribuição de leite para famílias carentes.

Nesse período, a contradição capital/trabalho tornou-se evidente: a classe trabalhadora estava sujeita ao congelamento dos salários; mas os capitalistas podiam provocar uma crise no abastecimento para não sofrerem congelamento do lucro.

A sociedade civil mobilizada num movimento de consumidores sem precedentes na história do país, garantiu através da pressão que fossem cumpridas as atribuições dos órgãos de fiscalização, no que dizia respeito a majoração de preços.

O movimento que teve maior destaque durante o ano foi o movimento de consumidores, o qual chegou a se organizar, criando várias entidades em todo o país.

O Plano Cruzado permaneceu em vigor até passarem as eleições governamentais de novembro de 1986, após as quais o plano foi substituído por outro.

A partir da reforma do Plano Cruzado, começou a se desencadear um movimento de protesto contra a reforma e, nesse sentido, a Central Única dos Trabalhadores e a Central Geral dos Trabalhadores convocaram para o dia 12 de dezembro uma paralização nacional, a qual teve adesão parcial da população brasileira, dado o funcionamento normal de alguns bancos e de repartições públicas.

No entanto, essa manifestação representou a capacidade de organização em torno de um protesto político, o que demonstra a existência de uma dimensão mediata na luta política das classes dominadas.

Com a abertura da Assembléia Nacional Constituinte, em fevereiro de 1987, muitas manifestações populares foram feitas para pressionar os constituintes a se posicionarem a favor da maioria da população.

Concomitantemente, a luta por reivindicações imediatas ocorria aqui e ali. Dentre as lutas que se dão no nível do consumo coletivo, a que teve maior ênfase foi a luta por transportes coletivos.

Em junho de 1987, numa revolta contra a quebra do congelamento nas tarifas de ônibus, no Rio de Janeiro, trinta mil manifestantes incendiaram sessenta ônibus durante um dia inteiro de protesto e mais de cem pessoas foram presas. Pressionado pela reação popular o juiz que havia autorizado os 49% de aumento voltou atrás em sua decisão.

Em dezembro, a greve de motoristas e cobradores de ônibus de Salvador por melhores salários afetou a cidade pela paralização de 1.700 ônibus que sustentam o transporte público da cidade.

As manifestações em torno dos transportes coletivos multiplicaram e durante o ano existiram momentos de grande tensão.

Depois da instauração da "Nova República", as lutas sociais foram redimensionadas. Já não havia mais um ponto comum de luta entre as diversas tendências, que antes convergiam para a luta contra o regime ditatorial militar.

Nesse redimensionamento, o compromisso de cada grupo materializou-se no posicionamento assumido na luta política de classes.

Nesse sentido, as divergências multiplicaram-se e, atualmente passa-se por uma crise de identidade, que, de acordo com o momento, leva ao recuo ou ao avanço de determinada força, na correlação de forças entre as classes dominadas e entre estas e as classes dominantes.

5.2 - A política municipal e os movimentos populares urbanos no período de 1979 à 1987

Com este item pretendemos mostrar as políticas municipais implementadas no período, não com o intuito de descrever a prática administrativa nas diferentes gestões, mas de analisar a relação existente entre as políticas implementadas e a emergência dos movimentos populares urbanos.

Nesse sentido, enfocaremos a realização de políticas referentes a três aspectos que constituem o objeto das reivindicações mais frequentes dos movimentos populares urbanos da cidade de Fortaleza, quais sejam: transporte co

letivo, limpeza pública e saneamento básico.

Apesar de caracterizarmos cada gestão municipal, consideramos que o período estudado apresenta duas fases distintas: a primeira, que vai de 1979 à 1985, com quatro gestões municipais, cujos prefeitos foram nomeados - 1979/81, administração Lúcio Alcântara; 1982, administração José Aragão e Albuquerque Júnior; 1983/84 administração César Cals Neto; e 1985, administração Barros Pinho -, atreladas à classe dominante, através do vínculo com as oligarquias locais, até esta época, detentoras do poder municipal. A segunda refere-se a administração municipal de 1986 à 1988, cuja prefeita foi eleita pelo voto direto, tendo sido analisado os dois primeiros anos dessa gestão, que representa uma ruptura com as forças políticas locais dominantes.

Entendemos por gestão, não a organização espacial em determinado período, mas a forma específica que o aparelho de Estado assume em determinada unidade urbana, fazendo funcionar a máquina administrativa do Estado, de acordo com os interesses de classe a que se vincula.

Nesse sentido, as políticas municipais não são desenvolvidas espontaneamente e sem vinculação com a realidade social, mas constituem uma ação organizada, dirigida para determinados fins, planejada, de acordo com as exigências da conjuntura e as determinações da estrutura social.

Assim, a planificação urbana em suas diferentes formas vincula-se à realidade social e constitui-se em um dos campos analíticos no estudo da política urbana.

O estudo de uma determinada política a nível estrutural passa pelo campo das práticas, o qual torna possível o seu entendimento ao levar em conta as suas mediações.

Outro campo analítico no estudo da política urbana é o dos "movimentos sociais urbanos".

É nesse campo que se situa nossa abordagem, visto que os movimentos populares urbanos constituem o ponto de partida deste estudo, cuja análise não se refere apenas ao encaminhamento dado à política urbana, mas à realidade social que engendrou o processo de implementação e penetração dessas políticas, o qual se relaciona, também, com a organização de luta de classes.

A análise da política municipal não se reduz à abordagem deste estudo, visto que além de envolver a intervenção de outras formas do aparelho Estatal, existe um número significativo de lutas reivindicativas que se desenvolvem fora do quadro institucional.

No entanto, não pretendemos esgotar, aqui, o estudo da política municipal, já que nosso interesse é apenas enfocar alguns aspectos que se referem às lutas reivindicativas desenvolvidas dentro desse quadro institucional.

Assim, ao abordar cada gestão municipal, no que se refere à política municipal implementada, pretendemos estabelecer a sua relação com as lutas reivindicativas e, nesse sentido, temos que destacar os interesses de classe, que perpassam cada administração estudada, o que será feito, não apenas através da análise das políticas implementadas e sua relação com a conjuntura, mas, também, mediante o estudo de pronunciamentos proferidos, que podem permitir compreender a ideologia que impregna cada gestão.

Os quadros em anexo são subsídios importantes à compreensão deste item, tendo sido utilizados como instrumentos de análise.

5.2.a) 1979-1985 - Administrações municipais com prefeitos nomeados: compromisso com a classe dominante

No período de 1979 à 1985, houve quatro administrações municipais que, apesar de apresentarem especificidades dadas as diferentes conjunturas em que se desenvolveram, tiveram características semelhantes no que se refere a sua relação com a estrutura social.

Essas administrações apresentam uma convivência explícita com o modelo econômico implantado no país, voltando-se para os interesses do capital e não do trabalho e, portanto, beneficiando uma minoria em detrimento da maioria da população.

O compromisso das citadas administrações municipais com o modelo econômico implantado no país pode ser constatado de forma indireta, através da análise das políticas sociais implementadas e dos posicionamentos dos prefeitos municipais, como o que se segue:

"Como premissa básica, impõe-se que preservemos a economia de livre mercado que exercemos, com a defesa da livre iniciativa e do lucro legítimo, garantindo o espaço da iniciativa privada, onde ela possa exercer com eficácia o seu papel de produção e prestação de serviços, inclusive protegendo-a contra a concorrência de empresas estatais, quando essa concorrência lhe

possa ser prejudicial."⁴⁴

Embora atuando de diferentes formas, essas administrações exerciam o poder com o mesmo objetivo: o de manter a classe dominante no poder para garantir a permanência do modo de produção nos moldes que havia sido implantado.

Assim, seguiram as diretrizes que vinham sendo realizadas a nível nacional, o que pode ser constatado em algumas passagens de publicações das administrações, tais como:

"Trago, presentemente, e mais uma vez, o testemunho do apoio que me tem sido dado pelos governos estadual e federal, através da transferência de verbas para execução das obras previstas no meu 'Plano de Governo'..."⁴⁵

Ou,

"Apesar da séria recessão financeira ocorrida durante o ano de 1981 é interessante citar que, em tempo algum, o Município de Fortaleza foi tão beneficiado com recursos oriundos de auxílios federais e estaduais, para aplicar em investimentos públicos de prioridade comprovada."⁴⁶

A administração Lúcio Alcântara elaborou o Plano

de Metas Governamentais de Fortaleza - 1979/83 - PLAMEG/ Fortaleza, que serviu de documento base para a implementação das políticas municipais adotadas durante sua gestão e a de seu substituto José Aragão e Albuquerque Júnior.

"A elaboração do citado Plano considerou precipuamente o seu ajustamento direto às diretrizes do II Plano de Metas Governamentais- II PLAMEG, adequando os Programas Municipais às metas de crescimento do Estado e às proposições de desenvolvimento nacional no que tange ao planejamento urbano. Neste sentido, enfatizou-se especialmente a adaptação do sistema viário e do transporte público às necessidades urgentes de racionalização do uso de combustíveis, haja vista a crise de energia e seus reflexos sobre o Brasil."⁴⁷

Neste Plano foram consolidados

"alguns dos elementos básicos que orientaram a Administração Lúcio Alcântara, desde o seu início:

- . o conhecimento da realidade municipal, com seus problemas, limitações, possibilidades e potencialidades;
- . os objetivos e diretrizes norteadoras do desenvolvimento integra-

- do do Município de Fortaleza, expressos em termos qualitativos, quantitativos e locacionais;
- . o elenco de programas e projetos executivos através dos quais seriam realizados importantes obras e consolidados os serviços urbanos e sociais de responsabilidade da Prefeitura."⁴⁸

O planejamento, como instrumento administrativo, tornou-se uma característica marcante da Administração Lúcio Alcântara, haja vista a ênfase dada à elaboração prévia e implementação do PLAMEG/Fortaleza e a criação e implantação da Superintendência do Planejamento do Município.

De acordo com o destaque crescente que vinha sendo dado à capacitação técnica, devido sua importante contribuição com o processo de acumulação capitalista implantado no país, esta foi fundamental no cumprimento do PLAMEG/Fortaleza.

"Para cumprimento do programa de inversões propostas para o período 1979-83, formulei uma estratégia baseada num processo de agilização da máquina governamental, através de sua capacitação técnico-administrativa, condizente, remunerada, e na montagem de uma equipe específica para captação de recursos notadamente a fundo perdido."⁴⁹

Algumas medidas e programas foram enfatizados na

Administração Lúcio Alcântara.

Conforme pronunciamento do Prefeito sobre as medi
das adotadas na Área Social, em 1979:

"Destaque especial deve ser aberto para o Programa de Desfavelamento do Município de Fortaleza, cuja execução é da responsabilidade da Fundação do Serviço Social de Fortaleza, desde a sua criação em 1963."⁵⁰

O desfavelamento estava sendo implantado, a nível nacional, como uma medida capaz de solucionar o problema habitacional da população que dispõe da mais importante força produtiva: a força de trabalho.

Com essa solução, o problema da habitação urbana fica entendido apenas como uma questão de urbanismo, de estética da cidade e não como uma problemática social, vin
culada a estrutura da sociedade.

"A Prefeitura Municipal de Fortaleza, dentro de sua política de Ação Social, vem se preocupando em traçar Linhas de Ação, para minimizar a problemática ha
bitacional, através do Programa de des
favelamento da FSSF e cuja filosofia de trabalho é remoção dos núcleos fave
lados, proporcionando aos seus moradores oportunidade de elevação do nível de vida, a partir da aquisição do terreno próprio para edificação de sua ca
sa."⁵¹

Também foi dado ênfase ao Programa de Centros Sociais Urbanos cuja,

"atuação é realizada nos seguintes setores de atividades: Saúde e Nutrição; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Desenvolvimento de Comunidade; Recreação; Lazer e Desporto; Educação e Cultura, formando um conjunto de atividades e de serviços, considerado da mais alta relevância social e da maior significação humana."⁵²

Durante essa administração os movimentos populares urbanos ainda estavam se reorganizando e, portanto, não tinham grande poder de mobilização da população em torno das lutas reivindicativas. Mas, logo foram constituindo entidades de moradores locais e entidades municipais, através das quais a luta dos moradores de bairros e favelas passou a ter uma maior atuação na conjuntura fazendo-se representar como entidades em todos os espaços que iam surgindo.

Nesse sentido, participaram do Forum de Debates Adolfo Herbster promovido pela Prefeitura.

"Ao instituir o Forum de Debates Adolfo Herbster, através do Decreto nº 5.496 de 17 de dezembro de 1980, o Prefeito Lúcio Alcântara cogitou torná-lo instrumento de promoção de debates amplos junto à comunidade, sobre os diversos temas pertinentes à problemática do desenvolvimento urbano de Forta-

leza, tendo por preocupação máxima o seu equacionamento.

Este forum, por conseguinte, ocupou lugar de destaque no conjunto das instituições municipais, em razão de servir como fonte de consulta e criatividade no âmbito do planejamento urbano e em consequência na administração municipal."⁵³

O Forum de Debates Adolfo Herbstar era previsto para ocorrer anualmente, tornando-se possível a realização de três programações abordando os seguintes temas:

- " . Em 1980 - Estudo e avaliação da Legislação Básica do Plano Diretor Físico de Fortaleza.
- . Em 1981 - Preservação de Componentes do Espaço Natural em Áreas Urbanas.
- . Em 1982 - Transporte Urbano: Realidade e Perspectivas em Fortaleza."⁵⁴

Com relação ao transporte coletivo a Administração Lúcio Alcântara considerou como um dos "problemas mais graves de Fortaleza":

"os problemas conjunturais a nível da economia mundial, decorrentes da crise do petróleo, e a busca de soluções alternativas de energia consti-

tuem ponto crítico na evolução dos problemas de transportes nas cidades brasileiras e, particularmente, em Fortaleza."⁵⁵

Nesse sentido, as principais medidas adotadas na área de transporte foram:

- " . aprimoramento da Secretaria de Transportes do Município e sua atuação;
- . Criação, expansão e aperfeiçoamento operacional das linha de ônibus e terminais;
- . Adequação e implementação da frota de ônibus;
- . Aprimoramento do serviço de taxis;
- . Treinamento de Recursos Humanos;
- . Reforço da atuação da CTC - Companhia de Transporte Coletivo."⁵⁶

No que diz respeito à Limpeza Pública, outra reivindicação frequente dos movimentos populares urbanos, a Administração Lúcio Alcântara considerava que:

"o serviço de limpeza pública constitui uma das atividades fundamentais no controle da salubridade do meio urbano, com repercussões, portanto, na saúde pública, em função da qual se manifesta como medida preventiva, eliminando ou evitando a confirmação

de focos geradores de problemas sanitários pelo acúmulo de lixo nas áreas urbanas."⁵⁷

As realizações registradas foram:

- " . Ampliação e melhoria dos equipamentos do sistema de Limpeza Pública.
- . Expansão do Serviço de Limpeza Pública."⁵⁸

Com relação à drenagem,

"representam realizações da Administração Lúcio Alcântara as obras de macro e micro-drenagem do Riacho de Jardim América e do Riacho Pajeú e implantação das galerias pluviais em algumas outras áreas da cidade."⁵⁹

Oito meses antes do término de sua gestão o Prefeito Lúcio Alcântara afastou-se do cargo para se candidatar a outro cargo, sendo substituído por José Aragão e Albuquerque Júnior, que seguiu o PLAMEG/Fortaleza.

A administração José Aragão e Albuquerque Júnior deu continuidade à administração anterior.

"o que se verificou nesta gestão . . . foi uma completa continuidade de mandato governamental sem quebra administrativa, não só no que diz respeito à manutenção dos dirigentes em todos os escala

lões, como no intuito de completar o conjunto de obras já iniciadas."⁶⁰

Assim,

"Pela exiguidade de tempo que teria para gerir a Cidade de Fortaleza, impôs-se-me o propósito de permanecer fiel ao Plano de Metas Governamentais de Fortaleza - 1979/1983."⁶¹

Na Administração César Cals Neto (1983/84), para conter os movimentos populares urbanos que estavam em ascensão, a estratégia utilizada foi a dominação por dentro do movimento, isto é, interna a ele, através de lideranças, com o objetivo de confundir a luta política que estivesse sendo travada.

Entretanto, com o processo de mobilização pelas eleições diretas para presidente da República, os movimentos conseguiram se impor e manter sua autonomia frente ao poder local.

Em junho de 1985, o governador do Estado exonerou o prefeito César Cals Neto, alegando não cumprimento de suas atribuições, e anunciou sua substituição pelo deputado estadual José Maria Barros de Pinho. César Cals Neto impetrou mandado de segurança e o ato governamental ficou suspenso.

Depois que Barros Pinho já havia assumido o cargo,

"o presidente do Supremo Tribunal Federal deferiu a manutenção da liminar concedida a César Cals Neto ga-

rantintindo-lhe a permanência no cargo. Com esta decisão ficaram anulados a nomeação e os atos do ... prefeito Barros Pinho."⁶²

no entanto, a liminar de reintegração do deputado federal César Cals Neto na prefeitura foi cassada e Barros Pinho reintegrou-se nas funções do cargo de prefeito de Fortaleza, em 10 de julho de 1985.

Esse acontecimento relaciona-se mais a uma questão política do que administrativa, visto que era necessário ganhar adesão da população para vencer a sucessão municipal, através de eleições diretas e, assim, fortalecer o governo da "Nova República", que se havia implantado.

Fazendo jus ao período pré-eleitoral, a administração Barros Pinho, de acordo com o documento "Pacto de Fortaleza - a Cidade é do Povo/Administração Barros Pinho - Julho à Dezembro de 1985", procurou concentrar os seus recursos na construção de obras de infra-estrutura urbana, que já vinham sendo objeto de reivindicação dos movimentos populares organizados, ou espontâneos, principalmente dos que haviam sido cooptados pelo Projeto da "Nova República".

"A ADMINISTRAÇÃO BARROS PINHO vem dirigindo esforços no sentido de intervir, objetivamente, nas necessidades específicas da Cidade e em setores que tenham repercussão efetiva na elevação do bem-estar social de sua população."⁶³

Assim,

"Apesar da ADMINISTRAÇÃO BARROS PINHO, não contar ainda com 120 dias de instalação, com a implementação dessas obras, já se pode constatar sensíveis mudanças na feição urbana de Fortaleza, valendo aqui ressaltar o decisivo apoio do Governo Gonzaga Mota e do Governo Federal de fundamental importância para a viabilização dessas realizações."⁶⁴

Apoiada pelo governo estadual e federal, essa administração pretendia criar condições para a eleição do candidato do então partido do Governo - PMDB, à sucessão municipal.

No entanto, a correlação de forças não favoreceu o partido do Governo, que teve uma campanha polarizada frente ao candidato dos "coronéis", enquanto crescia a candidatura do Partido dos Trabalhadores, que foi vencedora.

5.2.b) 1986 -1987 - Possibilidades e limites da "Administração Popular de Fortaleza"

Apesar da conquista de uma autonomia relativa em Fortaleza, com a vitória da candidata do Partido dos Trabalhadores à Prefeita da Cidade, isso não representou uma ruptura com as relações sociais dominantes, nem com a estrutura burguesa de poder exercida no âmbito da sociedade.

A administração municipal que iniciou em 1986, autodenominou-se "Administração Popular" e já nos primeiros

dias de empossada, iniciou um processo de moralização da máquina administrativa, conforme havia sido proposta por ocasião da campanha, em 1985, para o pleito eleitoral da prefeitura de Fortaleza.

Ainda na campanha, para definir sua plataforma política, o Partido dos Trabalhadores realizou o I Seminário "A Fortaleza da Gente", com a participação de profissionais das diversas áreas, professores, estudantes, trabalhadores, moradores de bairros e favelas, entre outros, cujos temas foram aprofundados no II Seminário "A Fortaleza da Gente", em fevereiro de 1986, os quais serviram de base para a elaboração do Plano de Governo da Administração Popular, intitulado "Ação de Governo".

Em vez de escamotear as contradições do modo de produção capitalista a "Ação de Governo da Administração Popular" discute as questões a ele referentes, enfocando as suas contradições.

"A definição de diretrizes novas, no sentido de romper com as políticas tradicionais, a fim de reverter substancialmente a situação vigente, requer a análise das contradições e limites, bem como das possibilidades de uma Administração Popular, no contexto de uma cidade inserida no Modo de Produção Capitalista."⁶⁵

Apesar do compromisso da Administração Popular, a cidade de Fortaleza se insere no contexto do modelo econômico vigente no país, sendo este, portanto, um limite para

a execução de políticas inovadoras.

Mesmo considerando que a cidade de Fortaleza acumulou problemas, oriundos da estrutura da sociedade brasileira, cuja solução não pode ser viabilizada a nível municipal, o Plano acredita na possibilidade de realizar ações que favoreçam as classes populares, pois,

"Se na perspectiva dos interesses dessas camadas, era possível atuar no interior das instituições de caráter essencialmente burguês (concebendo o Estado como um espaço contraditório), com maior legitimidade e razão, é possível, utilizando a Administração Popular de Fortaleza, atender o projeto das classes trabalhadoras, na medida em que sua ação propicie o acúmulo de forças e de conquistas dos objetivos imediatos e históricos das camadas populares."⁶⁶

No que se refere a relação com os movimentos populares urbanos, consta no Plano que:

"Não é intenção da atual Administração querer passar a idéia de que as instituições públicas municipais são centros autônomos de poder, o que significaria levar mais uma ilusão ao povo e desarmá-lo no processo de luta pela sua verdadeira libertação."⁶⁷

Em resumo, o Plano aborda a problemática urbana, en tendendo-a como contradição gerada pelo Modo de Produção Capitalista, e nesse sentido, redefine os termos e as priori dades a serem enfrentadas pela Administração Popular.

As finalidades da Ação de Governo são baseadas nas seguintes diretrizes políticas básicas:

- "- Intervir no urbano de forma articulada, entendendo a cidade como local dinâmico onde se processam as relações sociais entre as pessoas que trabalham, circulam, vivem e amam.
- Compatibilizar o desenvolvimento urbano com a preservação do patrimônio histórico-cultural e do meio ambiente da cidade, a fim de assegurar o equilíbrio entre o espaço natural e o espaço produzido.
- Desenvolver um clima organizacional entre os funcionários, visando a uma maior valorização do servidor público, enquanto funcionário a serviço da coletividade.
- Propiciar a participação da população, seja através de mecanismos institucionais, seja por meio do conjunto do movimento popular, nas discussões e aplicações das decisões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais da cidade.
- Apoiar as lutas por melhores condições de vida e trabalho e por liberdades, so

mando-se a todos aqueles que, na Cidade, no Estado ou no Brasil, lutam pelos direitos da pessoa humana.

- Apoiar o movimento popular independente e autônomo, atendendo suas legítimas reivindicações e demandas, como forma de reforçar as lutas que fazem avançar a organização das classes populares.
- Buscar com os recursos existentes, ampliando os recursos próprios e lutando pelos indispensáveis, a concretização da melhoria das condições de vida da população, em especial das camadas populares."⁶⁸

As Linhas de Ação de Governo são:

- "- Adotar métodos administrativos, baseados na transparência pública, na austeridade, na eficiência, na moralidade e no bom relacionamento da Prefeita, Secretários e integrantes dos cargos de confiança com o conjunto dos servidores municipais, bem como de toda a Prefeitura com a população de Fortaleza, vendo e respeitando cada fortalezense como sujeito de direitos e deveres.
- Descentralizar, através das Administrações Regionais, a estrutura de prestação de serviços da Prefeitura,

de modo a propiciar aos setores organizados da população canais para indicar prioridades, reivindicar, avaliar, acompanhar e controlar de forma mais próxima a implementação das ações públicas municipais.

- Atuar, através das Administrações Regionais e outros órgãos municipais, no sentido de incentivar o processo de organização popular, na perspectiva de reforçar a ação coletiva e possibilitar o exercício do poder popular.
- Adotar uma atitude rigorosa no trato da coisa pública (patrimônio, recursos financeiros, veículos, materiais, etc.), a partir do princípio de que o serviço público é um serviço a coletividade.
- Racionalizar a máquina administrativa (órgão, normas, procedimentos e pessoal) no sentido de aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados à população, aumentar sua eficácia e agilidade para melhor servir à coletividade.
- Criar oportunidade de qualificação dos servidores públicos no sentido de aperfeiçoar seu desempenho profissional, bem como de elevar seu nível de consciência política e de organi-

Para a definição dos objetivos da "Ação de Governo", foram utilizados critérios que se baseiam no serviço à coletividade, na preservação do meio ambiente, na recuperação de equipamentos urbanos e comunitários existentes, na manutenção urbana, no "desenvolvimento da consciência do cidadão enquanto portador de direitos e deveres, bem como agente transformador de sua realidade", na valorização e promoção do serviço público municipal, entre outros.

Baseados nesses critérios os objetivos da "Ação de

zação, sensibilizando-os a participar do projeto da Administração Popular.

- Estabelecer uma relação de diálogo sistemático com todos os servidores municipais, buscando sua identificação, de forma livre e consciente, com as decisões político-administrativas da Prefeitura.
- Lutar nas esferas estadual e federal do governo, até mesmo junto a entidades e/ou governos internacionais, bem como junto ao setor privado, pela obtenção de recursos indispensáveis ao financiamento das obras e serviços prioritários à maioria da população.
- Estabelecer relações de diálogo com os diferentes poderes a nível municipal, estadual e federal na perspectiva de garantir as condições mínimas de realização do projeto da Administração Popular, sem transgredir seus princípios.⁶⁹

- zação, sensibilizando-os a participar do projeto da Administração Popular.
- Estabelecer uma relação de diálogo sistemático com todos os servidores municipais, buscando sua identificação, de forma livre e consciente, com as decisões político-administrativas da Prefeitura.
 - Lutar nas esferas estadual e federal do governo, até mesmo junto a entidades e/ou governos internacionais, bem como junto ao setor privado, pela obtenção de recursos indispensáveis ao financiamento das obras e serviços prioritários à maioria da população.
 - Estabelecer relações de diálogo com os diferentes poderes a nível municipal, estadual e federal na perspectiva de garantir as condições mínimas de realização do projeto da Administração Popular, sem transigir com seus princípios."⁶⁹

Para a definição dos objetivos da "Ação de Governo", foram utilizados critérios que se baseiam no serviço à coletividade, na preservação do meio ambiente, na recuperação de equipamentos urbanos e comunitários existentes, na manutenção urbana, no "desenvolvimento da consciência do cidadão enquanto portador de direitos e deveres, bem como agente transformador de sua realidade", na valorização e promoção do serviço público municipal, entre outros.

Baseados nesses critérios os objetivos da "Ação de

Governo" são:

- "- Aumentar a receita municipal através da agilização, otimização e moralização da máquina arrecadadora da PMF, na perspectiva de ajustá-la, visando a uma tributação justa e equânime, bem como lutar por uma reforma tributária que altere sensivelmente a participação dos municípios na arrecadação dos tributos a nível estadual e federal.
- Racionalizar a máquina administrativa no sentido de reduzir gastos desnecessários.
- Imprimir eficiência e eficácia administrativa, como instrumento para consecução dos objetivos finalistas do Executivo Municipal.
- Resgatar a dignidade do servidor e do serviço público, de modo a elevar o padrão de qualidade do atendimento prestado à população.
- Capacitar os servidores públicos no sentido de elevar seu nível de compromisso profissional, político e social, bem como a qualidade de seu trabalho, sensibilizando-as a participar do projeto da Administração Popular.
- Abrir canais de expressão dos e para os setores populares, através da Co-

municação Social, ultrapassando a concepção convencional que a vê como mero canal de informação junto aos órgãos de imprensa, tornando-a mecanismo provocador de informação e investigadora de debates entre a Administração Popular e a população.

- Participar de forma marcante nas decisões a níveis estadual, regional e nacional, relativas à Região Metropolitana de Fortaleza, no que tange às intervenções propostas para o Município.⁷⁰

No entanto, mesmo com todos os propósitos explícitos no Plano, muitos fatores contribuíram para que as proposições não fossem realizadas plenamente.

Não bastassem as condições adversas da formação econômico-social e o interesse da oligarquia no fracasso da "Administração Popular", haja vista o trabalho de desestabilização feito pela imprensa local e as tentativas de inviabilizar essa gestão, uma crise partidária interna contribuiu para acentuar o desgaste político desta administração.

Mas, apesar de algumas realizações que nitidamente mostraram o seu compromisso com as classes trabalhadoras, a "Administração Popular" vem conseguindo permanecer no poder, embora que de forma muito desgastada, tanto pelas questões externas, que em algumas ocasiões se transformaram em limites intransponíveis, como pelas questões internas que, provocando divisões no Partido, desencadearam uma

forte luta pelo poder e um distanciamento das propostas iniciais de utilização da máquina administrativa para a realização de políticas, cuja implementação tivesse como critério desenvolver a consciência de classe do cidadão.

Nesse turbulento contexto, de intensa luta política, as propostas do projeto da "Administração Popular" não foram executadas da maneira planejada, o que prejudicou muito a credibilidade numa administração comprometida com os interesses das classes populares.

No que se refere a relação com os movimentos populares urbanos, estes vivenciaram uma acirrada luta política entre as tendências que os compõem, multiplicando as divergências políticas e gerando um enfraquecimento do poder reivindicativo, pois em determinados momentos passaram a lutar entre si.

No entanto, com relação aos três aspectos aqui abordados, como principais lutas dos movimentos populares urbanos da cidade de Fortaleza, a "Administração Popular" concretizou alguns avanços em relação às administrações anteriores e de acordo com as reivindicações feitas pelos movimentos.

No que diz respeito ao transporte coletivo, a "Ação de Governo da Administração Popular" constatou, através de um levantamento das condições de transportes na periferia de Fortaleza que,

"uma melhoria no Sistema de Transporte Público de Passageiros não pode ser encarada apenas em termos de melhoria de equipamento, mas também implica numa política urbana voltada para drenagens, pavimentação, construção e me-

lhoria de abrigos e terminais."⁷¹

Um dos méritos dessa administração foi a recuperação da Companhia de Transportes Coletivos, que estava "abandonada".

No tocante à limpeza pública e saneamento básico, o documento "Ação de Governo" considera esses assuntos incluídos no item "Manutenção Urbana", o qual faz parte dos "Programas Específicos das Ações Governamentais: 1987".

"A manutenção desses serviços é prioritária e básica para a existência de condições mínimas de vida urbana decente, na medida em que se relacionam com a saúde e o bem-estar do cidadão."⁷²

Ao contrário das administrações anteriores, a "Administração Popular refere-se a questão da habitação concebendo-a

"no seu sentido amplo: solo urbano, moradia, condições de vida urbana em termos de acesso a bens e serviços básicos. Nessa perspectiva, define programas e projetos de ocupação do solo urbano pelos setores populares, de construção/reconstrução/melhoria de moradia popular e de urbanização de favelas."⁷³

Assim, foi definido como alternativa de ação inse-

rida na Política Urbana "a desapropriação para fins sociais". O Poder Municipal também definiu como estratégia de ação "o carregamento de recursos, via programas e projetos, que propiciem à população das favelas e periferia conquistas na sua luta pelo direito de habitar a e na cidade de Fortaleza".

No entanto, mesmo adotando essas medidas,

"A Administração Popular está consciente da impossibilidade de, no seu âmbito de atuação, solucionar o problema estrutural da habitação de Fortaleza."⁷⁴

Esses propósitos, embora não tenham sido executados conforme o planejamento, já demonstram uma ruptura com administrações anteriores que não abordaram a problemática urbana em sua totalidade e não adotaram medidas que colocassem em questão a estrutura determinante da sociedade. Mas, ao contrário, criaram mecanismos que favoreceram a exploração capitalista.

Portanto, apesar das muitas limitações da "Administração Popular", ela representa uma ruptura, pois apresenta um corte na política que há muito vinha se revezando no poder.

Essa política viciada, paternalista, dominadora passa a ser assimilada pela população, que vê os serviços públicos como um favor do Estado, quando, na realidade, é uma obrigação.

Portanto, para consolidar uma determinada mudança na prática administrativa, é necessário um trabalho sistemático de reeducação da população, para que tenha consciência dos seus direitos e deveres e lute para consegui-los.

5.3 - Processo de formação de ideologias dominadas: evolução histórica dos movimentos populares urbanos em Fortaleza no período de 1979 à 1987

5.3.a) Do movimento em potencial à luta organizada

1979 foi um ano em que a Prefeitura Municipal de Fortaleza, a exemplo de outras cidades brasileiras, implementou o programa de desfavelamento, mediante promessas de fixar os favelados nos conjuntos habitacionais, que haviam sido construídos na periferia da Cidade para tal fim.

Eram três conjuntos habitacionais, o Palmeiras, o Rondon e o Alvorada, que não despertavam interesse nos favelados devido as deficiências de infra-estrutura, além de distarem consideravelmente dos locais onde conseguiam algum trabalho para sobrevivência.

Nessa época, uma das mais importantes lutas contra o desfavelamento foi na favela da avenida José Bastos, onde moravam cerca de duas mil famílias, as quais não conseguiram permanecer no local, apesar de terem resistido à violência que se manifestava até durante a madrugada, quando os casebres eram derrubados por cima dos moradores. Mais uma vez venceu o "poder dos donos".

No entanto, essa luta transformou-se num marco para os movimentos sociais locais, desencadeando a criação de organizações em defesa do direito à condições dignas de vida; por outro lado uma série de acontecimentos estava forjando um despertar geral da nação, paralizada pela repressão e violência, que se tornara programa de governo da

ditadura militar implantada no país a partir de 1964.

Dessa luta da favela José Bastos, que teve apoio de setores da Igreja Católica, de estudantes universitários, de deputados, do Movimento Feminino pela Anistia e de outros moradores de bairros e favelas da Cidade, nasceu um movimento denominado União das Comunidades da Grande Fortaleza, que conseguiu impedir mais de onze despejos, numa época em que a repressão era muito violenta.

A União das Comunidades teve início em um encontro denominado Interbairros, mobilizado pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil), na época - 1979 - clandestino, ao qual se fizeram presentes algumas comunidades organizadas como Jardim Nova Esperança, Dias Macedo e moradores da favela José Bastos, que esta em processo de expulsão.

Daí começaram a surgir outras entidades gerais, que representavam segmentos do movimento, as quais logo se esfacelaram, permanecendo apenas as duas entidades que serão enfocadas: a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza e a Jornada de Luta Contra a Fome.

"Então existia o Conselho Geral de Bairros, que tinha algumas associações e conselhos de moradores ligados a ela; existia a Federação Metropolitana de Bairros, também reunia outras associações de moradores; existia o chamado Grupo Independente de Associação de Moradores, que era independente das outras, mas ligada a outras; existia a União das Comunidades da Grande Fortaleza; e existia a Associação Interbairros. Eram cinco agrupamentos, que cada

um encaminhamento de forma diferente as reivindicações para o governo municipal e estadual, que era o que estava mais presente, quer dizer todas as reivindicações desembocavam sempre no município, que era o mais próximo poder que existia das associações de moradores e, também, do governo do Estado, que também estava ligado, diretamente ao município."⁷⁵

A partir dessa época, os militantes do movimento Interbairros, com um discurso de unidade, deram início ao processo de formação de uma entidade geral dos moradores de bairros e favelas.

Dessa luta participaram ativamente outras entidades como, por exemplo, a União das Comunidades da Grande Fortaleza, que sendo composta por uma força política divergente da força que compunha o movimento Interbairros, sempre apresentou propostas próprias de encaminhamento das lutas populares.

Neste percurso dos movimentos, rumo a sua organização, importantes lutas foram travadas, contribuindo para acelerar o processo de organização.

Ainda em 1979, vários protestos, denúncias, mobilizações e abaixo-assinados foram realizados por moradores e entidades como o Movimento Feminino pela Anistia e o Movimento Cearense Contra a Carestia (ver quadros 3 e 4 em anexo).

Em 1980, continuam as denúncias com relação as condições precárias de moradia e a organização dos bairros e favelas continua evoluindo: moradores exigem do prefeito

resposta à reivindicações, através de abaixo-assinados; moradores realizam atos públicos de protesto contra a falta de infra-estrutura; moradores promovem "passeata da lata vazia", em vários bairros da cidade; moradores promovem "passeata da lamparina", enfim a população estava em luta pelos seus direitos (ver Quadros 7 e 8 em anexo).

Em 1981, as comissões de moradores vão à imprensa e ao prefeito reivindicar condições dignas de moradia; além de participarem do I Congresso de Entidades de Moradores de Bairros e Favelas de Fortaleza (ver Quadro 11 em anexo), em 28 e 29 de novembro, com a participação de:

"16 associações de moradores, registradas e reconhecidas pela comunidade, que representavam e 29 associações em formação."⁷⁶

Nesse I Congresso foi eleita uma comissão Pró-Federação, para preparar o congresso de criação da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, convocado como II Congresso da Entidade, o qual se realizou em agosto de 1982, com a participação de "720 delegados de base, representando as 59 entidades de bairros e favelas."⁷⁷

Na ocasião do II Congresso, um grupo significativo de participantes defendia a eleição direta para a Diretoria da Entidade, feita nos locais de moradia. Mas, perderam a proposta e as eleições ocorreram no Congresso com diretoria escolhida para cumprir mandato, durante o biênio 1982/84. Também, houve, no Congresso, a aprovação do Estatuto e a definição do Plano de Lutas para o biênio.

Depois do II Congresso, a União das Comunidades da Grande Fortaleza, que não conseguiu obter maioria e perdeu

todas as propostas apresentadas, iniciou um processo de decadência, enquanto organização geral que aglutinava em torno de si algumas associações de moradores.

No entanto, a União das Comunidades não deixou de existir de fato, uma vez que além de manter a direção em algumas lutas, fazia oposição a forma de encaminhamento da luta dirigida pela Federação, bem como a cada congresso, que ocorre ordinariamente de dois em dois anos, concorria à direção da Entidade com um programa definido.

No ano de 1983, num contexto de extrema miséria do povo brasileiro, decorrente de uma crise econômica sem precedentes, aliada a questão da seca no Nordeste, surgiu uma entidade denominada Jornada de Luta Contra a Fome, que no dia 19 de outubro de 1983, realizou a primeira de uma série de caminhadas com milhares de manifestantes em torno de sua reivindicação principal:

"criação de frentes de trabalhos comunitários para os bairros e favelas de Fortaleza e do interior, sem abrir mão da questão imediata de conseguir ali-mentação."⁷⁸

A situação era de calamidade pública, com muitos flagelados vagando pelas ruas de Fortaleza à procura de trabalho e comida.

De acordo com um documento enviado ao Governador do Estado do Ceará, datado de 19 de outubro de 1983, essa entidade se define como:

"um movimento que engloba associações de bairros, entidades religiosas, en

tidades civis, parlamentares, person
lidades, etc."⁷⁹

Com ampla participação de várias entidades, juntamente com alguns grupos da Igreja Católica, baseados na Teologia da Libertação - principalmente das Comunidades Eclesiais de Base - CEBS, cujo V Encontro Nacional realizou-se em 1983, em Canindé-Ceará (ver Quadro 17 em anexo) -, a Jornada de Luta Contra a Fome manteve uma participação ativa nesse período de desespero da população cearense, elaborando documentos, para ser entregues aos órgãos públicos; mobilizando passeatas, em torno das reivindicações do movimento e criando grupos de apoio aos flagelados (ver Quadros 17 e 19 em anexo).

Passado o período da seca, a Jornada de Luta Contra a Fome, que era o ressurgir da União das Comunidades da Grande Fortaleza sofreu, novamente, uma queda enquanto entidade geral, devido, principalmente, ao fato de ter conseguido junto à Sudene uma quantia considerável para a construção de obras nos bairros e favelas, mas, a verba ter sido repassada para a Federação, que era a entidade legalizada.

A Jornada existia de fato, mas não era legalizada. No entanto, continuou a ter existência na luta cotidiana dos bairros e favelas, acabando por se transformar num movimento de oposição à Federação de Bairros e Favelas, que prosseguiu sua organização e realizou, em agosto de 1984, o III Congresso da Entidade,

"com o objetivo de discutir algumas questões básicas sobre as condições de vida, bem como a conscientização e

organização política das comunidades."⁸⁰

Nesse ano de 1984, o problema da seca contribuiu para que aumentassem as levadas de flagelados, que começaram a percorrer o interior do Ceará até chegarem em Fortaleza à procura de comida e trabalho, deixando um rastro de desespero, que se expressava nos "saques" a supermercados e nas concentrações em frente das prefeituras à busca de solução para a calamidade de que eram vítimas.

A angústia dos flagelados se uniu ao grito do povo brasileiro na luta por eleições diretas. A nação inteira saiu às ruas.

Em 1985, o problema dos flagelados diminuiu com as chuvas que caíram no Ceará (ver Quadro 17 em anexo). Mas, a crise do modelo econômico não se acabou com o advento da "Nova República", que, apesar de ter funcionado como um jato de água fria na ebulição social em que se encontrava o país, foi, aos poucos, demonstrando à população que a transição propalada como a salvação do país era totalmente prometida com o capital e seus detentores.

Com a eleição da candidata do Partido dos Trabalhadores - PT, partido de oposição, a prefeitura da cidade de Fortaleza, os movimentos populares, que se dividiam entre apoiar e fazer oposição à "Nova República", vivenciaram um processo de acirramento de divergências, sem precedentes.

A Jornada de Luta Contra a Fome tornou-se um movimento de defesa incondicional da prefeita. Em alguns momentos perdendo sua autonomia de movimento, ao se identificar com a administração municipal. Esta postura constituiu o estopim, que dividiu a entidade, perdendo uma facção importante na sua composição de forças.

Por outro lado, a Federação de Bairros e Favelas empunhou a bandeira do boicote à administração municipal e reprovou, incondicionalmente, todos os atos da prefeita.

Aqui, se coloca, claramente, uma questão de concepção de mundo, que se reflete, não apenas na opção política, mas na prática política levada a efeito.

Nos movimentos populares esta questão se concretiza nas diversas tendências políticas, fazendo com que exista, não só uma divergência intramuros, mas uma guerra aberta entre as diferentes linhas de atuação.

Segundo depoimento de uma diretora da Jornada de Luta Contra a Fome:

"A Jornada acabou se transformando numa entidade geral que congrega várias associações, em função da insatisfação que o pessoal tinha com relação à Federação."⁸¹

Esse movimento de oposição à Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza culminou num processo de legalização da Jornada de Luta Contra a Fome, iniciado a partir da aprovação desse ponto no I Congresso, realizado em outubro de 1987, pela Entidade, que, nessa ocasião, teve seu nome mudado para "União das Comunidades da Grande Fortaleza, uma Jornada de Luta Contra a Fome, a Opressão e a Exploração".

Também em 1987, em dezembro, a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, realizou um congresso extraordinário - o V Congresso da Entidade, para encaminhar nova eleição de diretoria, visto que a diretoria eleita em 1986, por ocasião do IV Congresso, foi contestada judicial

mente pela chapa de oposição, que alegou a ocorrência de fraude e suborno.

Como se vê, o movimento é marcado por divergências, que não se dão apenas no nível das entidades gerais, mas no cotidiano da prática das entidades, organizadas ou não.

5.3.b) Entidades isoladas do processo de luta coletiva

As entidades não vinculadas a nível metropolitano, geralmente denominam-se conselhos comunitários ou conselhos de moradores.

O isolamento do processo de luta coletiva refere-se a uma questão política de compreensão da realidade, ou seja, elas se julgam "a-políticas" por considerarem ser possível assumir uma atitude neutra diante da realidade, uma vez que consideram a política como sinônimo de corrupção.

Castells faz uma distinção entre política e político, sendo que:

"o político designa a instância pela qual uma sociedade trata as contradições e defasagens das diferentes instâncias que a compõe, e reproduz as leis estruturais ampliando-as a assegurando, assim, a realização dos interesses da classe dominante."⁸²

E,

"a política designa o sistema de relações de poder. O espaço teórico do conceito de poder é o das relações de classes. Entendemos por poder a capacidade de uma classe social em realizar seus interesses objetivos específicos às custas dos outros. Por interesses objetivos, entendemos o predomínio dos elementos estruturais (que definem por sua combinação, uma classe) sobre os outros elementos que estão em contradição."⁸³

Essa pretensão de ser a-político já é uma postura política de omissão diante da realidade, que favorece os interesses da classe dominante.

No entanto, ainda se acredita (não só no senso comum, mas no pragmatismo) existir a possibilidade de se assumir uma postura neutra diante de determinada realidade.

Esse pensamento contrapõe-se a uma compreensão classista da sociedade de classes e, portanto, a uma das questões fundamentais deste estudo. Mas o isolamento dessas entidades do processo de luta coletiva é um aspecto que não pode ser desprezado na análise aqui proposta, já que contribui para o entendimento do processo de formação de ideologias dominadas.

Algumas dessas entidades se organizam e se articulam estritamente no local de moradia e exclusivamente em torno de questões que se referem à reprodução individual

da força de trabalho, sem, no entanto, relacioná-la à estrutura e/ou à superestrutura da sociedade, considerando-se neutros diante da conjuntura, ou ainda "a-políticos".

Mas também há outras que se inserem no processo de luta coletiva naquelas ocasiões em que o benefício reivindicado poderá ser usufruído por determinado grupo.

Ambas, porém, possuem uma característica comum: é o fato de estarem atreladas a um tutor e dependentes dele, podendo ser este tanto uma pessoa, como uma instituição.

Assim, podemos observar que existem entidades de moradores, mantidas por um determinado político ou por uma pessoa comprometida com ele, mas, existem outras que giram em torno de instituições públicas, implementadoras das políticas sociais governamentais, como, por exemplo, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e, recentemente, a Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), sendo esta responsável por grande número de associações criadas a partir de 1986, para tornar viável o programa nacional de distribuição de leite a famílias carentes, através do trabalho realizado pelas associações, que consiste em: cadastramento dos interessados, seleção dos beneficiados e repasse a estes dos tíquetes, que são trocados pelo produto nos distribuidores.

Existem também outras instituições governamentais, que atuam nos locais de moradia, sendo, porém, as acima citadas as que têm uma atuação mais efetiva.

Essas entidades, embora apresentem diferenças entre si, são aqui analisadas através do que as torna semelhantes: o isolamento do processo de luta coletiva.

Nesse sentido, não faremos distinção entre entidades, criadas e mantidas por um determinado político ou pessoas a ele atreladas, e as que existem em função dos pro-

gramas implementados pelas instituições assistenciais.

NOTAS

35. SOUZA, Herbert José - Como se Faz Análise de Conjuntura, Petrópolis, Vozes/IBASE, coleção Fazer, 1984, p. 20.
36. Tecnocratas são profissionais que buscam soluções técnicas para os problemas de determinada sociedade, em detrimento dos aspectos sociais. No Brasil, esses intelectuais são identificados com o período da ditadura militar, época em que começaram a ser importantes atores no exercício das atividades governamentais. Para eles, a solução para o enfrentamento dos problemas consiste na utilização de uma técnica neutra, imparcial e destituída de subjetividade.
37. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1979, p. 8.
38. ANAMPOS - "Documento de São Bernardo", IIº Encontro Nacional entre Dirigentes Sindicais e Militantes do Movimento Popular, Taboão da Serra, 4 a 6 de julho de 1980, mimeo., p. 6.
39. ANAMPOS - "Documento de Vitória", julho/1981, p. 15.
40. Revista Isto É, 03 de fevereiro de 1982, nº 267, p.26.
41. Discurso de abertura do 1º CONCLAT, citado pela Deputada Maria Luiza Fontenele em pronunciamento proferido no dia 30 de agosto de 1983.
42. Jornal da CUT, setembro de 1983, Ano I, nº 0.
43. PRESTES, Luiz Carlos - Lutas e Autocríticas, Petrópolis, Vozes, 1985.
44. ALCÂNTARA, Lúcio - Problemas e Perspectivas do Nordeste e do Estado do Ceará, Temas do Nordeste 2, UFC, 1982,

p. 9.

45. Realizações, Janeiro/1982, p.8.
46. Realizações, Janeiro/1982, p.153.
47. Discurso do Prefeito Lúcio Alcântara na Sessão de Abertura da Câmara Municipal de Fortaleza - Janeiro/1980.
48. Fortaleza, a Administração Lúcio Alcântara - mar-ço 1979/maio 1982, pp. 111-112.
49. Discurso do prefeito Lúcio Alcântara na Sessão de Abertura da Câmara Municipal de Fortaleza - Janeiro/1980.
50. Sessão de abertura da Câmara Municipal de Fortaleza, Janeiro de 1980.
51. Realizações, Janeiro/1981, p. 76.
52. Sessão de Abertura da Câmara Municipal de Fortaleza, Janeiro de 1980.
53. Fortaleza, a Administração Lúcio Alcântara - mar-ço 1979/maio 1982, p. 135.
54. Ibidem, pp. 135-136.
55. ibidem, p. 239.
56. Ibidem, p.240.
57. Ibidem, p. 265.
58. Ibidem, p.265.
59. Ibidem, pp. 255-256.
60. Sessão de Abertura da Câmara Municipal de Fortaleza, discurso do prefeito José Aragão e Albuquerque Júnior, Janeiro/1983.
61. Ibidem.
62. Jornal "O Povo", Ano LVIII, nº 18.349, 05. de julho de 1985, p. 2.
63. Prefeitura Municipal de Fortaleza - Principais Obras Executadas e em Execução Julho/Outubro 1985 - Administração Barros Pinho.
64. Ibidem.

65. Prefeitura Municipal de Fortaleza - Administração Popular, Ação de Governo, fevereiro de 1987, p.15.
66. Ibidem, p. 15.
67. Ibidem, pp. 15-16.
68. Ibidem, p.24.
69. Ibidem, pp. 24-25.
70. Ibidem, pp. 26-27.
71. Ibidem, p. 32.
72. Ibidem, p. 29.
73. Ibidem, p.31.
74. Ibidem, p.31.
75. Entrevista com membro-fundador da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, em junho de 1987.
76. Ibidem.
77. Ibidem.
78. Entrevista com membro-fundador da Jornada de Luta Contra a Fome, realizada em setembro de 1987.
79. Documento enviado ao Governador pela Jornada de Luta Contra a Fome em 19 de outubro de 1983.
80. Regimento Interno para o III Congresso de Associações de Moradores de Bairros e Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza.
81. Entrevista com membro-fundador da JLCF.
82. CASTELLS, Manuel - op., cit., p.316.
83. Id., ibid., p.316.

6 - IDEOLOGIAS DOMINADAS NO PLANO DA ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES URBANOS

Nesse capítulo procuramos resgatar a linha de atuação das organizações pesquisadas, para poder compreender, a partir da visão de cada uma delas, em que consiste a sua prática política, qual o objetivo de sua atuação, como agem na correlação de forças e quais as perspectivas de transformação social por elas vislumbradas.

Através dessa análise procuramos detectar as formas de prática política que contribuem para a formação de uma ideologia das classes dominadas, sobretudo enquanto processo de conquista de hegemonia.

Na construção desses instrumentos analíticos escolhemos quatro aspectos, quais sejam: relação de poder entre agentes; relação movimentos populares/administrações municipais; prática política dos movimentos populares urbanos; e perspectiva de transformação da sociedade.

1. Relação de poder entre agentes

Esse aspecto trata da direção/organização dos movimentos, não com o objetivo de descrever a sua estrutura organizacional, mas de analisar como se dão e como são vistas as relações no seio da organização, entre dirigentes e base, assim como dentro do movimento entre associações e federações.

No entanto, para proceder a essa análise é necessário resgatar a forma como a entidade se organiza.

A organização expressará um processo de ideologia em formação se as relações de poder forem democráticas, de caráter bidirecional e horizontais, não autoritárias, nem cooptativas.

2. Relação movimentos populares/administrações municipais

Já que os movimentos populares urbanos têm como interlocutor/opositor os aparelhos de Estado (Governo), é importante analisar que relações se estabelecem entre movimentos populares e aparelhos administrativos.

Nesta relação enfocaremos o aspecto reivindicação/conquista não para descrever apenas a relação problema/solução, mas para analisar até que ponto existe superação dos limites desta relação e de que forma se expressa.

Nesse item também procuramos detectar a proposta político-partidária das entidades estudadas, através da análise das posições políticas assumidas por essas entidades em cada conjuntura.

A organização expressará um processo de ideologia em formação se as relações existentes entre movimentos populares urbanos e aparelhos administrativos não forem integrativas, nem cooptativas, ou seja permaneça clara a necessidade de manter a autonomia frente ao Estado, embora não se postule o isolamento.

3. Prática política dos movimentos populares urbanos

Sendo a ideologia guia da ação (axiologia), torna-se essencial examinar a prática dos movimentos em foco, assim como a visão que dela têm tanto dirigentes como base.

Neste sentido, procuramos resgatar através de depoimentos o que os militantes entendem por prática política

ca e até que ponto essa prática defende ou não os interesses da classe trabalhadora.

A organização expressará um processo de formação de ideologia se sua prática for política (consciente, sistemática), superando as ações fragmentárias, de caráter apenas receptivo, tornando-se reivindicatória/contestatória, exigindo direitos e expressando, pelo menos no plano da consciência dos dirigentes, os interesses da classe trabalhadora.

4. Perspectivas de transformação social

Admitindo que a prática política, vista a partir dos interesses das classes dominadas, visa a transformação da sociedade, é necessário analisar até que ponto a prática dos movimentos populares urbanos contém uma perspectiva política de classe, que contemple no horizonte, uma transformação da sociedade capitalista.

Entretanto, para definir que determinado movimento está imbuído dessa perspectiva de transformação social, é necessário usar como critério sua vinculação à luta de classes, mediante uma prática política de combate a sociedade capitalista, através do enfrentamento com os poderes públicos que a viabilizam pela sua adaptação às novas demandas que vão surgindo a partir das relações sociais.

A organização expressará um processo de ideologia em formação se contiver, tanto no plano discursivo quanto prático de seus dirigentes e base, a perspectiva de uma sociedade distinta da sociedade capitalista, ou seja, uma perspectiva de sociedade não-antagônica aos interesses da classe trabalhadora e antagônica aos do capital.

6.1.a) Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF

1. Relação de poder entre agentes

A Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza é uma entidade geral que aglutina várias entidades de bairros e favelas da grande Fortaleza.

A diretoria da Federação é composta por dezoito membros efetivos e quatro suplentes, eleitos em congresso, com prazo de mandato de dois anos, para executar as atividades da Entidade, conforme artigo 10º § 2º das emendas a provadas na Reunião Extraordinária do Conselho de Representantes do dia 16 de julho de 1986.

O Conselho de Representantes é composto pelo presidente de cada associação de moradores e, na ausência deste, do vice-presidente.

Segundo dados obtidos em entrevista, em junho de 1986, o Conselho de Representantes da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, contava com 255 representantes, correspondentes ao número de entidades filiadas à Federação. Este conselho reúne-se ordinariamente de dois em dois meses.

O seguinte depoimento resume o mecanismo de funcionamento da estrutura da FBFF:

"Os Congressos da Federação determinam a política geral da entidade, quais são as questões principais que devem ser abordadas. Depois do Congresso,

nós realizamos o plano tático, quer dizer, como nós vamos executar aqui lo que foi decidido do ponto de vista político. Então, nós fazemos, a diretoria elabora o que integra as coisas principais e leva prá o conselho. Se o conselho achar que o principal não é aquilo, aí nós vamos ter que justificar de novo. Então, a gente fica, às vezes, num certo vai e vem, mas é o que é você chegar no mais consensual."⁸⁴

Segundo o depoimento acima, apesar das propostas serem submetidas à aprovação do Conselho, se este não concordar com o que foi apresentado, a diretoria tem "que justificar de novo", até que se chegue num consenso.

Mas, até que ponto essa atitude de "justificar de novo" sugere uma certa imposição da diretoria para que o conselho aceite o seu pensamento?

A nosso ver, para a diretoria, o conselho não teve capacidade de entender o que ela estava querendo aprovar, pois se a proposta fosse questionável a atitude diante da recusa do conselho seria discutir com ele e a partir daí formular outra proposta.

Mas, parece que ao conselho cabe apenas aprovar para legitimar o que foi planejado pela diretoria, não lhe competindo reprovar.

Assim sendo, essa é uma atitude que não tem implicações somente nas questões de organização interna, mas reflete-se também na prática política.

2. Relação Federação de Bairros e F...las/administrações municipais

Segundo depoimento de um membro fundador da FBFF:

"Todos os prefeitos que nós acompanhamos já com o processo de formação da Federação (nós começamos exatamente com Lúcio Alcântara), todos eles tentam dominar o movimento, controlar pra evitar o máximo de exigência em torno da prefeitura."⁸⁵

Essa dominação, segundo o entrevistado, se dá internamente ao movimento, ou seja existem falsos militantes, "cabos eleitorais" dos prefeitos, que participam das associações para tentar cooptá-las.

"os prefeitos sempre eles tentam se sair dos problemas, não resolver os problemas. Nenhum deles, nem Lúcio Alcântara, nem César Neto, nem Barros Pinho, nem a Maria Luiza, eles acham que não têm responsabilidade diante dos problemas que existem no município, que a responsabilidade é do Sarney; ou era do Figueiredo; ou era do Tasso Jereissati; ou do Gonzaga Mota; ou do Virgílio. Quer dizer, os prefeitos eles não têm responsabilidade quanto a isso."⁸⁶

Mas, até que ponto os prefeitos são os responsáveis pelos problemas do município? Não estariam estes vinculados a uma questão estrutural? Colocar os problemas urbanos como culpa dos prefeitos não seria uma tentativa de escamotear as suas verdadeiras causas?

A nível de discurso, a referida entidade tenta mostrar autonomia diante do aparelho administrativo, mas em alguns momentos deixou-se cooptar pelo poder dominante, inclusive divulgando e participando de políticas governamentais, assim como atuando enquanto entidade em campanhas eleitorais de partidos e candidatos comprometidos com a preservação da sociedade capitalista.

No entanto, essa subordinação aos poderes públicos instituídos não se deu em relação a todas as administrações municipais estudadas.

Com relação à última administração, que teve, ao contrário das demais, uma prefeita eleita pelo voto direto, a FBFF manteve-se unida às forças políticas que tentaram desestabilizar a administração.

Nesse sentido, assumiu durante essa administração uma postura de reprovação a todos os atos da Prefeita, para o qual tomamos como exemplo a reportagem contida no Quadro 26 em anexo, que relata sobre uma passeata de reivindicação à prefeitura, promovida pela FBFF, terminada em tumulto pelo "fato da prefeita Maria Luiza ter descido para falar com os manifestantes e não só com alguns representantes", tendo sido "interpretada pela FBFF como desrespeito ao encaminhamento adotado por aquela entidade". Ao conseguir sair do tumulto e tomando ciência do problema, a prefeita recebeu em seu gabinete os representantes designados pela FBFF, a qual teve reportagem na imprensa para denunciar "o desrespeito" da prefeita para com a en-

tidade.

Essa postura de contribuir para desgastar a "Administração Popular", manifestava-se em qualquer oportunidade, inclusive por ocasião de entrevistas realizadas para este estudo:

"...Mas, há também, uma negligência total do uso dos recursos que são destinados ao Município hoje. Então, existem enormes somas de recursos que são colocados para o município. O governo federal ele segura os impostos e não nos passa diretamente, mas existe uma soma enorme de projetos que são desenvolvidos pelo município e que, no entanto, as organizações populares que colocam inúmeras sugestões não vê as suas reivindicações atendidas, mesmo com projetos que têm aí dinheiro. Tem dinheiro do BIC, dinheiro não sei de que, banco não sei da onde, entendeu? tudo quanto é banco."⁸⁷

E concluiu dizendo,

"Então, acho que há um desinteresse do governo, principalmente do município, no sentido de atender as reivindicações populares."⁸⁸

Vale ressaltar que esta afirmação refere-se as administrações municipal e estadual em vigor na ocasião, ou

seja à "Administração Popular" e ao Governo Tasso Jereissa
ti".

Mas, não seria negar a história da própria luta reivindicativa dizer que um representante dos interesses monopolistas no poder tem um maior compromisso com as reivindicações populares, do que quem possui uma história de luta ao lado das classes dominadas, embora esteja no poder?

Contudo, a entidade ainda pode ser caracterizada pela denúncia (ver Quadros anexos), apesar de apresentar incoerência entre discurso e prática.

3. Prática política

"A Federação é uma junção de várias forças políticas, então nós temos várias pessoas do PC do B, eu sou do PC do B, temos muitas pessoas do PMDB, militantes mesmo que atuam e têm interesses políticos, inclusive eleitorais, participam da diretoria da Federação; temos pessoas do PDT, que atuam também nesse objetivo de atuação realmente política; temos pessoas, também, que não têm atuação partidária. Então todas têm interesses diferentes... Quer dizer, é uma variação muito grande. Já executamos algumas vezes o plano de orientação de Associações, de formação de lideranças, de discussão dos problemas

da cidade, de quem é que é responsável, de que tipo de recursos tem no município, mesmo com essa debilidade aí, essa questão de que o governo federal fica com todos os recursos, mas quais recursos chegam ao município? como eles poderiam ser melhor aproveitados? Tudo isso a gente tem discutido."⁸⁹

Apesar da Federação ser uma "junção de várias forças", conforme é citado no depoimento acima, a força predominante é do PC do B - Partido Comunista do Brasil, que orienta a citada entidade de acordo com sua política.

Ao ler o depoimento acima, nota-se que se entende por prática política a ligação partidária, individual, dos militantes, assim como um conjunto de ações que dizem respeito às atividades executadas pela entidade, para atender o objetivo imediato de lutar por melhoria nas condições de vida.

Dessa forma, são entendidas por prática política as atividades de encaminhamento burocrático, organizativo, ou educativo, que se relacionam ao objeto de atuação da entidade.

"Fizemos quatro cursos iniciais, cada qual com 20 associações de moradores. Cursos sobre direitos do cidadão naquela área, principalmente ligado a questão do uso do solo. E depois, fizemos um outro curso, esse já com o Instituto dos Advogados do Brasil

(IAB), com a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) e com a Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB). São entidades que têm dado assessoramento quase que permanente à Federação. (...) também nós temos participação em inúmeros programas do governo..."⁹⁰

Como se vê, a entidade está vinculada ao governo, não só devido ao fato de participar de programas governamentais, mas até mesmo de defender a ação do governo através desses programas, e compactuando com seus métodos de atuação, quer na escolha dos beneficiários, quer na prestação da assistência, a qual se faz de forma clientelista, visando a troca de "favores": a assistência trocada pelo voto, pela submissão, pela fidelidade aos donos do poder.

Na avaliação da entidade, esse tipo de acesso ao governo é considerado como um avanço, como uma conquista de espaço de atuação, embora cada vez mais se distancie da defesa dos interesses da classe dominada, à medida em que se compromete com o governo.

"A Federação conseguiu, assim, ir abarcando um espaço maior. O pessoal ali da Jornada, aquilo ali não tem jeito não. Ali vai ser sempre daquele jeito."⁹¹

Os militantes da Federação julgam que a atitude de manter autonomia perante as políticas governamentais é um atraso político.

Não parece existir nesse caso uma prática coerente,

sistemática e consciente, mas sim oportunista; "barganha-se" com o poder dominante e pratica-se o assistencialismo para assegurar a hegemonia do movimento, através da dominação que o repasse de benefícios assegura.

No entanto, assim como é contraditório o contexto de relações no qual se insere, também o é essa forma de atuação, porque pode suscitar em seus atores o despertar para uma consciência de classe.

Quando isso ocorre, conforme pudemos observar, há - na maioria dos casos - duas formas de proceder: uma, é articular um conjunto de forças para concorrer às eleições e tentar ganhar a diretoria; a outra, é um rompimento com a entidade e um engajamento em outra que se supõe mais comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

4. Perspectivas de transformação social

"... o pessoal do conselho acha que não é a questão principal discutir se é capitalismo, se é socialismo. Então, a gente não tem levado essa discussão por conta da confusão. A nível da Federação nós não podemos levar, porque aí a gente briga com todo mundo, entendeu? Então, nós estamos na discussão interna, na diretoria da Federação, que tem uma visão mais unificada, entendeu?"⁹²

Nesse depoimento, aspectos fundamentais são abordados como secundários e sem importância.

Para evitar o risco de divergência e possível desestruturação da Entidade não se discute a questão das relações sociais, descartando-se assim a compreensão do processo de luta, inserido na estrutura social e, portanto, de terminado por ela.

Escamoteando a questão da estrutura cai-se docilmente no jogo da dominação, que nesse sentido gira em torno da relação problema/solução.

No depoimento acima também está explícito que a discussão faz parte das atribuições da diretoria da entidade e não do conjunto de seus membros. A diretoria resgata para si o direito de pensar pelos outros, constituindo-se numa vanguarda cuja tarefa é pensar e determinar o que deve ser feito.

Então, o que significa o conjunto dos explorados, se até no plano do discurso são "massa de manobra" das van guardas? Pode a luta contra a exploração ocorrer de forma alienada e alienante?

Mas, pelo menos a nível de vanguarda, a questão da estrutura econômica da sociedade é abordada, embora não se ja compreendida em sua totalidade.

"...É uma solução paliativa também, por que nós achamos que não tem solução nesse atual modelo econômico que vivemos no país, não tem condição: um capitalismo dependente brasileiro, não per mite nem que a própria burguesia brasileira se livre do imperialismo, entendeu?"⁹³

1) Entidades filiadas à Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza

1. Relação de poder entre agentes

As entidades pesquisadas que são filiadas à Federação ainda reproduzem uma prática burocrática e autoritária, no que se refere a relação de poder entre agentes.

Os dirigentes ou lideranças comunitárias se colocam muito distantes da base e assumem uma postura personalista diante dela.

"Eu, pelo menos aqui dentro do meu bairro eu já tenho levado de dois ônibus cheio de moradores para participar de passeatas, participar, assim, de eventos, de atos públicos; aqui mesmo eu sempre puxei muito as coisas prá cá, prá poder o povo entender que a gente tinha necessidade mesmo de se organizar."⁹⁴

Mas, esse personalismo não parece estar sendo questionado. Ao contrário, parece que, para eles, a direção tem que se impor à base.

"Direção de associação precisa ser pessoas fortes e que tenham coragem de lutar e que entendam tanto da questão política partidária, como da questão

política da necessidade e se a gente não tem na direção da associação pessoas desse nível não vai prá frente as lutas do bairro."⁹⁵

Esse depoimento vem corroborar com o anterior, no sentido de reduzir a luta coletiva à atuação dos dirigentes.

Novamente mostra-se o personalismo que perpassa a luta coletiva, dificultando a relação direção/base, na qual a direção se coloca distante da base, o que geralmente contribui, também, para não estar ao lado da base no que se refere a defesa de seus interesses.

2. Relação entidades filiadas à Federação/administrações municipais

Diferentemente da Federação, as entidades a ela filiadas percebem alguma mudança nas relações travadas entre a atual administração municipal e as administrações anteriores a ela.

"No tempo do Lúcio Alcântara, Cesar Neto, as coisas através da prefeitura eram muito fechadas. O palácio do Governo também era muito fechado, ninguém tinha acesso. Nós não vamos dizer que a gente tinha acesso nessas épocas porque a gente não tinha. Quando a gente fazia uma passeata, preci-

sava ver, era cordão de polícia de um lado, na frente, atrás e nós coagido no meio daquele batalhão de polícia, como que nós fosse assim uns verdadeiros terroristas, não sabe?(...) hoje nós tamos aí com as portas dos órgãos públicos aberto agradeça a nossa resistência dentro do movimento popular."96

Aqui, percebe-se uma certa consciência da importância dos movimentos reivindicatórios na correlação de forças.

Mas, apesar de reconhecer que houve uma mudança entre as administrações municipais com prefeitos indicados e a administração municipal com prefeita eleita, a mesma militante que deu o depoimento acima entra em contradição mais adiante quando pondera:

"Agora mesmo, nesse momento, nós vamos puxar uma luta muito forte em cima da questão do transporte, né?, que neste momento está necessitando porque o trabalhador não aguenta mais; o trabalhador tem um salário achatado, né? e quando aumenta, não aumenta só transporte; aumenta tudo, aumenta tudo que o trabalhador consome na vida; o aumento é lá nas nuvem; então não dá mais prá aguentar. Agora, a nossa prefeita, quando ela não estava na prefeitura, ela puxava greve em cima de tudo, ela falava que os prefeitos e-

ram biônicos, eram prefeitos dos empresários e hoje ela tá fazendo pior do que os prefeitos biônicos, do que Lúcio Alcântara, do que César Neto. O Lúcio era um prefeito da ditadura, mas era um prefeito que atendia as comunidades e o César Neto temia, as sim, o povo. O prefeito Barros Pinho teve lá um aumento, mas as comunidades deram uma prensa e ele voltou atrás o que ele tinha assinado, né? E a prefeita tá aí todos os mês ela assina um aumento de ônibus e isso é um absurdo."⁹⁷

Mas, segundo o Jornal O Povo, ano LX, nº 19.081, de 16 de agosto de 1987 (ver Quadro 29), os reajustes de ônibus haviam sido realizados em todo o Brasil, a exceção de Fortaleza, que naquela ocasião adiou o aumento designado pelo Governo Federal.

No entanto, ao falar sobre o relacionamento com as administrações municipais

"a relação daqui da associação quando eu estava na diretoria era boa, porque nós temos que lutar pelos nossos objetivos, mas também temos que saber negociar. É, nós não podemos lutar e sermos radical, um radical fechado, entendeu? Nós temos que lutar, mas também temos que sentar prá

negociar e a gente tem que abrir mão também daquilo que a gente vê que na aquele momento não pode ser atendido, aquela reivindicação naquele momento, mas que poderá ser atendida uma outra coisa. Então, esse ponto de vista da gente entender as dificuldades que enfrenta o nosso país é muito importante também prá negociação e prá as conquistas das reivindicações do nosso bairro, não sabe?"⁹⁸

Entretanto, essa compreensão das dificuldades enfrentadas pelo país e da impossibilidade de atendimento de determinadas reivindicações foram válidas, em algumas ocasiões, no relacionamento com governos e órgãos públicos municipais, estaduais e federais, mas não existiram no relacionamento com a "Administração Popular" - 1986-1988, com quem se mostraram durante os dois primeiros anos estudados (1986 e 1987) "radical fechado" mesmo.

Portanto, pode ter havido uma incoerência entre o que foi dito e o que foi feito; ou, então, esse "saber negociar" significa "saber com quem negociar".

3. Prática política

No tocante à prática, essas entidades abordaram a forma como as lutas são encaminhadas, o que, geralmente, se faz através de ofícios e abaixo-assinados, enviados aos órgãos públicos.

Quando se trata de uma luta mais abrangente, então qual estão envolvidas várias associações de moradores,

"as associações faz, cada qual faz o seu documento, cada qual faz um ofício colocando o seu ponto de vista, então entrega para a Federação e a Federação faz a mobilização de todas as associações através dos líderes dos bairros; ou dos presidentes das associações pra poder a gente encaminhar todo mundo de mão dada na luta."⁹⁹

Em geral essas entidades entendem, como uma de suas principais atribuições, o repasse de benefícios para os associados, resumindo, às vezes, nesta tarefa a definição de uma associação de moradores, de tal modo que não concebem uma associação que não disponha de qualquer benefício para ser oferecido aos sócios.

4. Perspectivas de transformação social

Pelo que pudemos observar essas entidades não procuram estabelecer uma vinculação entre a luta por melhores condições de vida e a luta para transformar a sociedade capitalista.

Embora admitam que também lutam pela transformação da sociedade, essa questão não é abordada com clareza:

"O povo já tão bem esclarecido da socie

dade, da realidade que a gente enfrenta, não sabe? Quando a gente faz uma reunião, é muita gente mesmo participando, cada qual dando a sua opinião, não sabe? uma coisa que a gente já abriu muito o nível de consciência do povo, não sabe?

Nos discursos, não encontramos nenhum outro depoimento que aborde essa questão, o que significa que não é um assunto que está sendo colocado na ordem do dia dessas entidades.

6.1.b) Jornada de Luta Contra a Fome - JLCF

1. Relação de poder entre agentes

Até outubro de 1987, a Jornada de Luta Contra a Fome era uma entidade geral não legalizada, apesar de ser legítima.

Desde sua criação, a entidade fazia críticas às organizações tradicionais e quando do seu primeiro passo para a legalização, no I Congresso realizado pela entidade, mantinha uma proposta de se organizar através de colegiado, quer no âmbito da entidade geral, quer das diretorias de entidades locais.

Questionando as organizações tradicionais, onde é reproduzido o poder autoritário, disse uma militante da referida entidade:

"A gente tá pensado em mudar essas diretorias e fazer diretorias colegiadas, apesar de já termos tido uma experiência que não funcionou."¹⁰¹

A depoente considera que essa questão da diretoria hierarquizada está se tornando uma coisa séria, pois,

"A experiência que nós temos, pelo menos quando é diretoria hierárquica, com presidente, tesoureiro, secretário, etc., é que o pessoal assume totalmente a ideologia da classe dominante e repassa isso para a comunidade. Então nós estamos enfrentando problemas seríssimos nesse nível."¹⁰²

Com a alternativa das diretorias colegiadas, coloca-se um novo empecilho que a entidade tem como meta dissipar:

"O colegiado é o seguinte: você teria que ter um nível de consciência, de comprometimento muito grande, porque não tem vamos dizer assim oficialmente aquela obrigação. Isso levanta uma outra questão, que o pessoal reproduz muito, que é o seguinte: é a questão, por exemplo, da autoridade que um cargo, uma eleição, te dá. Por exemplo, se você foi responsabilizado prá aquilo, o pessoal tem um

comportamento diferente."¹⁰³

Essa estruturação da entidade está sendo construída num processo de questionamento muito importante para o crescimento do movimento como um todo.

Aqui, está havendo uma resistência à reprodução dos valores burgueses no que se refere ao exercício do poder, já que o questionamento sobre a estrutura da entidade parte de uma consciência da dominação.

Embora em formação, essa postura demonstra a intenção de construir relações de poder democráticas entre os a gentes, as quais possibilitarão que a direção, ou colegiado e a base, compartilhem as responsabilidades do compromisso de travar uma luta política de classes contra a domição burguesa.

2. Relação Jornada de Luta Contra a Fome/administrações municipais

Sobre as administrações municipais anteriores a 1986 - primeiro ano da atual administração - é consenso entre os militantes da entidade que:

"as administrações anteriores não tinham interesse em atender as reivindicações do movimento popular e sempre só atendiam na base da pressão, dependendo da dimensão do movimento."¹⁰⁴

Mas, mesmo não tendo interesse em atender as rei-

vindicações, a ponto de se esconderem das manifestações que frequentemente aconteciam em frente ao Paço Municipal (ver quadros anexos), esses prefeitos utilizavam formas de cooptar os movimentos, que consistiam, sobretudo, em fingir ignorar as manifestações, mas na realidade tentar acabar com elas, atendendo reivindicações feitas através de ofícios, entregues por pequenas comissões de moradores e/ou infiltrando pseudo-lideranças comunitárias no seio das organizações para tentar desarticulá-las.

Nesse sentido, a entidade manteve uma postura de autonomia frente a essas administrações.

Já com a "Administração Popular", segundo o depoimento abaixo:

"o movimento tem conseguido vitórias sem ser através de pressões. Mas, isso não é dádiva não. É fruto de todo esse processo de luta."¹⁰⁵

Essa visão de que a vitória dos movimentos não é uma dádiva, mas uma conquista, demonstra uma certa consciência da importância das lutas reivindicativas na correlação de forças presentes nas relações sociais.

Ainda referindo-se a atual administração, auto-denominada de "Administração Popular", fez-se o seguinte questionamento:

"Agora, a administração podia fazer muito mais do que tá fazendo. Podia, por exemplo, em termos de educação popular (é um negócio, assim, que eu acho da

maior importância) ter um projeto de educação popular, educação de adultos nos bairros e que poderia tá a serviço do movimento popular, conscientizando, alfabetizando as lideranças. Mas, não tá fazendo isso. Em termos mesmo, assim, de reivindicações primárias existe, ainda, um jogo; por exemplo, os bairros da Jorna da são muito discriminados, porque dizem que por trás estaria a posição política do PRO, que é um partido clandestino."¹⁰⁶

Esse alerta sobre a educação popular é uma reivindicação, que se relaciona diretamente a formação da consciência de classe, e que é uma preocupação inerente à luta pela transformação da sociedade.

Mas, apesar de fazer críticas a atual administração, a entidade colocou-se ao lado da prefeita, inclusive implementando algumas políticas adotadas.

No entanto, na visão dos militantes, eles não perderam a autonomia de movimento, na medida em que se manifestavam e realizavam atos de protesto enquanto tal. O que aconteceu, segundo o depoimento abaixo, é que:

"é um fato inédito esse negócio de Prefeitura aqui, né? nunca se passou por essa experiência antes. Então é uma coisa que merece estudo, merece um aprofundamento (isso a gente não teve tempo de fazer, ainda, envolvido aí

com os problemas). Mas, é a relação instituição/movimento popular quando há um casamento de interesses do movimento com a instituição, quando bate. Então, por exemplo, olha, um órgão não te atende, não atende uma reivindicação desse movimento. Não atende por que? porque não tem dinheiro. Bom, mas aí o povo vê porque. No caso da SUMOV (Superintendência Municipal de Obras e Viação) é por sacanagem lá. Mas aí como é que faz? você mobiliza o povo e vai prá SUMOV pressionar; a burguesia que tá fazendo aquela campanha toda pra desgastar a administração, ela vai se aproveitar daquilo ali, se apropria daquela manifestação ali pra fazer o uso que ela quer, lógico. Então é uma situação delicada, não que o povo não deva fazer, mas aí a gente teve que encontrar outras formas de pressão, entendeu?"¹⁰⁷

Mas será que eram os interesses da instituição semelhantes aos dos movimentos? ou a identificação se dava entre esta tendência dos movimentos e o grupo político que naquele momento ocupava o poder municipal e tinha que viabilizar a máquina administrativa, mesmo estando ideologicamente ao lado das classes dominadas?

A nosso ver o que aconteceu não foi uma identificação entre os interesses da instituição e os do movimento,

mas uma ocupação do poder municipal por pessoas que têm um compromisso efetivo com as classes subalternas.

Nesse sentido, a Jornada perdeu a noção de totalidade e agiu como se estivesse a serviço de um poder revolucionário, numa sociedade revolucionária.

No entanto, uma coisa fica clara: a preocupação da entidade em confrontar com os interesses da burguesia.

3. Prática política

Essa entidade tem demonstrado uma constante preocupação com a prática espontânea e procurado desenvolver ações conscientes e combativas.

"A riqueza do movimento popular, principalmente, do movimento de bairro, que arregimenta o pessoal da periferia é em cima de reivindicações imediatas. Geralmente, o processo de conscientização de luta ele começa a partir de uma ação externa, por exemplo, um despejo que ameaça a comunidade, ou por falta das mínimas condições de moradia. Então, a luta geralmente se inicia é no processo de luta, no processo de reivindicação é que vai havendo, então, a conscientização maior e daí surge a necessidade de formação de uma organização... Agora, nesse processo de conscientização, a gente sempre teve a

preocupação de ligar aquelas questões específicas com a conjuntura."¹⁰⁸

Essa ligação da luta específica com a conjuntura é importante para o entendimento dos movimentos, visto que é através da análise de conjuntura, que se pode montar as estratégias de luta adequadas e, saindo do espontaneísmo, agir de forma consciente.

Assim,

"A partir do momento que o pessoal começa a se conscientizar que tá fazendo história - e aí a gente tá resgatando uma questão do marxismo da maior importância, que é a capacidade do homem de transformar a sociedade. ...Então, o que o pessoal tá aprendendo é que através de sua interferência muda o processo, muda as coisas. As coisas que poderiam ser de um jeito em cima das condições objetivas que são favoráveis, através de uma interferência você tem condições de transformar."¹⁰⁹

Se essas condições de transformar constituem a prática política, como se dá essa prática? como é trabalhada a questão da transformação?

"Isso se dá, basicamente, através do processo de luta. Não tem outra forma. Algumas pessoas, algumas posições po-

líticas trabalham essa questão única e simplesmente do ponto de vista teórico: 'então vamos dar curso, vamos fazer apostila, vamos fazer reuniões de reflexões, de avaliações e o pessoal vai se conscientizando assim.' Prá gente tá claro que a união entre a teoria e a prática tem que existir. Se não houver essa união da teoria com a prática é impossível o processo de conscientização. Aí se torna um processo lento, demorado. Então, o que a gente tem visto aí, por exemplo, é que pessoas semi-analfabetas, passam a ter um domínio grande, ter uma compreensão grande de onde é que elas tão situadas, em que contexto, em que sistema, o tipo de trabalho que elas tão desenvolvendo, tudo através de um processo de luta. É uma coisa, assim, impressionante; por exemplo, você pega um militante que tá com a gente há quatro anos, mas que não teve oportunidade de participar de um processo de luta intenso e você pega um militante que tem cinco meses e que, por uma circunstância ou outra teve oportunidade e participou, é um negócio impressionante a diferença entre um e outro. Agora, uma questão que é defasada na Jornada ainda é a questão da sistematiza-

ção teórica, da elaboração teórica que é um desafio pra gente. Aqui, em Fortaleza, por exemplo, nós não temos entidades de assessoria, que fazem esse tipo de trabalho."¹¹⁰

Esse depoimento coloca aspectos fundamentais, na perspectiva da transformação social.

Nota-se, claramente, que a transformação social é entendida como um processo em curso, que se intensifica a partir do momento em que o ser humano se reconhece como um ser no e do mundo e, portanto, como um ser social e histórico, capaz de interferir no processo histórico da sociedade na qual se insere.

A formação da consciência de classe se dá no processo de luta. Nesse processo há uma questão de fundamental importância que é resgatada pela entrevistada: a questão da relação dialética entre teoria e prática, permeando o processo de conscientização, tornando-o possível.

Por fim resgata a necessidade da elaboração teórica, como um desafio a ser enfrentado.

Dessa forma, a prática política é entendida, não apenas como uma mera atividade rotineira, que está implícita nos objetivos específicos da entidade, nem, tampouco, como uma questão teórica abstrata (para contrapor a concreta). Mas, como uma praxis, como uma ação transformadora, na qual teoria e prática estão intimamente relacionadas entre si.

4. Perspectivas de transformação social

Essa entidade procura vincular a luta imediata por melhores condições de vida a uma perspectiva mediata de transformação da sociedade, posto que o encaminhamento da luta política é direcionado para a contestação do Modo de Produção Capitalista, ao mesmo tempo em que propõe a construção de uma nova sociedade sem explorados, nem exploradores.

Nesse sentido, ela apresenta uma prática política questionadora, que coloca a necessidade da vinculação entre teoria e prática; que rechaça a forma tradicional de organização, através de diretorias hierárquicas; que reconhece o envolvimento das próprias lideranças comunitárias "na utilização de bens que devem ser distribuídos para a comunidade"; que discute a questão do poder, a forma autoritária como ele é exercido; que reconhece haver uma apropriação individual, para benefício próprio, da luta que foi travada coletivamente; enfim, que procura orientar sua luta numa perspectiva classista, enfocando a "capacidade do homem de transformar a sociedade".

Nesse sentido, não podemos dizer que essa entidade limita-se apenas a uma atuação conjuntural, mas também estrutural.

A referida entidade procura afrontar o poder instituído e, portanto, não fica exclusivamente no plano da luta imediata, apesar de neste plano poder ocorrer uma conquista sem, no entanto, abalar o poder estabelecido.

1) Entidades vinculadas à Jornada de Luta Contra a Fome

1. Relação de poder entre agentes

A partir do depoimento abaixo é possível perceber que mesmo militantes da base estão conscientemente engajados na luta e pelo menos criticam a reprodução da ideologia dominante no exercício do poder nas entidades de moradores.

"Quando eu cheguei aqui no bairro, a gente via muita disposição do povo prá se organizar, mas existia por parte das lideranças aquela prática corone-lística, assistencialista, aquela prática da liderança ir prá os órgãos atrás das melhorias sozinho, aí quando era depois ficava dizendo: 'eu consegui isso prá o bairro'; 'eu consegui o calçamento'; 'eu consegui a luz'; 'eu consegui a água'. Então, a gente vê um personalismo exagerado e hoje ainda existe. Então, graças ao trabalho consequente da Jornada, a maioria das lideranças que fazem a Jornada, que contribuem com a Jornada, essas lideranças não têm esse personalismo; elas colocam sempre o coletivo."¹¹¹

De acordo com os depoimentos, há entre os agentes

dessas entidades uma tentativa de estabelecer relações hori
zontais, ou seja, a direção colocar-se ao lado da base e
não sobre ela.

"Nunca que a gente pode trabalhar sem
as bases, porque ninguém pode alevan-
tar uma casa sem alicerce, porque se
fizer uma casa sem alicerce ela de-
pois vai cair, né? Eu acho que muito
trabalho é destruído porque o pessoal
procura fazer mais é de cima para bai-
xo, não tem nenhum sentido."¹¹²

Mas, mesmo tentando caminhar junto com a base, re-
conhecem que há uma disparidade entre direção e base.

"Eu acho que a gente tá um pouco distan-
te da base, porque se a gente coloca
em prática o pouco que a gente conhece,
isso é muito para o desesclarecimento
da base, entendeu?..., que é fruto de
todo um processo que a gente conhece
aí. Esses vinte anos de ditadura mili-
tar, sem a mínima liberdade para o po-
vo se organizar, o povo não podia fa-
zer reunião, não podia refletir nem na-
da, né?... Então, a gente tem que pe-
gar e partir para uma forma de resga-
tar os valores da base, mostrar que a
base é importante."¹¹³

2. Relação entidades vinculadas à Jornada/administrações municipais

Segundo essas entidades a relação com a atual administração municipal e com as anteriores a ela é diferente.

Com as administrações de 1979 à 1985,

"diante de todo esse processo de conquista com os prefeitos que tava aí, Lúcio Alcântara, César Neto, Barros Pinho, nós não tivemos nenhum acesso, por que a gente teve várias vezes aí na prefeitura, inclusive um grupão de gente assim na faixa de 100 pessoas, cento e tanto, e que eles nunca chegou ao ponto de nós nem sequer ver o rosto deles, porque eles sempre nos enganava, né? saía pela porta secreta e ninguém via, né? Então, sempre nesses aí o acesso que nós tinha, como pessoas do movimento mesmo de base, a gente só tinha mesmo muita repressão. Quantas repressão a gente não teve aí na prefeitura, com a polícia? A gente ser expulso da praça pela polícia. Neguim correr, neguim se esconder. Era o acesso que a gente tinha com as outras políticas era esse."¹¹⁴

Com a "Administração Popular",

"a gente vê que existe diferença entre a administração popular e essas outras administrações."¹¹⁵

Mas, também entendem que não poderia haver uma mudança imediata nas relações de poder, porque,

"A administração é um aparelho, embora seja dirigida por uma pessoa que a gente sabe que é comprometida com a luta do povo, com a libertação do povo, como é o caso da Maria Luiza, né? mas, é uma máquina que foi feita pra servir a burguesia e não pra servir ao povo."¹¹⁶

3. Prática política

Parece haver por parte dessas entidades uma prática de reflexão e uma preocupação constante com a questão teórica que é indispensável a uma atuação consciente, pois mesmo

"quem tá há mais tempo na luta se não tiver um mínimo de embasamento teórico, ele não tem uma clareza mais avançada do processo, não. A própria liderança que eu conheço, que já tá no movimento há vinte, trinta anos, ainda não avançaram nada apontando pra uma

perspectiva de uma transformação radical na sociedade."¹¹⁷

A consciência de classe vai sendo criada a partir da prática, da atuação concreta.

"O que é mais interessante é que as pessoas despertaram a consciência de classe e não sabem que despertaram. Num processo mais elevado, quando a pessoa entra mesmo nas análises, começa a analisar o porquê da miséria, o porquê da fome, o porquê do desemprego. Quando a gente começa a fazer essas análises, aí vem a tona a consciência de classe, o conteúdo de classe daquela luta, né?"¹¹⁸

Mas, essa consciência de classe não se dá independente das práticas levadas a efeito.

"eu acredito que nem todas as práticas do movimento constroem a consciência de classe, porque a gente vê que tem muitas ainda que tá na mesma pelegada, né? Mas, já tem uma boa parte que já tá nessa consciência de mudar mesmo essa sociedade. Mas, é isso mesmo, as coisas não podem se transformar de um dia para outro, né?, porque são muitas cabeças, muitos pensar, né?"¹¹⁹

4. Perspectiva de transformação social

Em todas as entrevistas realizadas, os militantes expressaram noções já elaboradas da perspectiva de transformação social.

Alguns depoimentos analisaram a situação dos movimentos populares nesta perspectiva.

"O movimento popular em Fortaleza cresceu por conta de uma direção consequente. Existe outros movimentos, principalmente os que são dirigidos pelo PC do B, que não coloca em cheque a burguesia. O movimento que é dirigido pela Jornada ele já aponta para a perspectiva de uma derrubada de poder, ele não ilude, ele não engana como faz o PC do B, através da Federação... A Jornada vincula a luta por melhores condições de vida à luta contra o sistema capitalista."¹²⁰

No entanto, apesar de colocarem claramente o objetivo de lutar contra o sistema capitalista, admitem que essa perspectiva de transformação ainda não foi assimilada pela maioria da classe dominada.

"A gente vê que o povo, a maior parte do povo já sabe, na realidade, que precisa ter uma mudança dentro deste nosso país. Agora se não querem lutar é

porque ainda tem uma doença dentro deles, que é um diabin de medo... A gente acha que muita gente, muitos companheiros ainda tá um pouco acomodado com isso aí e tal, mas, vai chegar o tempo mesmo do povo tentar de virar essa mesa que tem aí."¹²¹

Mas, essa luta pela transformação da sociedade não se encerra com a conquista do poder pela classe dominada e nem com a nova sociedade que será construída, porque,

"O processo revolucionário é constante. Aí, a gente transforma a sociedade nova e depois renova a sociedade nova, é sempre renovando... A gente visa essa sociedade. Não é idealismo é uma coisa fundamental."¹²²

6.1.c) Entidades isoladas do processo de luta coletiva

1. Relação de poder entre agentes

Essas entidades se estruturam de forma autoritária, geralmente tuteladas tanto por políticos e cabos eleitorais destes, como por instituições governamentais.

Em algumas comunidades existe uma ação simultânea de políticos e instituições, demonstrando que os interesses do político se coadunam com os da instituição.

As pessoas que participam destas entidades o fazem

como meio de satisfação das necessidades básicas (saúde, a alimentação, vestuário, moradia, entre outras).

"Nós só se reúne prá receber o tique do leite".¹²³

"A LBA é uma mãe prá nós. Sem ela nós não sabe como tava o sufoco. As criança chorando de fome e as mãe sem ter o que dar. Depois da LBA, nós pe lo meno recebe aquele leite que dão lá, né?"¹²⁴

"O povo do Garibalde¹²⁵ fala aí do Zequinha¹²⁶, Zequinha isso, Zequinha a quilo. Mas eu não vejo nada o que se queixar, porque quando tem um enterro, quem é que manda ônibus prá levar o pessoal? é ele. Quem é que dá documento? é ele. Então não tem de que se queixar."¹²⁷

"Nós todos daqui deve muito ao Nacílio¹²⁸. Ele dá documento, bolsa de estudo, algum material que tá faltando prá levantar o barraco, né? Tudo que nós precisa vai logo falar com ele."¹²⁹

Aqui, o clientelismo é a forma de manter a dominação, criando dependência e submissão próprias desse tipo de relação.

Essas entidades passam a ser redutos de determinada instituição e/ou de determinado político, que lá introduzem seus cabos eleitorais para trabalhar em suas candidaturas.

2. Relação entidades isoladas do processo de luta coletiva/administrações municipais

Essas entidades, durante as administrações anteriores a 1986, não mantinham nenhuma relação direta com o poder municipal, visto que suas reivindicações eram feitas por intermédio do político que as mantinha, ou diretamente às instituições assistenciais:

"Nós não temos convênio com esse povo assim não, porque a gente vai lá e eles não dão nada. A única coisa que pedimos à prefeitura, isso através de uma amiga minha, foi o recebimento de material para construção das casas dos pobres daqui."¹³⁰

"Nós só encaminha ofício para LBA. Tudo da LBA. Agora só tem um ofício que foi da FAE, sobre materiais para escola, carteiras, o resto tudo é com a LBA."¹³¹

"Consegui curso pela LBA e agora estou fazendo clube de mães. Arrumei, tam-

bém, uma colônia de férias pela LBA."¹³²

Mas, durante os dois primeiros anos estudados da "Administração Popular", as entidades ligadas aos vereadores se uniram à Federação de Bairros e Favelas e à Associação de Servidores do Município, participando, em várias ocasiões, de atos públicos de protesto contra a administração, de movimentos encabeçados pela câmara de vereadores para demitir a prefeita eleita, entre outras manifestações.

No entanto, em alguns casos essa postura não parece ter representado uma opção política consciente, tendo sido motivada mais pela cooptação, pela submissão aos "chefes".

"Eu acho que quando ela não pode atender, eu acho que é porque ela não tem, porque o povo diz a prefeita tem dinheiro, a prefeita tem isso, mas ninguém não sabe, quem sabe a situação da gente é a gente, não acha que é? Eu não posso dizer que ela tem uma coisa se eu não sei."¹³³

A cooptação dos movimentos se dá mais pelo desconhecimento por parte destes da luta de classes que perpassa a sociedade onde estão inseridos, do que por uma adesão consciente à classe antagônica.

3. Prática política

Nessas entidades se reproduz uma prática paternalista, que implica em passividade por parte dos componentes da entidade, já que desenvolvem uma atitude de submissão e de dependência face a possíveis benefícios que possam receber.

A atuação, geralmente, limita-se aos locais de moradia, não existindo inserção na luta política de classes.

"Participamos de todas as lutas: participamos da reunião de pais e mestres, da Páscoa e do Natal. Já encaminhei, também, o ofício de pedido de casa de parto e também tou com promessa do salão da sede, não sei se irá sair."¹³⁴

Contudo, essas entidades acham que sua atuação modifica os locais de moradia e a consciência da população.

"A vida do bairro muda com a associação, porque o pessoal são umas pessoas muito ingênua, não sabem se deslocar e aí eu dou uma orientação."¹³⁵

"A consciência da população modifica por isso: porque sempre quando eu luto por alguma coisa, sempre, graças a Deus, eu venço, né? e outra, quem me procura eu atendo."¹³⁶

A partir dos depoimentos acima é possível perceber que a prática política desenvolvida nessas entidades não expressa os interesses das classes dominadas.

4. Perspectivas de transformação social

Essas entidades não parecem vislumbrar perspectivas de transformação social, sendo esta ignorada até a nível de discurso.

"Eu acho o movimento popular uma luta muito bonita. Eu acho que ele conseguiu muita coisa aqui em Fortaleza."¹³⁷

"Aqui, o povo já tão esclarecido, por que tem outras associações no Conjunto que só se reúne prá receber leite e nós não, nós não temo leite. Nós temo educação e tamó lutando pela saúde."¹³⁸

"Não mudou, tá tudo do mesmo jeito, continua muito carente, não sabe?"¹³⁹

Às vezes até demonstram insatisfação com a política econômica; com a situação de miséria, o que é, geralmente, encarado de forma determinista.

"Nós até queria viver de outro jeito. Não ter que pedir esmola a ninguém.

Mas Deus quer assim, né? Deus sabe o
que faz."¹⁴⁰

NOTAS

84. Entrevista realizada em junho de 1987 com membro fundador da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza.
85. Idem.
86. Idem.
87. Idem.
88. Idem.
89. Idem.
90. Idem.
91. Idem.
92. Idem.
93. Idem.
94. Entrevistas realizadas com lideranças comunitárias membros de entidades de moradores filiadas à Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza.
95. Idem.
96. Idem.
97. Idem.
98. Idem.
99. Idem.
100. Idem.
101. Entrevista realizada em setembro de 1987 com membro fundador da Jornada de Luta Contra a Fome.
102. Idem.
103. Idem.
104. Idem.
105. Idem.
106. Idem.
107. Idem.

108. Idem.
109. Idem.
110. Idem.
111. Entrevistas realizadas com lideranças comunitárias, membros de entidades de moradores vinculadas à Jornada de Luta Contra a Fome.
112. Idem.
113. Idem.
114. Idem.
115. Idem.
116. Idem.
117. Idem.
118. Idem.
119. Idem.
120. Idem.
121. Idem.
122. Idem.
123. Entrevista com membro de associação de moradores, criada pelo incentivo da Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC).
124. Entrevista com membro de associação de moradores, mantida pela Legião Brasileira de Assistência (LBA).
125. Garibalde é o nome de uma das favelas localizadas na periferia da cidade de Fortaleza, no bairro da Serrinha. Nesta favela existe uma organização em torno de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as quais se fundamentam na Teologia da Libertação, fazendo parte de movimentos progressistas da Igreja Católica. As CEBs apresentam-se como um movimento de resistência e caracterizam-se historicamente como uma das forças impulsionadoras das lutas políticas e sociais no Brasil.
126. Zequinha é um vereador que atua no bairro da Serrinha,

onde mantém uma associação de moradores, da qual participa a depoente.

127. Entrevista realizada com membro de associação de moradores mantida pelo vereador Zequinha Aristides.
128. Nacílio é um vereador que atua principalmente no bairro do Montese.
129. Entrevista realizada com morador antigo de área assistida pelo vereador Nacílio Andrade.
130. Entrevista com membros de associações de moradores ligadas à LBA.
131. Idem.
132. Idem.
133. Entrevista com membro de associação de moradores, que ocasionalmente vincula-se às entidades gerais.
134. Entrevista com membro de associação de moradores ligada à LBA.
135. Idem.
136. Entrevista com membro de associação de moradores ligada a políticos.
137. Entrevista com membro de associação de moradores ligada a instituições governamentais.
138. Entrevista com membro de associação de moradores, que ocasionalmente vincula-se às entidades gerais.
139. Entrevista com membro de associação de moradores ligada a políticos.
140. Idem.

CONCLUSÃO

Se entendemos a realidade como contraditória, não podemos dizer que movimentos poleges, ou falsos não apresentam nenhuma importância na correlação de forças, pois mesmo dentro desses movimentos é possível despertar para a realidade de contradição e luta entre as classes de determinada sociedade de classes.

Aqui não nos propusemos verificar se determinado movimento é ou não válido, já que essa abordagem não poderia dar conta do processo de formação de ideologias dominadas.

O que nos interessava nesta análise era detectar a formação de ideologias dominadas, através da prática política levada a efeito pelos movimentos populares urbanos.

Nesse sentido, foi possível observar que a formação dessas ideologias não se faz paralelamente à história, mas inserida nela e, portanto, não é um processo isento de contradições, mas, ao contrário, permeado por elas.

Entre as entidades articuladas a nível metropolitano e as que não o são existe uma diferença fundamental: as primeiras estão, com maior ou menor intensidade, construindo o processo de formação de ideologias dominadas e as outras, ao contrário, estão submetidas a instituições e a políticos que, além de não terem compromisso com as classes dominadas, mantêm uma dominação sobre essas entidades, transformando-as a cada eleição em redutos eleitorais.

Tomando por base a grade analítica utilizada, ficou caracterizado que falar de ideologias dominadas não é

um contra-senso, nem tampouco um equívoco, porque a partir dos quatro aspectos analisados pode-se constatar que, apesar de todas as contradições, as ideologias dominadas estão se formando.

Sobre as relações de poder entre agentes, para que exista um processo de ideologia em formação é necessário que as relações não sejam autoritárias, nem cooptadoras, mas democráticas.

Estas características já podem ser observadas, se não de forma generalizada, pelo menos ao nível do discurso de algumas entidades e em outras ao nível da prática, tendo sido observado um maior avanço, neste sentido, na Jornada de Luta Contra a Fome e entidades a ela vinculadas, nas quais já existe um processo de questionamento da estrutura vertical através da qual as entidades, geralmente, se organizam.

Na relação direção/base, os próprios atores reconhecem que existe distanciamento entre eles, constituindo-se a direção numa vanguarda que, às vezes, torna-se autoritária.

A forma autoritária de exercer o poder contribui para que a consciência de classe fique restrita às lideranças, o que limita a formação de ideologias, enquanto processo de construção de hegemonia.

Com isso não queremos dizer que as vanguardas não devam existir, mas apenas que precisam redefinir sua prática, a partir de uma perspectiva de rompimento com a dominação e a ideologia dominante, o que não se faz através da sonegação de informações, do autoritarismo, do personalismo com que são exercidos os cargos, ou de qualquer outro mecanismo que gere dependência e submissão.

Na relação com as administrações municipais, é pos

sível perceber que, mesmo existindo cooptação em alguns momentos, há também uma relação de autonomia frente ao poder municipal.

A questão da autonomia passa pelo posicionamento político partidário de cada grupo, o que pode ser observado a partir da relação entre as duas entidades gerais pesquisadas e as administrações municipais antes e depois da gestão iniciada em 1986.

A partir de 1986 ocorre mais um agravante das divergências existentes entre as duas referidas entidades, qual seja a relação com a "Administração Popular".

Enquanto, por um lado, a JLCF perde algo de sua autonomia ao identificar-se com o poder administrativo municipal, por outro lado, para não fortalecer a corrente política que apóia a atual prefeita, a FBFF manteve autonomia frente ao poder municipal, mobilizando grande parte das pressões populares, feitas durante os dois primeiros anos estudados (ver quadros em anexo) e procurando, através de pronunciamentos, culpar a prefeita pelos problemas ocorridos na Cidade.

Ambas, porém, apesar de terem atuado em pólos opostos fizeram-no pela mesma motivação: a luta pelo poder sem, no entanto, apresentar coerência entre discurso e prática, o que é necessário a uma atuação comprometida com uma perspectiva de transformação social.

Quanto aos problemas do município cabe ao poder municipal tentar resolvê-los de forma a favorecer a coletividade, porque nisto consiste a administração dos bens públicos.

A nosso ver, os prefeitos podem contribuir para acentuar os problemas de determinado município, à medida em que compactuem com a corrupção, com a opressão, impostas

pelo modo de produção capitalista. Mas, só são responsáveis pelos seus atos.

Assim, determinado prefeito não pode ser culpabilizado por atos de seus antecessores, ou pelas determinações do modo de produção, embora sua tarefa seja tentar resolver os problemas do município.

Entretanto, não são os "donos do poder" os responsáveis pela teia das relações sociais, nem tampouco o é um indivíduo, mas a prática social desenvolvida pela sociedade em suas diferentes classes e na interrelação dessas classes.

Assim, cada conjuntura específica merece uma análise específica de seus processos, que só podem ser entendidos dentro de uma visão de totalidade.

No que se refere às práticas políticas, desenvolvidas pelas entidades estudadas, em momentos específicos da conjuntura, até que ponto são práticas da classe dominada?

Acreditamos que não ficando ao lado dos dominantes e não aceitando suas explicações está-se contribuindo para a formação de ideologias dominadas, as quais vão sendo construídas a partir da luta coletiva das classes dominadas em defesa de seus interesses de classe.

A prática política de combate às estruturas estabelecidas não é uma atuação que busca o poder a qualquer custo. Esta seria uma prática oportunista, isto é sem perspectiva definida, visando somente atingir o poder.

Para combater as estruturas é necessário não compactuar com o capital e seus detentores, o que se faz a partir de práticas coerentes com os interesses das classes dominadas e comprometidas com a construção de uma nova estrutura social.

Aqui se coloca a questão das alianças, porque na

prática política aliar-se significa juntar forças por um período determinado, o que não é a mesma coisa que ceder sempre, até assimilar os interesses dos dominantes, identificando-se com eles.

No entanto, apesar de haver, entre as entidades pesquisadas, aquelas que acabam por ser cooptadas pelas classes dominantes, existem, também, as que demonstram expressar os interesses das classes dominadas, através de uma prática voltada para a construção da consciência de classe, vislumbrando a transformação social.

Mas, para que essa transformação ocorra é necessário que as classes dominadas desenvolvam a consciência de sua classe e consigam ser uma força atuante na conjuntura, para ir conquistando aliados e, assim, ir tecendo sua hegemonia, sem a qual não é viável um processo de transformação social, que não significa uma mera tomada de poder, mas uma transformação nas relações sociais de produção, a qual não se faz sem uma transformação global da sociedade.

A consciência de que a transformação social é fundamental e possível significa que existe um desejo de concretizá-la e que já está sendo desenvolvida diretamente, através da prática revolucionária e, indiretamente, através de práticas que possam vir a despertar a consciência de classe das classes dominadas como uma força revolucionária em ascensão.

Portanto, para atuar na perspectiva da transformação social é necessário saber posicionar-se diante dos interesses antagônicos de classe, ao lado das classes dominadas, o que não se faz sem uma consciência de classe, sem uma compreensão do processo histórico no qual se está inserido. Sem isso, pode-se até conseguir alguns metros de calçamento, algumas escolas, alguns chafarizes, algumas ca-

sas, dentre outras reivindicações, mas não se pode construir uma nova sociedade.

ANEXOS

ANEXO: A

QUADROS

Os quadros a seguir estão ordenados de forma cronológica e contêm uma síntese da história oficial sobre as Administrações Municipais de Fortaleza e sobre os Movimentos Populares Urbanos no período de 1979 à 1987.

À exceção dos anos de 1982, 1983, 1984 e 1985, a cada ano correspondem quatro quadros, sendo dois sobre Administração Municipal e dois sobre Movimentos populares Urbanos.

Exceto os quadros 1, 5, e 9, que foram montados a partir dos planos, programas e projetos da Prefeitura, todos os outros quadros constituem-se de reportagens extraídas do jornal "O Povo".

Os quadros que não foram feitos tendo como fonte de pesquisa o citado jornal é porque não havia, durante aqueles anos, dados suficientes para sua composição.

No que se refere aos anos de 1982, 1983, 1984 e 1985 não foi possível montar quadro sobre as propostas de ação e as realizações da administração municipal em vigor, porque além de não existirem dados suficientes no Jornal, não existia, também, nas publicações das respectivas administrações.

Para facilitar a consulta, os quadros enfocam três aspectos, que se referem tanto às reivindicações mais frequentes dos movimentos populares, como às atribuições das administrações municipais, o que permite, também, observar se essas reivindicações foram implementadas pelas respectivas administrações municipais.

Os aspectos enfocados são: limpeza pública, saneamento básico e transporte coletivo. As outras reportagens foram incluídas no título "diversos". Esses títulos aparecem de forma abreviada em alguns quadros.

Quadro 01

Administração Municipal de Fortaleza - Ano: 1979

PROPOSTA DE AÇÃO/POLÍTICA MUNICIPAL	REALIZAÇÕES
D I V E R S A S - elaboração do Projeto Cu ra - Parangaba/Montese (Zona Oeste) (Relatório de atividades, 1980p.19) - seleção de 10 praças em bairros periféricos para implantação de 10 postos de saúde (idem. p.20). - urbanização da Lagoa do Opaia. - urbanização do parque do Cocó.	- construção do polo de la- zer da Barra do Ceará. - melhoria do bosque do Pa- ço Municipal.
S. B. - drenagem do riacho Pajeú	
T. C. - ampliação do terminal de transportes coletivos da praça José de Alencar.	- pavimentação de linhas de ônibus e ligação interbair- ros.
L. P.	- coleta de lixo na cidade em dias alternados. - implantação de coleta no- turna no centro da cidade.

Quadro 02

Aspectos da Administração Municipal de Fortaleza/Síntese Reportagens Ano: 1979

REPORTAGENS/DENÚNCIA		D. JORNAL
L	- lixo acumulado nas calçadas.	10/02/79
I	- grande quantidade de lixo nas ruas.	14/02/79
M	- problema do lixo torna-se terrível.	23/03/79
P	- caminhões coletores de lixo descarregam entulhos próximo a rodovia.	05/04/79
Z	- praça dos Leões transformada num paiol de lixo.	11/05/79
P	- lixo toma conta de vários trechos do conjunto Zé Walter.	19/05/79
U	- lixo na Aldeota.	02/10/79
B	- riacho Pajeú vira rampa de lixo.	17/10/79
L	- praça do Monte Castelo reduzida a depósito de lixo.	09/11/79
C	- Aerolândia está virando rampa de lixo.	01/12/79
A	- lixo e entulho na Av. Beira Mar.	09/12/79
S	- buracos tomam conta do asfalto e do calçamento.	14/03/79
N.	- buracos no centro da cidade.	29/04/79
	- buraqueira na cidade prejudica tráfego.	27/05/79
B	- rua em estado de calamidade.	10/06/79
A	- lama e lixo prejudicam tráfego na 24 de maio.	10/06/79
S	- crescente deterioração em trecho da Av. Bezerra de Menezes, uma semana após ser entregue ao tráfego de veículos.	19/06/79
O	- problemas de água no Conjunto Ceará, Bonsucesso e Granja Portugal.	19/11/79
I.	- problema de transporte no Conjunto Ceará, Bonsucesso e Granja Portugal.	19/11/79
D	- destruição das lagoas de Fortaleza.	23/01/79
I	- vendedores ambulantes voltam a trabalhar nos calçadões do centro.	28/06/79
V	- FSSF desfavela mas não fixa favelados.	06/01/79
R.	- despejo em abreulândia.	24/01/79

Quadro 03
Síntese de reportagens sobre movimentos populares urbanos no ano de 1979

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
- carta de moradores denuncia que o conjunto palmeiras é calamidade.	03/01/79	- campanha do lixo no conjunto Ceará.	17/01/79
- grupo de moradores do bairro Dias Macedo vem lutando pela organização de seu Conselho.	26/01/79	- campanha nacional pelo salário mínimo e pela garantia no emprego.	
- líderes comunitários dos distritos de Maracanaú e Mineirolândia denunciam o descontentamento com a Assembléia por não tê-los emancipados.	04/02/79	- Movimento Cearense contra a Carestia realizou ato público em protesto contra as panelas vazias.	09/02/79
- favelados da av. José Bastos se reuniram para analisar a situação do despejo que estava próximo e resolveram falar com o prefeito.	04/02/79		
- moradores da favela José Bastos pedem providências as autoridades contra as perseguições que estão sendo vítimas.	14/02/79		
- moradores do bairro Dias Macedo solicitam dos governos municipal e estadual a construção de uma estrada naquele local.	09/03/79		
- moradores da favela José Bastos se reúnem com o prefeito para pedir providências.	17/04/79		
- moradores da favela José Bastos vão ao Governador do Estado a busca de solução.	19/04/79		
- o Movimento Cearense contra a Carestia vai levar um abaixo-assinado ao Presidente da República reivindicando: aumento salarial acima do custo de vida; unificação do salário mínimo; aumento de vida;			

Quadro 03
Continuação

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
to sem desconto de 20% de todas as categorias de trabalhadores; congelamento dos gêneros de primeira necessidade. - moradores da Lagoa do Coração enviam abaixo assinado as autoridades públicas solicitando medidas de impedimento a retirada de seus casebres daquele local. - moradores da abreuclândia foram a Assembléia pedir apoio à luta que travam contra ação de despejo. - o encontro mensal das comunidades de bairros da Grande Fortaleza decidiu que as reivindicações dos bairros deverão ser feitas diretamente as autoridades públicas.	09/06/79 15/06/79 17/08/79 25/10/79		

Quadro 04

Síntese de denúncias dos Movimentos Populares Urbanos - ano: 1979

DENÚNCIAS/REIVINDICAÇÕES		DATA
T. C.	- usuários de ônibus da Vila União pedem providências as autoridades. - abaixo-assinado com 1074 assinaturas de Moradores do Conjunto Palmeiras foi encaminhado ao Prefeito solicitando providências para o problema de transportes daquele Conjunto.	05/02/79 23/06/79
	- moradores do bairro São Gerardo denunciam acúmulo de lixo. - moradores da Vila União solicitam do Departamento de Limpeza Pública a retirada do lixo das ruas. - população do bairro Jardim América lança SOS ao Departamento de Limpeza Pública.	25/03/79 27/04/79 28/04/79
S. B.	- moradores do bairro Autran Nunes fazem apelo a SUMOV e a Saúde Pública, no sentido de tomarem providências com relação aos buracos e esgotos que ameaçam a saúde dos moradores.	15/05/79
D I V E R S O S	- moradores do bairro da Serrinha denunciam fechamento do terreno que margeia a lagoa de Itaperoaba.	15/02/79
	- moradores do conjunto Palmeiras denunciam o estado de calamidade que enfrentam desde a inauguração do conjunto e pedem providências das autoridades.	05/04/79 26/04/79
	- a favela José Bastos já não mais existe. - moradores do conjunto Palmeiras foram a Coelce pedir extensão de rede elétrica para o conjunto.	23/06/79

Quadro 05
Administração Municipal de Fortaleza - ano: 1980

PROPOSTAS DE AÇÃO/POLÍTICA MUNICIPAL		REALIZAÇÕES
L. U.	- melhoria da capacidade operacional do órgão competente nos estágios de coleta, varrição e destino final do lixo.	- preparação da cidade para o X Congresso Eucarístico e visita do Papa. - ampliação da frota coletora de lixo. - 2ª etapa do aterro do Jangurussu.
I. C.		- criação e alteração em linhas de ônibus.
S. B.	- implantação do sistema de micro-drenagem urbana.	- drenagem do riacho Pajeú - bacia A-3, ao longo da rua 25 de Março.
D I V.	- implantação do sistema de parques urbanos.	- inauguração em abril do parque do Opaia e em novembro da 1ª etapa do parque do Cocó.

Quadro 06

Aspectos da administração municipal de Fortaleza
Síntese Reportagens - ano: 1980

REPORTAGENS/DENÚNCIAS		DATA
L I M P E Z A P Ú B L I C A	- lixo na via férrea prejudica moradores.	23/01/80
	- conjunto José Walter ilhado pelo lixo.	29/01/80
	- rampa de lixo na Aldeota.	14/02/80
	- rampa de lixo no cemitério São João Batista.	14/02/80
	- coleta de lixo deficiente também no centro	
	- lixo em toda a cidade	30/04/80
	- lixo em toda perimetral	30/04/80
	- rampa de lixo na av. Leste-Oeste	18/08/80
	- aterro sanitário do Jangurussu continua com lixo descoberto	18/08/80
	- na Barra do Ceará há uma quantidade enorme de lixo na areia e no leito do rio Ceará.	21/08/80
	- lixo é o maior problema do bairro Henrique Jorge.	25/11/80
	- na rua Clarindo de Queiroz-Centro, o lixo e a lama podre tomam conta da área impedindo a passagem de pedestres.	06/12/80
S A N E A M. B Á S I C O	- buracos são riscos constantes para motoristas e pedestres.	27/01/80
	- buracos em toda perimetral	30/04/80
	- as vias de acesso do bairro Montese estão quase intransitáveis.	01/05/80
	- a av. João Pessoa, uma das mais movimentadas da cidade encontra-se esburacada em todo seu trajeto e em virtude disso está com tráfego prejudicado.	18/09/80
	- água e buracos causam problemas na rua Pedro Coelho.	25/11/80
	- continua a falta d'água no conjunto José Walter.	30/11/80
D I V.	- caminhões-pipa de construtoras responsáveis pela execução dos conjuntos Alvorada e Esperança (Magna e EIT) estão secando a lagoa do Mondubim, um belo recanto que servia até de lazer da comunidade local.	02/11/80

Quadro 07
Síntese de reportagens sobre movimentos populares urbanos no ano de 1980

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
- líderes das comunidades de Fortaleza em audiência com o Prefeito exigirão respostas as reivindicações feitas por várias comunidades numa carta entregue no dia 7 de dezembro de 1979.	15/01/80	- dia de protesto realizado pelos moradores do Jardim Iracema, contra a falta de calçamento e de coleta de lixo. - moradores da cidade 2000 protestam contra a SUMOV, que resolveu construir um imóvel na única praça do conjunto.	09/03/80
- grupo de moradores da favela do bairro Dias Macedo fazem apelo ao Prefeito para que seja tomada decisão em prol de 20 famílias que ocupam um terreno da prefeitura.	12/03/80	- moradores do parque Potira, para que Guadalaajara, conjunto Marechal Rondon, km 14 e Jurema, promovoveram a "passeata da lata vazia", reivindicando chafarizes para aqueles bairros.	29/06/80
- moradores da lagoa do Coração apelam a Justiça	22/03/80	- passeata da lamparina e da lata seca, promovida pelos moradores da Serrinha em protesto contra o descaso que o Prefeito de Fortaleza tem mostrado para com aquele bairro.	27/10/80
- uma representação de moradores do bairro do Lagamar entregou ao Prefeito um documento contendo reivindicações e um abaixo-assinado, exigindo um chafariz e a drenagem do canal.	06/07/80	- moradores do conjunto Prefeito José Walter realizaram a "passeata da lata vazia" para pro-	02/11/80
- criada a associação do bairro da comunidade Santa Rosa.	22/09/80		
- moradores do bairro Monte Castelo			

Quadro 07
Continuação

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
lo se organizam para retirar da área a empresa Siqueira Gurdel, fábrica de sabão, óleo e derivados, cuja poluição é um atentado contra a saúde dos moradores. - moradores do bairro da Serrinha entregaram ao Prefeito um abaixo assinado com quase 1500 assinaturas reivindicando calçamento, chafariz e limpeza pública.	25/10/80 26/08/80	testar contra a falta d'água naquela área.	07/12/80

Quadro 08

Síntese de denúncias dos movimentos populares urbanos
ano: 1980

DENÚNCIAS/REIVINDICAÇÕES		DATA
L. P.	- moradores das proximidades do rio Cocó, na av. Washington Soares, perimetral, estão apavorados com a quantidade de moscas e ratos que infestam suas residências, por causa da colocação de lixo de todas as espécies nas margens do rio.	09/02/80
S A N E A M.	- moradores do Montese se queixam da falta de esgoto. - moradores do bairro João XXIII reclamam a falta de saneamento. - moradores do conjunto Ceará estão sofrendo sérios problemas de abastecimento de água.	03/05/80 08/05/80 31/07/80
B Á S.	- moradores da favela Lagoa do Coração denunciam a falta d'água e pedem providências do Prefeito. - moradores do Benfica reclamam a falta de saneamento.	23/09/80 23/12/80
D I V.	- moradores do Genibau, em Antônio Bezerra, reclamam contra a poluição causada por um depósito de cal existente na área. - moradores da av. José Bastos exigem sinalização e limpeza.	23/10/80 25/11/80

Quadro 09
Administração municipal de Fortaleza - ano: 1981

PROPOSTA DE AÇÃO/POLÍTICA MUNICIPAL		REALIZAÇÕES
S. B.	- drenagem de águas pluviais de Fortaleza	- drenagem do desaguadouro do riacho Ma- ceiozinho. - construído o saneamento do canal do Jardim América. (jornal O POVO 150681)
D I V E R S A S	- implantação do sistema de parques urba- nos - Projeto CURA - Comunidade Urbana de Re- cuperação Acelerada, cujo objetivo prin- cipal é recuperar as áreas caracteriza- das por abrigar populações de baixa e média renda, ou zonas industriais, aten- dendo a carência de equipamentos comuni- tários e possibilitando uma melhor uti- lização de terreno que não a mera espe- culação imobiliária sem controle algum.	- inauguração da av. Parque Pajeú. - urbanização da 2ª e 3ª etapa da av. I Beira Mar. - urbanização da lagoa de Parangaba - urbanização da 1ª etapa do parque Ala- gadão. - desenvolvimento do projeto CURA. - conjunto Nosso Chão, localizado na av Leste Oeste, financiada pela Operação Fortaleza foi construído em regime de mutirão por homens e crianças da comu- nidades carentes do Pirambu, Colônia, Cristo Redentor (05/06/81)
T. C.		- construída a terceira e última etapa do Quarto Anel Viário (jornal O POVO 07/06/81).

Quadro 10
Aspectos da administração municipal de Fortaleza/síntese reportagens - ano: 1981

REPORTAGENS/DENÚNCIAS		DATA
L. P.	- sobra lixo na Água Fria - sobra lixo na praça José de Alencar - centro da cidade está dominado pela sujeira	02/01/81 12/01/81 19/03/81
S. B.	- falta água na Água Fria	02/01/81
T. C.	- precariedade dos transportes coletivos obriga a população a enfrentar muito para pegar uma condução	03/01/81
D. I. V.	- o parque do Opaia está abandonado e cheio de lixo falta banheiro na praça José de Alencar praça da Lagoinha continua abandonada	03/01/81 12/01/81 30/07/81

Quadro 11
Síntese de reportagens sobre movimentos populares urbanos no ano de 1981

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
- comissão de moradores do bairro Parque São Luís entregou um abaixo-assinado a COELCE e ao Prefeito, reivindicando a instalação de postes nas ruas. - a população do conjunto Ceará se organizou em torno de um abaixo-assinado solicitando drenagem para um canal existente na área. - componentes da Associação dos Moradores da Serrinha e representantes do bairro reivindicaram, em jornal, melhorias para aquela comunidade. - moradores da favela Vila Cazumba foram a prefeitura e a imprensa reivindicar: chafariz, telefone público e energia elétrica para a favela. - o Mucuripe um dos mais populares e importantes bairros de Fortaleza, defende junto as au	23/01/81	- Bairro do Dias Macedo protestou contra a falta d'água - moradores do Pirambu saíram em passeata do bairro até o gabinete do prefeito, a fim de reivindicar diversas melhorias para o bairro - moradores do bairro Jardim Iracema e adjacências realizaram ato público reclamando o atendimento das reivindicações do bairro e apoiando o Dia Nacional de Luta, 1º de outubro. O ato fez parte de um movimento de preparação ao 1º Congresso de Entidades de Moradores de Bairros e Favelas de Fortaleza. - manifestação dos moradores da favela do Dendê, no bairro da Água Fria, para alertar as autoridades do grave problema da falta de água	18/01/81
	04/02/81		14/02/81
	14/03/81		27/09/81
	06/06/81		05/11/81

Quadro 11
Continuação

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
toridades do município o retorno de uma administração regional para aquela área. - calçamento, energia elétrica, rede de esgoto, chafariz, mais ônibus e carro coletor de lixo foram algumas das reivindicações que os moradores do bairro da Bela Vista fizeram ao prefeito. - a exemplo do Mucuripe a Barra do Ceará também reivindica seu retorno a condição de distrito de Fortaleza - moradores do Jardim América se organizam com abaixo-assinado, reivindicando a construção de uma creche no bairro. - o baiano Carlito Pamplona reivindica uma pracinha. - moradores do conjunto habitacional Prefeito José Walter en-	24/06/81 24/06/81 24/07/81 02/08/81 18/08/81	- I Congresso de Entidades de Moradores de Bairros e Favelas de Fortaleza com a participação de 500 delegados	30/11/81

Quadro 11
Continuação

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
- trarão na justiça com uma ação popular contra a COHAB pedindo de volta o pagamento das taxas mensais de água, pois suas casas não recebem água a vários anos. - movimento denominado inter-bairros que representa cerca de 20 associações de bairros de Fortaleza entregou ao Prefeito um documento cobrando uma série de reivindicações feitas em setembro do ano passado.	04/09/81 12/09/81		

Quadro 12
Síntese de denúncias dos movimentos populares urbanos - ano: 1981

DENÚNCIAS/REIVINDICAÇÕES		DATA
S. B.	- moradores pedem saneamento na área da ponte metálica	28/08/81
D I V E R S -A S	- moradores do bairro Amadeu Furtado, essencialmente residencial, denunciam a poluição oriunda das chaminés da Indústria de Linhas Seridó - moradores do parque Tabapuá voltam a denunciar o estado de abandono em que se encontra aquele distrito. - moradores do bairro Rodolfo Teófilo lançam um brado de socorro as autoridades municipais solicitando providências contra o alto grau de poluição a que está sujeita aquela comunidade - moradores e outras pessoas que trabalham nas indústrias do bairro da Floresta reclamam da poluição causada pela usina Lindoya, cuja atividade principal é o beneficiamento da castanha de caju. - moradores de São Gerardo reclamam da poluição no bairro.	16/02/81 24/02/81 14/06/81 24/06/81 28/10/81

Quadro 13
Aspectos da administração municipal de Fortaleza/Síntese reportagens
ano: 1982

	REPORTAGENS/DENÚNCIAS	DATA
L I M P E Z A P Ú B L I C A	- trecho das margens do riacho Pajeú se transforma em rampa de lixo - terrenos baldios da cidade se transformam em despejo de lixo - praça Clóvis Beviláqua: local para lixo - conjunto José Walter sem coleta de lixo - acúmulo de lixo na av. Dom Manoel - numa esquina do bairro de Bonsucesso o lixo já chega ao nível do telhado de uma das casas da proximidade - muito lixo na rua Antônio Augusta - numa das ruas do bairro da aerolândia o lixo toma a metade da pista, dificultando inclusive o tráfego de veículos - lixo acumulado ameaça moradores do Montese - lixo avoluma-se em frente ao posto de saúde do bairro Pan-America - lixo nas praças da cidade - muito lixo na perimetral - montanhas de lixo no bairro do Benfica	28/06/82 29/06/82 30/09/82 02/10/82 06/10/82 07/10/82 09/10/82 14/10/82 21/10/82 21/10/82 23/10/82 06/12/82 11/12/82
S. B.	- João XXIII sem água - Granja Portugal sem água	15/08/82 31/08/82
T. C.	- Granja Portugal sem transporte	31/08/82
D.	- ao lado da Faculdade de Economia lama e lixo é o que não faltam - praça da igreja Nossa Senhora de Nazaré abandonada e com lixo	07/10/82 09/10/82

Quadro 14

Síntese de reportagens sobre movimentos populares urbanos - ano: 1982

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
- moradores da favela das Placas localizada nas dunas da praia do Futuro, entregaram um abaixo-assinado ao Governador solicitando providências com relação a ameaça de despejo que já dura dois meses	13/01/82	- a Associação de moradores da favela das Placas promoveu com o apoio da comissão Pró-Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, um ato público para o recolhimento de assinaturas, exigindo do governador do Estado, o cumprimento da promessa de garantir o terreno aos favelados e impedir o despejo.	27/02/82
- criação da Associação de Moradores da Água Fria	28/03/82	- campanha contra o aumento das passagens de ônibus.	23/03/82
- criação do Conselho Comunitário da Bela Vista	29/03/82	- a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro do Papicu desenvolveu uma campanha contra a descaracterização da cidade pela construção desornada de edifícios.	05/04/82
- a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, desde a sua fundação (11/02/81), vem organizando os habitantes do local para conseguir melhorias para o conjunto.	10/05/82	- II Congresso de Entidades de Moradores de Bairros e Favelas de Fortaleza, onde um grupo significativo de participantes defendia a eleição direta nos bairros	
- mais de 100 pessoas de diferentes bairros da cidade, acompanhadas do então Presidente da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza foram ao gabinete do Prefeito apresentar várias reivindicações	11/08/82		

Quadro 14
Continuação

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
- moradores da favela da Lapa- rina organizaram um abaixo-as- sinado à Companhia de Eletricida- dade reivindicando a instala- ção de energia elétrica no lo- cal - moradores do bairro parque do- is irmãos reivindicam infra-es- trutura para o bairro - moradores do bairro da Serri- ha reivindicam infra-estrutu- ra	21/09/82 16/10/82 16/10/82	ros da Diretoria da entidade, mas não ganhou e as eleições ocorreram no Congresso	09/08/82

Quadro 15
Síntese de denúncias dos movimentos populares urbanos ano: 1982

DENÚNCIAS/REIVINDICAÇÕES		DATA
L. U.	- moradores do Conjunto Esperança denunciam a sujeira, responsável pela proliferação de insetos de todas as espécies.	20/02/82
S. B.	- os moradores da favela da Penha após várias protelações da prefeitura para instalar uma rede de esgoto na área, aceitaram receber o material da SUMOV - Superintendência de Obras e Viação e estão eles próprios construindo uma rede de esgoto no local. - o bairro de Autran Nunes reclama a falta d'água e solicita da prefeitura a instalação de chafarizes. - conselho comunitário de Bela Vista reivindica calçamento.	04/05/82 07/06/82 23/09/82
D I V.	- moradores do Jardim Guanabara reclamam o abandono em que se encontra o bairro. - população do bairro Canindezinho reclama falta d'água e policiamento.	12/08/82 14/10/82

Quadro 16
Aspectos da administração municipal de Fortaleza/síntese reportagens ano: 1983

REPORTAGENS/DENÚNCIAS		DATA
L I M P. U R B.	- montes de lixo preocupam moradores do bairro Serviluz, próxima ao farol velho.	08/01/83
	- muito lixo e muito capim é o que se vê num trecho do bairro Benfica.	15/01/83
	- a sujeira ainda é vista em várias centrais de Fortaleza.	19/03/83
	- a cidade continua suja.	08/04/83
	- lixo toma conta da cidade.	18/04/83
	- prefeitura limpa, mas barraqueiros sujam.	27/04/83
	- riacho Pajeú é agora rampa de lixo.	30/09/83
	- muito lixo em toda praia de Iracema.	27/10/83
S. B.	- buracos estão tomando conta da cidade.	23/04/83
D.	- a praça Castro Carreira está transformada num mercado onde se comercializa de tudo.	22/01/83

Quadro 17
Síntese de reportagens sobre movimentos populares urbanos no ano de 1983

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
- moradores do Jardim Iracema solicitam do prefeito drenagem para as vias alagadas.	08/11/83	- Dia Nacional de Luta contra o Arco Salarial, promovido pela Comissão Nacional Pró-CUT;	23/03/83
- as famílias da favela Lagamar prejudicadas com fortes chuvas caídas ocuparam as 833 casas		- V Encontro Nacional das Comunidades Eclesiais de Base em Canindé-Ceará.	09/07/83
- construídas pela Proafo e até mesmo as 503 que ainda não foram concluídas.	17/02/83	- aproximadamente 400 pessoas se dirigiram a sede da Prefeitura Municipal de Fortaleza em busca de alimento, de onde seguiram numa espécie de passeata ao Palácio da Abolição, mas nada conseguiram.	15/09/83
- no Conjunto Santa Teresinha II no Mucuripe as casas começaram a ser ocupadas pelos moradores antes de serem concluídas, devido a ameaça de invasão por pessoas não cadastradas.	06/04/83	- moradores do Lagamar realizaram passeata ao Palácio da Abolição para reivindicar permanência em suas casas.	16/09/83
- a Federação de Bairros e Favelas e o Movimento contra o Desemprego e a Carestia fizeram um encontro com os moradores do Lagamar solidarizando-se com sua luta e apoiando o movimento	25/04/83	- favelados fazem vigília para reivindicar comida e querem "cestões" na capital.	27/10/83
- favelados do Parque São Miguel		- passeata pelas ruas do bairro N. S. das Graças (Pirambu) protestando contra a violência e reivindicando	

Quadro 18
Aspectos da administração municipal de Fortaleza/síntese de reportagens ano:1984

	REPORTAGENS/DENÚNCIAS	DATA
L. U.	- riacho Pajeú vira depósito de lixo. - a rampa de lixo do Jangurussu transborda para a Perimetral. - Fortaleza é uma cidade suja. - Fortaleza tem mais de 30 mil toneladas de lixo nas ruas.	16/02/84 08/04/84 09/04/84 19/05/84
S. B.	- a cada dia mais buracos na cidade. - Perimetral é mais uma avenida toda abandonada. - buracos começam a causar acidentes. - asfalto de Fortaleza não tem durabilidade.	24/04/84 28/04/84 07/05/84 15/05/84
D I V E R S O S	- barracas da Barra do Ceará foram destruídas na madrugada por funcionários da Prefeitura Municipal de Fortaleza. - barraqueiros voltam à Barra do Ceará. - cerca de 13 barracas estão armadas na calçada do Colégio Estadual Justinião de Serpa. - praça do Coração de Jesus tomada pelos barraqueiros. - Conjunto Palmeiras em estado de calamidade. - as sub-prefeituras estão quase que totalmente esvaziadas de suas funções. - ambulantes agora na praça Cristo Redentor. - mais de 4.500 camelôs invadem a área central.	14/01/84 20/02/84 16/05/84 18/05/84 19/05/84 20/05/84 19/07/84 09/09/84

Quadro 17
Continuação

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
- em Messejana invadiram e saquearam o Minibox do Jumbo naquele distrito. - saquado mercantil de Granja Portu-gal. - eleição da associação de moradores do novo Lagamar.	10/09/83 02/11/83 18/12/83	cando segurança e justiça. - realização de outra Jornada de Lu-ta contra a Fome, portando docu-mento com reivindicações que será entregue ao prefeito e ao governa-dor.	12/12/83 21/12/83

Quadro 19

Síntese de reportagens sobre movimentos populares urbanos no ano de 1984

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
- moradores do bairro da Piedade <u>es</u> tão se reunindo para formar sua associação de moradores. - comissão constituída por mulheres reivindicou através de jornal a permanência do programa Bolsões da Seca no Parque Genibau e Autran Nunes. - passeata no Conjunto Novo Lagamar promovida pela Associação de Moradores do Conjunto para protestar contra o aumento da prestação das casas e exigir carência de 5 anos - moradores do Lagamar lutam para permanecer nos locais de moradia. - os mutuários da Cohab-Ceará no Conjunto Novo Mondubim estão realizando um "boicote" no pagamento das prestações. - criada a Associação de Moradores do Conjunto Jereissati. - os moradores da favela Garibaldi localizada às margens da Lagoa	15/04/84 03/05/84 25/05/84 27/05/84 10/06/84 30/06/84	- mais de 3000 pessoas invadiram as ruas de Caucaia em busca de mais vagas nos bolsões da seca do DNOCS. A passeata foi fortemente reprimida pela polícia. - passeata promovida pelo movimento Jornada de Luta contra a Fome para entregar documento reivindicatório ao prefeito e ao governador - I Seminário popular sobre os Problemas de Fortaleza, promovido pela Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza. - campanha "Saia de Casa prá Defender sua Casa", promovida pela Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, mobilizando os conjuntos habitacionais para protestar contra o aumento na prestação dos imóveis, pelo BNH. - moradores da favela Gengibre realizaram passeata de protesto contra a destruição das dunas que o-	02/02/84 16/02/84 12/03/84 09/04/84

Quadro 19
Continuação

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
Itaperaoba, fizeram um projeto de assistência emergencial para ser entregue as autoridades.	04/11/84	- corre naquela área ameaçando as suas pequenas casas de taipa.	04/06/84
		- cerca de 200 favelados reuniram-se à tarde de ontem no pátio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, para solicitar gêneros alimentícios à Coordenação Estadual de Defesa Civil.	13/06/84
		- associação de moradores dos bairros Dias Macedo, Boa Vista e a Federação de Bairros e Favelas realizaram uma manifestação por frentes de serviço na praça do grupo escolar do bairro Dias Macedo.	27/06/84
		- passeata promovida pela Jornada de Luta contra a Fome ao Palácio da Abolição, Paço Municipal e escritório da Sudene.	20/06/84
		- III Congresso de Associação de Bairros e Favelas de Fortaleza promovido pela F8FF.	26/08/84
		- cerca de 500 pessoas de 35 bairros	

Quadro 19
Continuação

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
		ros de Fortaleza, mobilizados pela Jornada de Luta contra a Fome, estiveram no escritório Regional da Sudene para exigir a imediata assinatura de um convênio com o Sine para implantação de hortas comunitárias, bem como cestas de alimento.	17/10/84

Quadro 20
Síntese de denúncias dos movimentos populares urbanos ano: 1984

DENÚNCIAS/REIVINDICAÇÕES		DATA
T. C.	- a diretoria da associação comunitária e recreativa do Conjunto Esperança foi à Recife pleitear junto à Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal - RFFSA uma estação de trem para o Conjunto.	17/10/84
S. B.	- bairro da Piedade reclama do sistema de esgotos. - desesperados com a lama que invadem seus casebres, moradores da favela Verdes Mares abriram uma vala na rua Engº Santana Júnior com a esperança de que a água poluída escorra pelo canal em direção ao Mucuripe e alcance o mar.	13/04/84 15/04/84
D.	- moradores da Av. José Bastos denunciam a pouca indenização paga pela Rede Ferroviária Federal.	10/06/84

Quadro 21
Aspectos da Administração municipal de Fortaleza/síntese reportagens ano: 1985

REPORTAGENS/DENÚNCIAS		DATA
L. P.	- acúmulo de lixo fecha rua no bairro de Fátima.	07/01/85
	- muito lixo e muito mato na praça da Capitania.	16/06/85
	- lixo e lama invadem as ruas e avenidas.	28/12/85
S. B.	- nem mesmo a praça José de Alencar escapou da buraqueira.	25/08/85
	- iniciadas obras de drenagem na Cidade 2000.	26/09/85
D I V E R S O S	- cem guardas municipais, protegidos por força policial realizaram na madrugada uma operação de retirada de centenas de ambulantes que ocupavam a praça José de Alencar.	09/02/85
	- excesso de contratação no Município.	16/02/85
	- portarias de contratação foram concedidas em quase todos os órgãos do Município e somam 2.391 de janeiro até 05/07/85.	06/07/85
	- Prefeitura Municipal de Fortaleza sem meios para limpar e recuperar ruas.	19/11/85
	- greve no Município já atinge sete órgãos.	19/12/85
	- folha de pagamento cresceu 802% em 1985.	20/12/85
	- o funcionalismo público municipal de dez repartições estão em greve.	23/12/85

Quadro 22

Síntese de reportagens sobre movimentos populares urbanos no ano de 1985

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
- moradores do Conjunto São Francisco, a revelia da associação de moradores, empacotaram todos os cartões referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano de 1984 e em 1985 e enviaram pelo correio para o prefeito César Neto, acompanhando de um documento expondo os motivos da devolução. - criada pela primeira vez a associação de moradores da Cidade dos Funcionários. - moradores da Cidade 2000 promoveram mais uma manifestação de protesto contra a falta de saneamento no Conjunto. - moradores do Monte Castelo apelam ao governador através de um abaixo-assinado com mais de duas mil assinaturas a transferência da fábrica Siqueira Gurgel para um local adequado, devido a poluição está causando danos físicos a po-	01/04/85 03/04/85 07/06/85	- passeata contra o aumento das tarifas de transportes coletivos e contra o prefeito César Neto. - moradores da Cidade 2000 realizaram passeata pelas principais ruas do Conjunto em protesto contra a atual administração municipal, devido estarem cansados de apelar aos órgãos públicos encarregados de executar obras de drenagem e saneamento básico em Fortaleza. - passeata de várias comunidades de Fortaleza saiu do Pirambu até o Paço Municipal para reivindicar do prefeito Barros Pinho saneamento básico, limpeza pública, legalização dos terrenos do Pirambu desapropriados por decreto presidencial e não construção do Instituto Médico Legal na Av. Leste Oeste. - moradores do bairro Rodolfo Teófilo, através da associação de mora-	10/01/85 31/03/85 18/07/85

Quadro 22
Continuação

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
pulação do bairro. - o conselho comunitário do Conjunto Ceará está mobilizando a comunidade em torno de uma ação na justiça contra o BNH devido o aumento de 246,3% para os reajustes anuais e de 112% para os semestrais. - uma comitiva de 89 delegados representantes de associações de bairros de Fortaleza e do Interior participaram nos dias 19 e 20 de setembro, em Brasília, do Encontro Nacional das Associações de Bairros pela Constituinte Livre e Soberana. - moradores do bairro Jardim Iracema acusam o presidente do Conselho Comunitário do Parque Santo Antônio da Floresta de ter praticado uma série de irregularidades em apenas um ano e meio de gestão e exigem, através de uma manifestação pública em frente a sede do Conselho,	20/08/85 26/08/85 16/09/85	dores do bairro, promoveram debate com os candidatos a prefeito de Fortaleza. - passeata em protesto contra a majoração das tarifas dos transportes coletivos. - ato público na praça José de Alencar, seguido de passeata até o Palácio Municipal, promovido pela Federação de Bairros e Favelas, associações de moradores, Frente Sindical, Diretórios Centrais dos Estudantes das Universidades Federais, Estadual e Unifor, objetivando a revogação do aumento das passagens dos transportes coletivos.	07/10/85 27/11/85 05/12/85

Quadro 22
Continuação

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
que o novo presidente eleito seja efetivado no cargo. - recriação da Associação de moradores do bairro Demócrito Rocha, que estava desativada há dez anos. - representantes de 59 favelas de Fortaleza estiveram no escritório da Sudene para reivindicar um melhor desenvolvimento do Programa Federal de Recuperação, que engloba as residências atingidas pelo rigoroso inverno. - com a eleição da Prefeita Maria Luiza Fontenele, o Conselho Comunitário Parque Santo Antônio da Floresta se reuniu em assembléia para discutir sobre a formação de um Conselho Popular naquela comunidade.	17/09/85 29/09/85 01/10/85 15/12/85		

Quadro 23

Síntese de denúncias dos movimentos populares urbanos ano:1985

DENÚNCIAS/REIVINDICAÇÕES		DATA
T. C.	- povo reclama ônibus sujos e demorados.	24/07/85
	- moradores do Conjunto Industrial realizam movimento de protesto contra a Empresa Nossa Senhora de Fátima, cujos ônibus fazem a linha do Conjunto.	29/10/85
S. B.	- comissão de moradores do Parque Tabapuá entregou ao Superintendente do IAPAS um "dossiê" sobre a situação em que se encontra a estação de tratamento d'água e a rede de esgotos, causando problemas à população.	14/02/85
	- moradores da Cidade 2000 promoveram mais uma manifestação de protesto contra a falta de saneamento do Conjunto.	07/06/85
	- moradores do Conjunto Ubinatan Aguiar reclamam o descaso das autoridades públicas com relação ao saneamento do Conjunto.	22/12/85
D I V E R S A S	- revolta e desespero se misturam nas emoções vividas por centenas de ambulentes da praça José de Alencar que tiveram seus bens confiscados pelo Departamento de Vigilância Municipal.	09/02/85
	- moradores, Conselho Comunitário e vigário do Pirambu denunciam a comercialização de terras públicas pertencentes ao bairro, as quais foram desapropriadas em 25/05/62.	06/03/85
	- moradores da praia de Iracema comunicaram a prefeita eleita, na esperança de que as obras sejam embargadas, a construção de mais dois edifícios, neste final da administração Barros Pinho, por contrariar as leis de preservação e renovação urbanística daquela área da Cidade.	21/12/85
	- moradores do Conjunto João Paulo II, construído em regime de mutirão, sob	

Quadro 23
Continuação

DENÚNCIAS/REIVINDICAÇÕES		DATA
D I V.	a coordenação da Profa protestam contra o abandono da 1ª etapa do Conjunto.	22/12/85
	- moradores do Lagamar denunciaram que a ponte recentemente construída sobre o Rio Cocó e que permanece inacabada "só serviu para a campanha eleitoral", porque para os moradores a situação piorou bastante, pois ainda é necessário fazer um aterro de quase seis metros para que se tenha acesso à passagem.	22/12/85

Quadro 24
Administração municipal de Fortaleza ano:1986

PROPOSTAS DE AÇÃO/POLÍTICA MUNICIPAL	DATA	REALIZAÇÕES	DATA
D I V E R S A S	- prefeita Maria Luiza assina 4 decretos que tornam sem efeito os atos de disposição de funcionários e servidores municipais; extingue a acumulação de cargos, funções ou empregos; controla a assiduidade, pontualidade e carga horária dos servidores e suspende por prazo determinado (30 dias) aquisição de material e equipamento.	- o Departamento de Higiene da Secretaria de Saúde do Município iniciou um trabalho de desratização no Pirambu.	10/01/86
	- convênio entre a Fundação Educar e a Prefeitura Municipal de Fortaleza vai aplicar neste semestre Cz\$ 7.290.998,00, na instalação de 400 salas de aulas para alfabetização.	- a Prefeitura Maria Luiza iniciou a campanha "limpando Fortaleza em 15 dias", com a lavagem simbólica da praça José de Alencar.	10/03/86
	- Programa Municipal de Regularização de Favelas - Profavela, através do qual será resolvida prioritariamente a questão da posse da terra.	- elaboração do dossiê "Fortaleza Nunca Mais: Desalento e Esperança".	14/03/86
		- Prefeitura Municipal de Fortaleza promoveu um ato público de prestação de contas de sua administração e apresentou a população as irregularidades ocorridas nas gestões anteriores.	26/03/86
		- representantes de vários segmentos da sociedade se reuniram com a prefeita para discutir formas de participação da comunidade na resolução dos problemas mais urgentes da cidade.	04/04/86

Quadro 24
Continuação

PROPOSTAS DE AÇÃO/POLÍTICA MUNICIPAL	DATA	REALIZAÇÕES	DATA
D I V E R S A S		- a Prefeitura Municipal de Fortaleza já conseguiu eliminar cerca de 5.000 pessoas da sua folha de pagamento.	02/05/86
		- prefeita viaja para Brasília com o objetivo de pedir recursos para administrar Fortaleza.	05/05/86
		- Seminário: "Alternativas para o Comércio Ambulante no Centro de Fortaleza.	07/06/86
		- Projetos "Cabra 80m" e "A Comunidade Planta e Colhe" instalados no Conjunto Palmeiras.	31/07/86
		- disciplinamento dos camelôs da praça dos Leões.	05/07/86
		- Prefeitura Municipal de Fortaleza entrega ao Sindicato dos Motoristas os tíquetes que dão direito a passe livre, provisoriamente, aos profissionais à paisana em transportes coletivos da Capital.	07/08/86
		- prefeitura incentiva artes populares.	22/08/86
		- praça do Ferreira sem camelôs	02/09/86

Quadro 24
Continuação

PROPOSTAS DE AÇÃO/POLÍTICA MUNICIPAL	DATA	REALIZAÇÕES	DATA
			DATA
D I V.		- prefeita viaja à Brasília para obter recursos. - Prefeitura embarga obra em área de preservação - construção na Lagoas de Parangaba será demolida pela Suop - Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas.	12/10/86
			31/12/86

Quadro 25

Aspectos da administração municipal de Fortaleza/síntese
reportagens ano: 1986

REPORTAGENS/DENÚNCIAS		DATA
L. P.	- o lixo recolhido dos hospitais de Fortaleza é jogado a céu aberto no aterro do Jangurus su sem nenhuma discriminação dos demais detritos. - logista critica lixo e buraco no centro.	15/01/86 24/02/86
D I V.	- a Companhia de Transportes Coletivos foi <u>en</u>contrada em estado caótico pela nova <u>diret</u>oria. - prefeitura deve 500 milhões aos servidores e atrasa quatro meses.	21/01/86 12/11/86

Quadro 26

Síntese de reportagens dos movimentos populares urbanos no ano de 1986

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
- moradores do bairro da Piedade reivindicam das autoridades municipais soluções imediatas para os graves problemas de drenagem que ali existem. - moradores da Praia das Goiabeiras coordenados pela Jornada de Luta contra a Fome e representantes de entidades populares, juntamente com o sub-prefeito do distrito da Barra do Ceará impediram a retirada da areia das dunas por caminhões que trabalham para empreiteiras. - moradores do Conjunto Palmeiras resolveram lançar uma campanha emergencial para obter doações da comunidade, a fim de recuperar as casas destruídas pelas chuvas. - quinze entidades de bairro e outras ligadas à Igreja estão elaborando um documento que será entregue ao Cardeal Aloisio Lorscheider pedindo saída do Padre Caetano Minete do paróquia do Pirambu	07/02/86 03/05/86 08/07/86 10/09/86	- passeata promovida pela Federação de Bairros e Favelas terminou em tumulto, agressões físicas e morais pelo "fato da prefeita Maria Luiza ter descido para falar com os manifestantes e não só com alguns representantes", tendo sido, "interpretada pela FBFF como desrespeito ao encaminamento adotado por aquela entidade". - passeata da carne verde pedindo carne ao Governo. - mais de duas mil pessoas na passeata em solidariedade aos índios Tapebas. - IV Congresso de Associação de Moradores de Bairros e Favelas de Fortaleza, promovido pela FBFF. - ato público, com a presença de representantes da arquidiocese de Fortaleza e 18 entidades de bairros marcou o retorno das famílias que haviam sido despejadas, dia 20 último, no bairro da Colônia.	26/04/86 18/07/86 20/07/86 03/08/86 22/08/86

Quadro 27

Síntese de denúncias dos movimentos populares urbanos
ano: 1986

DENÚNCIAS/REIVINDICAÇÕES		DATA
	- moradores da piedade pedem recuperação do bairro.	23/08/86
S. B.	- moradores do Mucuripe reclamam de muitos problemas consequentes de obra mal realizada pelo prefeito César Neto naquela área.	05/11/86

Quadro 28
Administração Municipal de Fortaleza ano: 1987

PROPOSTAS DE AÇÃO/POLÍTICA MUNICIPAL	DATA	REALIZAÇÕES	DATA
- Fundação do Serviço Social de Fortaleza adotará sistema de <u>mu</u> tirão remunerado. - Prefeitura quer distribuir o gás natural da Petrobrás. - Encontro do PT com o 1º e 2º escalão filiados ao PT e simpaticizantes do 3º escalão para criar uma linha de atuação política para a "Administração Popular". - nove decretos foram assinados pela Prefeitura, com o objetivo geral de corrigir falhas de natureza administrativa no âmbito da gestão municipal.	20/01/87 23/11/87 15/02/87 09/04/87	- retirados da folha de pagamento funcionários municipais que acumulam funções. - drenagem na Av. Duque de Caxias. - prefeitos lançam o "Grito das Capitais". - a "Administração Popular" realizou um ciclo de debates sobre o plano de Ação do Governo da Prefeitura de Fortaleza. - Instituto Dr. José Frota ganha novo Centro Cirúrgico. - "Grito da Capitais" promovido pela Associação dos Prefeitos das Capitais. - Prefeitura derrubou construções irregulares às margens da Lagoa de Parangaba. - Secretaria de Serviços Urbanos iniciou a retirada dos barraqueiros da Praça Figueira de Melo. - criação da Companhia Municipal de Limpeza Pública em substituição	06/01/87 18/01/87 19/01/87 25/02/87 27/02/87 20/03/87 25/04/87 28/04/87

D I V E R S A S

Quadro 28
Continuação

PROPOSTAS DE AÇÃO/POLÍTICA MUNICIPAL	DATA	REALIZAÇÕES	DATA
D I V E R S A S		ao Departamento de Limpeza Pública (DLP).	29/04/87
		- DLP instala mais 46 coletores de lixo no Centro de Fortaleza.	04/05/87
		- 3.500 funcionários foram demitidos da Prefeitura de Fortaleza, devido a situações irregulares constatadas no recadastramento no ano passado.	05/05/87
		- prefeita decreta estado de emergência em Fortaleza.	18/05/87
		- mutirão municipalista de limpeza de Fortaleza.	07/06/87
		- Prefeitura Municipal de Fortaleza realiza cadastro dos invasores dos terrenos.	18/06/87
		- Prefeitura desapropriou terreno pertencente a empresa Ômega, que já havia sido invadido há dias.	18/08/87
		- dragagem do canal do Conjunto Ceará, que se encontra totalmente destruído na jusante.	05/09/87
		- barraqueiros saem da Beira-Mar.	
		- Prefeitura coloca 25 caminhões a	

Quadro 28
Continuação

PROPOSTAS DE AÇÃO/POLÍTICA MUNICIPAL	DATA	REALIZAÇÕES	DATA
D I V E R S A S		disposição dos que quiserem retirar o material.	14/09/87
		- Maria lança o Programa "Cesta Popular - Algo Novo na Mesa do Povo" e estende o vale transporte para servidores.	29/10/87
		- camelôs da praça José de Alencar são recadastrados pela Prefeitura e transferidos, provisoriamente, para dar lugar as obras que se iniciarão na praça.	06/11/87
		- extinto o terminal de ônibus da praça José de Alencar, que será um novo espaço cultural.	21/11/87

Quadro 29
Aspectos da administração municipal de Fortaleza/síntese reportagens ano: 1987

REPORTAGENS/DENÚNCIAS		DATA
L. P.	- lixo, moscas e lama também fazem parte da paisagem oferecida ao turista no <u>fa</u> rol do Mucuripe.	10/01/87
	- Lagoa de Parangaba: mais um trecho ameaçado de ser aterrado por lixo.	14/09/87
	- lixo hospitalar e de feira aumenta risco de infecção. Casa de Saúde César Cals justifica acúmulo pela paralização dos garis.	15/12/87
S. B.	- paralização da Sumov protela recuperação viária da cidade. Setores de <u>Fortale</u> za estão intransitáveis e precisam de recuperação urgente.	06/05/87
	- Perimetral: uma frande avenida com problemas cada vez maiores.	01/06/87
	- galerias desprotegidas são armadilhas nas ruas.	17/08/87
	- Conjunto Esperança onde moram cerca de 12 mil famílias está sobre um mar de fossas estouradas.	11/09/87
	- ausência de drenagem no Planalto das Goiabeiras deixa moradores inseguros.	14/09/87
	- buracos e sinais dificultam trânsito na Aldeota.	20/09/87
	- esgoto jorra água fétida nas areias da Beira Mar.	03/10/87
	- escoamento de água suja no Centro prejudica a população	07/12/87
T. C.	- Ônibus reajustado no Brasil: Fortaleza adia.	16/08/87
	- prefeitura requisitou transporte para levar manifestantes ao Cambeba.	19/10/87
D I V.	- sustado camelódromo na praça Clóvis Beviláquia	22/05/87
	- parques são abandonados por falta de zeladores.	09/09/87
	- Prefeitura Municipal de Fortaleza despeja invasores do Monte Castelo porque o terreno destina-se a construção de um polo de lazer.	24/11/87

Quadro 30
Síntese de reportagens sobre movimentos populares urbanos no ano de 1987

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
- 462 pessoas ocupam o Conjunto Residencial Jardim Castelhão, cujas casas são de propriedade da Companhia de Crédito Imobiliário Terra. - a associação de moradores do Cam-po do América está desenvolvendo um programa de reciclagem de lixo, que visa a auferir lucros, capacitar profissionalmente os menores de 18 anos que residem no bairro, além de contribuir com o trabalho de limpeza da cidade. - invasores ocupam terreno no bairro Rodolfo Teófilo, bloqueando o leito de uma rua. - ocupantes do Conjunto Habitacional Jardim Castelhão bloquearam a passagem, por dentro do Conjunto, dos 150 caminhões que recolhem o lixo da Grande Fortaleza ao aterro sanitário do Jangurussu. - moradores do Conjunto Palmeiras reivindicam da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) a agi-	10/05/87 31/05/87 09/07/87 15/08/87	- protesto em Parangaba pede a preservação da Lagoa e Prefeitura promete demolir as construções ilegais. - favelados pedem frentes de serviços no Cambeba. - passeata para sensibilizar a população de Fortaleza de seus problemas foi realizada pelos posseiros do terreno localizado às margens da BR-116 e dos ocupantes do Conjunto Jardim Castelhão. - integrantes de diversas comunidades de Fortaleza, encabeçados pela Jornada de Luta contra a Fome, estiveram na sede do Governo para reivindicar frentes de serviços nos bairros. - CUT promove ato público e convoca população para greve geral no dia 12 de agosto. - favelas do Conjunto Apolo XI estiveram na prefeitura de Fortaleza, portando faixas e cartazes reivin-	23/03/87 18/06/87 20/06/87 23/06/87 02/07/87

Quadro 30
Continuação

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
lização na ligação d'água - cerca de 50 famílias que se auto-denomina os flagelados do aluguel ocupam um terreno no Monte Castelo pertencente à Prefeitura Municipal de Fortaleza. - manifestantes decididos a permanecer no Cambéba. Novo canal de negociação é tentado através da Arquidiocese. - favela Lagoa do Coração cobra indenização contra ameaça de despejo. - invadido imóvel no Parque São José. Cem famílias instalaram-se precariamente no sexto terreno ocupado na comunidade.	17/09/87 23/11/87 27/11/87 10/12/87 16/12/87	dicando moradia, visto que foram ameaçados de expulsão. - ato público "Lata Vazia" realizado pelos moradores do Lagamar. - o Movimento de Solidariedade dos Sem-Terra ou Sem-Casa, organizado pela Jornada de Luta contra a Fome teve manifestação reprimida na sede do Governo Estadual. - I Congresso da Jornada de Luta contra a Fome. - ato público protesta contra a venda do lixo atômico para o Ceará. - cerca de 2000 pessoas representam do 330 associações de bairros reuniram-se com o governador no Palácio da Abolição reivindicando uma Política Habitacional justa e frentes de serviços na capital. - "acampar até conquistar" é o lema da manifestação no centro administrativo do Cambéba realizado por 12 associações de bairros, pasto-	14/07/87 30/07/87 07/10/87 26/10/87 17/11/87 24/11/87

Quadro 30
Continuação

ORGANIZAÇÃO/REIVINDICAÇÕES	DATA	ATOS PÚBLICOS	DATA
		rais, profissionais e estudantes com o objetivo de pressionar uma resposta do Governo do Estado às reivindicações básicas de moradia e trabalho. - começa greve de fome para 23 a-campados no Cambeba. - V Congresso da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza.	24/11/87 29/11/87 08/12/87

Quadro 31

Síntese de denúncias dos movimentos populares urbanos ano: 1987

DENÚNCIAS/REIVINDICAÇÕES		DATA
S. B.	- moradores reclamam contra problema causado por fossa.	21/01/87
	- moradores fecham rua inundada de Parangaba e procuram chamar atenção das autoridades que há anos alegam falta de verbas para solução.	11/03/87
	- moradores da rua Sargento Hermínio reclamam das fossas estouradas.	16/06/87
D I V.	- moradores denunciam crime que prejudica meio ambiente. Lagoa de São José e trecho do Rio Cocó são aterrados.	27/01/87
	- comunidade do Titanzinho vive em casas inacabadas. Famílias pressionam a Prefeitura para conclusão das residências.	26/07/87
	- ato de protesto contra a Política Habitacional foi reprimido na sede do Governo Estadual. As comunidades foram barradas.	07/10/87
	- continua o acampamento no Cambeba, mas "blitz" interceptou alimentação.	26/11/87
	- fome ameaça acampados no Cambeba e manifestantes vão pedir alimentos.	28/11/87

ANEXO B

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

1. Roteiro de entrevistas com membros fundadores das entidades gerais:

História da entidade:

- Qual o contexto em que surgiu a entidade e como esta se desenvolveu?
- Qual a motivação da criação da entidade (motivos ideológicos e motivos políticos)?

Prática política:

- Quais as lutas específicas da entidade? E as gerais?
- Qual a relação dessas lutas com as lutas nacionais e internacionais?
- Como as lutas são encaminhadas?
- A atuação se dá somente em lutas imediatas, ao nível da conjuntura; ou existe uma atuação mediata, ao nível da estrutura?
- Como se dá a formação da consciência de classe, formação ideológica?

Relação de poder entre agentes:

- Como a entidade se estrutura?
- Quem participa de discussões e planejamento da entidade?
- Qual a relação direção/base?

Relação com o poder municipal:

- Como a entidade se relacionou com as administrações municipais dos prefeitos Lúcio Alcântara, César Neto, Barros Pinho e Maria Luiza?
- Qual dessas administrações voltou-se mais para os interesses dos trabalhadores?

Perspectivas de transformação social:

- Que modelo de sociedade a entidade vislumbra?
- Qual o projeto de sociedade proposto pela entidade?
- Como encaminham ao nível do discurso e da prática a questão da transformação social?

2. Roteiro de entrevistas com membros de associações de moradores

História da entidade:

- Em que condições surgiu a necessidade de organização e porque se organizaram? (contexto e história).

Prática política:

- Quais as principais reivindicações da entidade?
- Quais as principais conquistas?
- Quais as formas de luta adotadas?
- De que forma encaminham as lutas específicas? E as gerais?
- Articula-se com entidades gerais? Jornada ou Federação? Por que?
- A partir da articulação com as entidades gerais (FBFF ou JLCF), houve alguma modificação na prática política da entidade?
- Como a entidade se enraiza na população? Há adesão da população?
- A organização é um movimento significativo onde atua? Por que?
- Como é entendida a questão da divergência nos mo

vimentos populares?

Relação de poder entre agentes:

- Como se dá a relação direção/base? De que forma a direção encara e trata a base?
- Qual o compromisso da direção e da base da entidade? Há divergência de compromisso entre direção e base? Até onde direção e base caminham juntas?

Relação com o poder municipal:

- É possível distinguir alguma diferença nas conquistas, no atendimento, no relacionamento entre a entidade e as administrações municipais dos prefeitos Lúcio Alcântara, César Neto, Barros Pinho e Maria Luiza?

Perspectivas de transformação social:

- A organização e prática diária da entidade contribui para a formação de ideologias dominadas, ou seja, ideologia das classes dominadas?
- A entidade luta para a realização de um projeto de classe definido? Qual?

3. Roteiro de entrevistas com lideranças antigas dos movimentos populares:

- Como a organização de entidades nos locais de moradia pode tornar-se um movimento atuante interna e externamente?
- Em que condições surge a consciência de classe?
- Na sua opinião existe uma consciência de classe em formação? A que se deve a existência dessa consciência de classe?

- A forma como a prática política é desenvolvida influencia na emergência da consciência de classe? Como? e Por que?
- A articulação com entidades gerais significa um avanço ou um empecilho ao desenvolvimento da consciência de classe?
- Como a direção ou as lideranças devem atuar no movimento?
- Qual a relação que deve ser estabelecida entre a direção e a base?
- Existe relação entre grau de consciência de classe e nível de penetração, de enraizamento, de organicidade do movimento?
- A consciência de classe está na base e no topo do movimento? Por que?
- Como se tem dado, em Fortaleza, o processo de formação de uma ideologia da classe dominada? Exemplifique.
- Como você vê a relação dos MPUs com as administrações municipais de Lúcio Alcântara à Maria Luiza?
- Como você analisa a questão da divergência nos MPUs?
- Como você analisa os MPUs em Fortaleza de 1979 à 1987, no cotidiano da prática política?

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABBAGNANO, Nicola - Dicionário de Filosofia, São Paulo, Editora Mestre Jou, s/d.

ALTHUSSER, Louis - Aparelhos Ideológicos de Estado, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.

ALCÂNTARA, Lúcio - Problemas e Perspectivas do Nordeste e do Estado do Ceará, Temas do Nordeste nº2, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1982.

Anais do Fórum de Debates Adolfo Herbster, 1980 - Prefeitura Municipal de Fortaleza- Superintendência do Planejamento do Município.

Anais do Fórum de Debates Adolfo Herbster, 1981 - Prefeitura Municipal de Fortaleza - Superintendência do Planejamento do Município.

ANAMPOS - "Documento de Vitória", junho/1981.

BOSCHI, Renato Raul e outros - Movimentos Coletivos no Brasil Urbano, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

Cadernos de Leituras Populares - Administração Popular de Fortaleza.

CAMACHO, Daniel; MENJÍVAR, Rafael (y otros) - Movimentos Populares en Centroamérica, San José, C.R.:EDUCA, 1985.

CARDOSO, Miriam Limoeiro - Ideologia do Desenvolvimento Brasil - JK/JQ, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____ - A periodização e a Ciência da História - observações preliminares, mimeo.

CASTELLS, Manuel - A Questão Urbana, Rio de Janeiro, Paz e

Terra, 1983.

CHAUÍ, Marilena - O Que É Ideologia?, 7ª ed., São Paulo, Brasiliense, coleção Primeiros Passos nº13, 1981.

ENGELS, Friedrich - A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, in. Obras Escolhidas, São Paulo, Alfa-Omega, V.3.

_____ - Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, 8ª ed., São Paulo, Global Editora, 1986.

FREDERICO, Celso - A Vanguarda Operária, Coleção Ensaio e Memória nº 24, São Paulo, Símbolo S.A. Indústrias Gráficas, 1979.

FREIRE, Paulo e FAUNDEZ, Antônio - Por uma Pedagogia da Pergunta, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

GOLDMANN, Lucien - Dialética e Cultura, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, Antônio - Concepção Dialética da História, 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

_____ - Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

_____ - Os Intelectuais e a Organização da Cultura, 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

GRUPPI, Luciano - O Conceito de Hegemonia em Gramsci, 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1978.

HELLER, Agnes - O Quotidiano e a História, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

IANNI, Octávio - A Ditadura do Grande Capital, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

JACOBI, Pedro R. - "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil", in. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais nº 9, 1980.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro

Jornal "O Povo", Fortaleza, coleção completa do período de

1979 à 1987.

KOSIC, Karel - Dialética do Concreto, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri - Lógica Formal/Lógica Dialética, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

LENINE, V. I. - A Doença Infantil do "Esquerdismo" no Comunismo, Moscovo, Edições Progresso, 1986.

_____ - El Desarrollo del Capitalismo en Rusia, Moscú, Editorial Progresso, 1981.

_____ - Materialismo e Empiriocriticismo, Lisboa, Edições Avante, 1982.

_____ - Uma Grande Iniciativa, os Sábados Comunistas, mimeo.

LOWY, Michel - Ideologia e Ciência Social - Elementos para uma Análise Marxista, São Paulo, Cortez, 1985.

LUKÁCS, Georg - História e Consciência de Classe, Porto, Escorpião, 1984.

MARX, Karl - Contribuição à Crítica da Economia Política, 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1983.

_____ - Formações Econômicas Pré-Capitalistas, 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

_____ - O 18 Brumário de Luis Bonaparte, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

MARX, K. e ENGELS, F. - A Ideologia Alemã - Teses sobre Feuerbach, São Paulo, Moraes, 1984.

_____ - O Manifesto do Partido Comunista, 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

MELLO, João Manoel Cardoso de - O Capitalismo Tardio, 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.

MOISÉS, José Álvaro e outros - Contradições Urbanas e Movimentos Sociais, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.

OHLWEILER, Otto Alcides - Evolução Sócio-Econômica do Brasil, Rio Grande do Sul, Tche! Editora, s/d.

PINTO, João Bosco Guedes e outros - Participação: Rito ou Prática de Classe?, Rio Grande do Sul, Livraria UNIJUÍ Editora, 1986.

" de Ação de Governo da Administração Popular de Fortaleza", 1987.

HULANTZAS, Nicos - O Estado, o Poder, o Socialismo, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.

PRESTES, Luiz carlos - Lutas e Autocríticas, Petrópolis, Vozes, 1985.

"Principais Obras Executadas e em Execução Julho/Outubro, 1985 - Administração Barros Pinho", Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1985.

Revista "Veja", de 1979 à 1987.

Revista "Isto É", de 1979 à 1987.

SANTOS, Teotônio dos - Conceito de Classes Sociais, Petrópolis, Vozes, 1983.

_____ - Forças Produtivas e Relações de Produção, Petrópolis, Vozes, 1984.

"Sessão de Abertura da Câmara Municipal de Fortaleza", Prefeitura Municipal de Fortaleza, prefeito Lúcio Alcântara, janeiro de 1980.

"Sessão de Abertura da Câmara Municipal de Fortaleza" - Prefeitura Municipal de Fortaleza, prefeito Lúcio Alcântara, Janeiro/1981.

"Sessão de Abertura da Câmara Municipal de Fortaleza" - Prefeitura Municipal de Fortaleza, prefeito Lúcio Alcântara, janeiro-1982.

"Sessão de Abertura da Câmara Municipal de Fortaleza" - Prefeitura Municipal de Fortaleza, prefeito José Aragão e Albuquerque Júnior, janeiro de 1983.

- SILVA, Luiz Antônio Machado e ZICCARDI, Alicia - "Notas para uma Discussão sobre Movimentos Sociais Urbanos", in Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos nº13, 1980.
- SINGER, Paul - A Crise do "Milagre", 7ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, Herbert José de - Como se Faz Análise de Conjuntura, Petrópolis, Vozes, 1984.
- TAVARES, José Nilo e outros - O Modelo Econômico e Político Brasileiro - Crise e Alternativas, Rio de Janeiro, Achiamé, 1983.
- VAZQUEZ, Adolfo Sanchez - Filosofia da Praxis, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____ - Ciência e Revolução, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- VERÓN, Eliseo - Ideologia, Estrutura, Comunicação, São Paulo, Ed. Cultrix, 1970.